

Geraldo Altoé

## **Paraguai: bases do isolamento**

Orientador: Professor Roy Arthur Glasgow.

Niteroi - 2000

**GERALDO ALTOÉ**

**PARAGUAI: BASES DO ISOLAMENTO**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em História orientada pelo Professor Roy Arthur Glasgow.

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
Niteroi -1978

## MEUS AGRADECIMENTOS

À UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ e, através dela ao PICD que me proporcionaram a oportunidade e os meios de realizar o Curso de Mestrado, pelo período de dois anos;

À UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, através da Coordenação do Curso de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, que me atendeu com tanta dedicação;

Aos PROFESSORES: Arthur César Ferreira Reis, Francis William Orde Morton, José Honório Rodrigues, Nilo Bernardes, Roy Arthur Glasgow, Salma Tannus Muchail e Victor Vincent Valla, que ministraram os Cursos necessários à obtenção dos créditos;

Aos DIRETORES e FUNCIONÁRIOS do Arquivo Histórico e da Biblioteca do Itamaraty; da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais; da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas; da Biblioteca da Fundação do IBGE; da Biblioteca da Universidade Federal Fluminense; da Biblioteca do IHGB; e ao Prof. Arthur César Ferreira Reis, oferecendo obras de sua Biblioteca particular;

Ao Professor ROY ARTHUR GLASGOW que, além de ministrar todos os Cursos da área de Concentração Maior, acedeu ao meu pedido para ORIENTAR esta dissertação, bem como aos Professores Arthur César Ferreira Reis e Francis William Orde Norton que fizeram parte da Banca de Defesa;

À minha Esposa Anna Teresa e aos filhos Luiz Carlos, Reginaldo, Aldir Roberto e Geraldo Junior, fundamentos de minhas atividades;

Finalmente, aos COLEGAS de todas as partes do Brasil, com quem convivemos e criamos amizade sincera que, por certo, o tempo não destruirá.

Niterói, 19 de julho de 1978

## ÍNDICE

RESUMO.....	5
ABSTRACT .....	7
INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO I: ISOLAMENTO GEO-HISTÓRICO.....	12
CAPÍTULO II: AS REDUÇÕES JESUÍTICAS E O ISOLAMENTO.....	44
CAPÍTULO III: A DITADURA DE FRANCIA E O ISOLAMENTO .....	77
CAPÍTULO IV: A DITADURA DOS LÓPEZ E AS TENTATIVAS DE REABERTURA.....	111
CONCLUSÃO.....	140
BIBLIOGRAFIA.....	144

## MAPAS

COLONIZAÇÃO ESPANHOLA .....	36
EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL.....	43
OC CINCO POLOS DAS MISSÕES JESUÍTICAS DA AMÉRICA SO SUL .	50
AS REDUÇÕES GUARANÍTICAS .....	51

## RESUMO

O Paraguai foi o primeiro núcleo de civilização indoeuropéia formado no Rio da Prata e cenário dos primeiros direitos concedidos ao povo para, plebiscitariamente, eleger suas autoridades.

Contrastando com a imensidão territorial, a “Província Gigante de índias”, foi se reduzindo e emudecendo, com o decorrer do tempo.

Seu drama inicial consistiu, pois, em sua mediterraneidade, e em sua luta contra o meio físico e, aos poucos, a incompreensão dos povos vizinhos. Determinações de interesses da Coroa Espanhola ou de solicitações de autoridades coloniais, foram mutilando territorialmente o Paraguai, enclausurando-o entre os dois grandes rios. Apenas sete anos depois de sua criação, a Província deixou de existir, por constantes desmembramentos.

Se isso ocorreu no aspecto geográfico, não menos deprimente foi a acomodação populacional a essa queda e a essa perda, conformando-se no quadrilátero de sua geografia.

O “Paraguai espiritual”, porém, rompeu estas fronteiras que se haviam restringido de modo tão intensivo. Mas, ao lado do grande benefício que as Reduções representaram para os índios isolou-os de tal modo que, embora fazendo deles uma sociedade cristã, não os preparou para uma sociedade civil; depois de expulsos os Jesuítas, aos poucos voltaram à vida das selvas, incapazes de serem absorvidos e integrados na sociedade que se formou.

No momento da Independência, como não lutaram os paraguaios contra um inimigo comum, não tiveram a base para sua integração nacional, e o povo permaneceu inerte e alheio a qualquer manifestação de sentimento cívico.

Neste ambiente dócil e submisso, foi fácil impor uma autoridade excepcional, o que ocorreu, primeiramente com o Dr. Francia e, depois, com os López.

Aduzindo motivos externos de opressão e de garantias internas de segurança, os Ditadores adotaram o princípio do “isolamento” externo e da “ignorância” interna, bases que garantiram um poder discricionário que não encontrou contestação ou oposição.

Quando Solano López quis reabrir geograficamente o Paraguai, imolou o “obediente rebanho” na grande hecatombe que foi a Guerra, aniquilando a população e o país.

Posteriormente, com enormes lutas e sacrifícios, os governos têm procurado levantar o Paraguai; mas, se conseguiram libertá-lo do “isola-

mento” o conduziram a una política ”dependente”, sobre tudo de seus dois grandes vizinhos: Brasil e Argentina. Por isso adotou uma “política pendular” em busca dos interesses da “Soberania Nacional”.

## ABSTRACT

Paraguay was the first nucleus of Indo-European civilization in the Rio da Prata and the scene of the first rights given to the people, through the plebiscite to elect their representatives.

Contrasting with the great territorial immensity, the "Huge Province of the Indies" was reducing itself and becoming mute with the passage of time.

Her initial drama was due to her river locked position and in her struggle against geography and, to some, the lack of understanding of her neighbors, Spanish royal interests or the pleadings of colonial authorities were responsible for the territorial mutilation of Paraguay, enclosing her between two large rivers. Seven years after its creation, the Province ceased to exist due to constant dismemberments.

If this occurred in the geographical aspect, not the least humiliating was the demographic accommodation to this reduction and loss, adjusting itself to the polygon of its geography.

"Religious Paraguay", perhaps, broke these barriers which had restricted her in such an intensive way. But in spite of the great benefits that the Reductions brought to the Indians it isolated them in such a way that, while making of them a Christian society, it did not prepare the Indians for a civil society; after the expulsion of the Jesuits, some returned to the life of the forest, incapable of being absorbed and integrated in society.

As the Paraguayans did not fight against a common enemy during the wars of Independence, they did not have a base for national integration and the people remained inert and alienated from any civic concerns,

In this docil and submissive environment, it was easy to impose an exceptional authority, which occurred firstly, with Dr. Francia and, afterwards with the Lopezes.

Sensing an external peril and an internal guarantees of security, the Dictators employed the principle of external "isolation" and internal "ignorance", two pillars that guaranteed a discretionary power that did not spark debate or opposition.

When Solano López wanted to reopen Paraguay geographically he smothered the "obediente masses" in the great holocaust that was the war, almost liquidating the population and the country.

Afterwards with great efforts and sacrifices, the governments have tried to improve Paraguay; but if they succeeded in liberating her from "isolation"

they conducted her to a policy of “dependent” interest, above all from her two large neighbors: Brazil and Argentina. Because of this it adopted a “pendulum policy” in search of “national sovereign interests”.



## INTRODUÇÃO

Sob um duplo ponto de vista, o Paraguai, é um país privilegiado pois seu território é cortado por inúmeros rios e, do solo brotam os mais variados produtos; tudo ali cresce sem esforço. Através de inúmeros afluentes, chegam suas riquezas ao Paraguai e ao Paraná, de onde podem ser conduzidas diretamente, sem grandes despesas, aos mercados de Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro e até à Europa, visto que a profundidade dos rios e afluentes permitem que navios subam até Assunção e demais partes do país.

No entanto, estes produtos ficaram por muito tempo como que escondidos. O Paraguai procurou conservar-se isolado do mundo. Levantou muralhas econômicas e políticas quase inacessíveis em torno de suas fronteiras, inutilizando as riquezas.

Objetivamos, então, neste trabalho, mostrar que o isolamento do Paraguai não se efetuou simplesmente por fatores geográficos ou porque assim o quiseram este ou aquele governante. Para que isso ocorresse foi necessária uma série de acontecimentos, na formação histórica do país e, no caráter do povo paraguaio que aceitou, incondicionalmente, todo o poder que lhe apresentaram.

Conquanto não tenhamos determinado um período curto, dentro do tempo histórico, para nossa pesquisa, com os marcos fixos das datas inicial e final, enfocamos fatos e estruturas que caracterizaram a evolução histórica paraguaia de seu início (1524) até o final do século XIX (1870).

Como se trata de verificar esses fatos e estruturas não numa análise total em todos os seus ângulos, mas tão somente naqueles que fundamentam nosso objetivo, cremos ser plenamente possível e justificável a abrangência de um período histórico tão dilatado.

Além de tudo, constatamos que, não só pelo aspecto físico-geográfico, sobre que, principalmente, se baseia o isolamento mas também na organização reducional Jesuítica e nas Ditaduras, existe o elo histórico, em sua sucessão cíclica, e que explica o encadeamento entre eles para explicar nosso objetivo.

Constatamos, porém, que o termo isolamento pode ser tomado sob diversos sentidos. Assim é que no "A Dictionary of the Social Sciences", Isolation é "the central meaning of isolation, is that of "separation", and it may be applied in such different contexts as the intra-psychic, the relation of person to group, and the relation of groups to other groups" (New York edited by Julius Gould William L. Kolb, 1964, p.355).

Considerando estes diferentes contextos, o “Dicionário de Sociologia”, Editado pela Globo, 1961, à página 187, diz que o Isolamento é “Ausência de comunicação com outras pessoas. Pode ser geográfico (Isolamento geográfico ou espacial), pela disparidade de hábitos e costumes (isolamento habitacional) por diferentes estruturas biológicas (isolamento estrutural) ou pela participação exclusiva nas experiências dum grupo de mesma cultura (isolamento psíquico)”.

Dentro de todos estes contextos, que já poderiam explicar, com bastante clareza, o sentido do termo, achamos melhor, todavia, aplicar ao nosso estudo o significado que lhe dá o “Dicionário de Sociologia de Henry Pratt Fairchild” (Editor Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 1949, p.7), dizendo que “Aislamiento” é a “Situación en la que faltan ciertas relaciones com outros seres humanos”.

Dentro de nosso estudo, pois, o termo isolamento será tomado neste último sentido, isto é, não uma separação total, o que consideramos absolutamente impossível, mas um certo enclausuramento que tomou aspectos diferentes, no decorrer da história.

No início iremos, pois, assinalar o confinamento geo-histórico do país para, em seguida, mostrar a estrutura das Reduções Jesuíticas em que predominou o isolamento como um fator fundamental; em terceiro estágio, os motivos que levaram o Dr. Francia a isolar quase totalmente o país das relações com o mundo e, principalmente com os vizinhos; finalmente, as tentativas dos Lopez em reabrir o Paraguai ao relacionamento político, comercial, diplomático, etc., e caindo na grande hecatombe da Guerra da Tríplice Aliança.

É sempre com espanto que se pergunta por que não houvera o povo do Paraguai derrubado os obstáculos e despedaçado o dique levantado pelos sistemas implantados? Hoje que se fez luz sobre estes problemas, sabe-se que não foi somente na política adotada pelo Dr. Francia e, em parte, seguida por Carlos Antônio López e Francisco Solano Lopez a causa deste sequestro, de que a história oferece poucos exemplos. O povo não esteve sujeito à tirania porque a amasse. O jugo não lhe foi pesado; não desejou entrar em comunhão com outras nações e não compreendeu que a situação política e econômica que lhe criaram, foi anormal, e não almejou outra.

Quais as causas do desinteresse desse povo?

Isto ocorreu, não apenas em relação ao meio físico, integrado pelas condições geográficas e climatológicas, dentro das quais se produziu a vida, mas também em relação à evolução social e política, formadas pelas ideias, instituições e associações, que caracterizaram a vida humana paraguaia. Em

princípio, as instituições sociais, oferecendo uma longa fase de desenvolvimento inconsciente, por processo gradual, contribuíram para a existência estreita entre as teorias desse tempo e as condições políticas dessa época.

Estas teorias políticas adotadas, procuraram justificar a autoridade que o povo acatou, construindo sistemas políticos e religiosos correspondentes à realidade, tendo por base os ideais da época, visando remediar certos males específicos radicados nas condições desse tempo. Uma vez que, ordinariamente, as teorias e os sistemas políticos são consequência das condições do meio em que se produzem, refletem os pensamentos e interpretam os motivos de onde deriva o processo político; em último e derradeiro termo, representam as convicções do homem sobre a natureza e sobre o espírito das instituições dominantes e, ao mesmo tempo, influem sobre o próprio processo político.

Seguramente não há no mundo muitos países comparáveis ao Paraguai, cuja vida, por mais de três séculos, foi uma série de despotismos e tiranias. A primeira República Jesuítica foi organizada numa forma tão estrita, contrária à liberdade pessoal, que se legislou até sobre as relações mais íntimas. Foi a submissão mais perfeita e regulamentada. De tal forma os Jesuítas educaram os índios para a obediência e a sujeição que, posteriormente, a tirania de Francia não causou nenhuma impressão ao povo inteiro. Não foi difícil chegar a isto, pois o povo estava acostumado a ser dominado.

Baseados em fontes primárias e também secundárias, queremos, pois, mostrar as bases que permitiram o relativo isolamento do Paraguai, sem contudo chegarmos a uma análise aprofundada e exaustiva das mesmas.

Consideramos, pois, que os fatores geo-históricos responsáveis pelo confinamento territorial; a estrutura das Reduções Jesuíticas e as Ditaduras de Francia e dos Lopez, constituem as bases do isolamento paraguaio.

## CAPÍTULO I

### O ISOLAMENTO GEO-HISTÓRICO

A fim de podermos compreender mais facilmente o problema do isolamento do Paraguai, durante o século XIX, temos que assinalar, dentro do que nos permite o espaço deste estudo, o papel da localização de atividades humanas e seu valor interpretativo geográfico e Histórico.

Para o enfoque ecológico, isto é ambiental, há a necessidade de se compreender a interação dos fenômenos locais e, para o enfoque espacial, ou locacional, de se conhecer o homem-meio.

Ao analisar-se o espaço, é de suma importância considerar o espaço real e não o abstrato, definido simplesmente por suas condições geométricas. Porque outras propriedades e seu potencial decorrem de três componentes intimamente associados: as condições físicas, os recursos naturais disponíveis e o efetivo humano que nele habita e opera.

Não se pode negar a relevância dos fatores físicos e nunca será demais salientar o valor dos recursos naturais, mas a importância do papel desempenhado por esses elementos varia de acordo com a capacidade do grupo humano, suas aptidões sua civilização e sua participação maior ou menor no aproveitamento e utilização dos recursos que o território oferece.

Com a intensificação dessas atividades, observa-se também a interação entre os lugares e a conexão dos fatos que dirigem essa região. O ponto de partida está, então, na vida econômica.

Numa sociedade não desenvolvida, com a indivisão de atividades, o problema de localização se assenta e se refere à morada e a caça. Ali, então, os elementos básicos são: morada (= consumo) e como obter o sustento (=economia). Desta forma, a organização do espaço é simples, embora se desdobre em local de produção e consumo.

Esses mecanismos se tornam mais complexos com a evolução social, partindo do binômio consumo-produção. Com o excedente de bens, começam os serviços religiosos, administrativos, etc. E, simultaneamente, com a diversificação da oferta e da demanda surge uma categoria nova, que é o comércio.

Desta relação entre o ponto de produção e de consumo, produz-se a interação. O que consome passa a produzir para outro produtor, levando a uma complementaridade, isto é, ao comércio. Deste modo, os lugares, trocando bens e serviços se interagem. E, como o mecanismo está sujeito a um poder, surge a política.

A circulação se estabelece, então, como um terceiro elemento, entre os mecanismos de produção e consumo. Esta circulação e movimentação mudam de acordo com os progressos do mecanismo. E daí, conseqüentemente, a necessidade de se compreender bem o processo de circulação de bens, pessoas e ideias que estabelecem a interação entre os lugares. Tudo está dentro de um fluxo de atividades, diferenciando os lugares; e o deslocamento está em função dessa interação.

A localização das atividades econômicas conduz, assim, a dois fatos: 1º) a utilização da terra ou zoneamento de atividades, ou melhor ainda, das formas de ocupação do solo; 2º) a concentração maior ou menor de atividades ou hierarquização dessas áreas; pois as características que se concentram nos locais de produção e consumo criam os fluxos. Neste caso, um fator dominante passa a ser o frete que, por sua vez, vai depender de um outro também importante, que é a distância, compreendendo, então, o curso e o tempo.

Mas as características de espaço-forma e dimensão de um Estado perdem boa parte de seu significado quando a aplicação da técnica faz reduzir as distâncias para a maior parte das relações, porque “a validade política destes atributos está condicionada ao modo como o território considerado se comporta em relação aos demais. Daí a importância primordial da posição geográfica que não é uma característica intrínseca do espaço, uma vez que decorre do estabelecimento de uma relação entre aquele espaço que está sendo focalizado e outras áreas”.<sup>1</sup>

A posição é a característica mais geográfica de um território formalmente considerado e “é também a mais importante porque é ela que define o sistema de relações, situando o território, esse compartimento do espaço, em relação a outros compartimentos com os quais existem comunicações diretas ou não”.<sup>2</sup>

Dentro destas considerações queremos enquadrar o Paraguai, geográfica e historicamente. Se teve condições de estruturar-se e de estabelecer as bases de desenvolvimento, através dos recursos naturais, da produção e do comércio, o que foi que motivou efeitos contrários, restringindo-o em muitos setores?

Cercado pela Argentina, pelo Brasil e pela Bolívia, tem uma superfície de 506.752 quilômetros quadrados. O rio Paraguai que lhe empresta o nome,

---

1- Lysia M. C. Bernardes, “Geografia e poder Nacional” Revista Brasileira de Geografia, Ano XXVIII, (julho-setembro, 1966) Nº. 6, p.275.

2- J. Gottmann, “La Politique d’Etats et leur Géographie” Revista Brasileira de geografia, Ano XXVIII (julho-setembro, 1966) Nº 6, p.90.

corta-o em duas zonas muito diversas: a ocidental e a oriental.

A extensão da região oriental é de 159.827 quilômetros quadrados, correspondendo a 39,29% da área total. A região ocidental ou Chaco Paraguai tem 246.925 quilômetros quadrados ou 60,70% da área. É a região mais extensa, porém a menos povoada do país.<sup>3</sup>

A região oriental possui um terreno ondulado, serras e colinas de densa vegetação, campos extensos, selvas espessas, terras férteis. A altitude chega a 700 metros. É regada por numerosos rios e riachos. Seu clima é temperado. É a mais importante pelo seu desenvolvimento econômico e industrial. Nela estão a capital e as principais cidades do país.<sup>4</sup>

A região ocidental ou Chaco é uma imensa planície, com pouca água. Suas selvas são ricas em quebracho corado e de pau santo. Tem grandes palmeiras nas partes noroeste e sudeste e vastos campos para criação de gado. O clima é quente, com épocas e períodos de secas prolongados.

O sistema orográfico é constituído pelas serras de Amambá, Mbaracaiú, Caaguazú e dos Altos, de pouca altitude e cobertas de vegetação.

De modo geral o território se apresenta com o aspecto de uma planície ondulada. O rio mais importante é o Paraguai que nasce no Brasil e atravessa o território de norte a sul. É navegável em todo o seu curso, dentro do país. Tem como afluentes, pela margem esquerda, os rios Apa, Aquidaban, Ipané, Jejuí, Manduvirá, Peribebuí, Salgado e Tebicuari e, pela margem direita, os rios Verde, Negro e Pilcomaio.<sup>5</sup>

Os principais portos fluviais são Humaitá, Pilar, Villeta, Assunção, Concepción, Casado, no rio Paraguai; Carmen del Paraná, Encarnación, no rio Paraná e Vila S. Pedro, no Jejuí.

Graças a estas vias fluviais pode o Paraguai compensar, de certo modo, os inconvenientes de sua mediterraneidade. Por meio deles - desde os tempos da conquista - se comunicou com o mundo, enviando-lhe os seus produtos e recebendo as mercadorias estrangeiras de que precisava.

Mas os Reis de Espanha, para efetuarem a exploração e conquista das terras e ilhas situadas dentro de seus limites, promoveram numerosas viagens.<sup>6</sup>

Um dos barcos da expedição de Juan Dias de Solis naufragou nas

---

3- Ver Henrique Paulo Bahiana, "Paraguai de Hoje" Miscelânea (Rio de Janeiro, 1964) e H. Sanchez Quell, *Estructura y Función del Paraguay Colonial* (Buenos Aires, 1944) pp.29-37.

4- Ver Henrique Paulo Bahiana. op.cit., e Susan Migden Socolow "Economic Activities of the Porteño Merchants" *HAHR*, Vol.55. Nº 1 (1975) pp.1-24.

5- Ver Carlos de Melra Matos, "Geopolítica" *Revista Brasileira de Cultura*, Nº 20 (abril-junho,1974) pp. 107-135.

6- Ver H. Sanchez Quell, op.cit., pp.15-28.

proximidades da ilha de Santa Catarina. Salvaram-se 11 homens, um deles, Aleixo Garcia, estava destinado a descobrir o que seria o Paraguai, em 1524. Aproveitou o tempo para familiarizar-se com os índios, dos quais soube da existência de outras regiões mais ricas. Nas cercanias de São Pedro, foi morto.

Logo depois chegaram ao Paraguai Sebastião Caboto (1527) e, meses depois, Diego Garcia Moguer. Não deixaram fundações permanentes no território explorado, por não ser esta a finalidade e o objetivo de suas viagens e nem contar com meios necessários, para isto. Esperou-se a expedição de Pedro de Mendoza (em 1535) para poder fixar a grandeza da conquista da Espanha na América Meridional.

A região platense apresentou-lhe dois aspectos distintos: ao ocidente predominavam as extensas planícies onde viviam os índios “pâmpidos” a maioria dos quais inimigos dos espanhóis; enquanto que, ao oriente, a natureza se oferecia mais pródiga e com rios e bosques e habitada pelos “guaranis”, mais predispostos a estabelecer relações amistosas com os conquistadores.

O caminho pelo Rio da Prata foi aberto por Juan Dias de Sólis (1516) Sebastião Caboto (1528) e Diego Garcia Moguer (1528).

Mas como o Rei Carlos V não destinasse recursos financeiros para empresas dessa natureza, subscreveu varias “Capitulaciones” com D. Pedro de Mendoza, Gentil - Homem da Câmara de Sua Majestade. A principal foi firmada em Toledo, em 21 de maio de 1534; as demais em julho, agosto e setembro do mesmo ano; e em Madri, no ano de 1535. Pela de Toledo deveria armar uma expedição a sua custa para conquistar e povoar as terras “que hay en el Rio de Solis que llaman de la Plata...”

“...and in 1537 built a port called Asunción, the first permanent settlement power in the region”.<sup>7</sup>

O limite das terras chegou até à região Amazônica, alcançando os confins da terra firme da Venezuela e Nova Andaluzia; ao sul até o paralelo 36°57'; ao oeste, o mar do sul ou Pacífico (com 200 léguas de costa) e a leste com o mar do norte ou Atlântico, aos limites de Tordesilhas.

A tripulação fora composta de espanhóis, flamengos e alemães; com 10 navios e 1.500 expedicionários. Chegou ao Rio da Prata em fins de janeiro de 1536, fundando perto de Riachuelo, o Forte de Santa Maria de Buenos Aires, em 2 de fevereiro de 1536;

“which was soon destroyed by the Indians”.<sup>8</sup>

7 -Hubert Herring. A History of Latin America (New York, 1962) p.147. Ver também Efraim Cardoso, El Paraguay Colonial (Asunción, 1959) pp.20-36, e Eduardo Amarilla Fretes, Asunción, ciudad madre de ciudades (Asunción,1942).

8 -Hubert Herring, op.cit., p.147. Ver também Luís J. Gonzalez, Paraguay Prisionero Geo-Político (Buenos Aires, 1947) pp.2-18.

Devido também a inospitalidade do local, estabeleceu mais ao norte, também na margem do Paraná, o Forte de Boa Esperança, de onde saíram Irala e Ayolas para subirem o Paraná e o Paraguai, rumo ao Peru. Devido à sua demora, foram também enviados Juan de Salazar e Gonzalo de Mendoza.

Para se saber, ao certo, quais foram os objetivos que impulsionaram esses espanhóis a realizar aventuras tão extraordinárias, nada pode ser mais ilustrativo que o exame das ordens reais, capitulações, crônicas, informes, bulas pontifícias, leis e comentários de viajantes da época que, embora às vezes um tanto desordenados, são fundamentais como fontes de informação, para a interpretação histórica.

Percebe-se, através destas fontes, que a finalidade dos conquistadores foi mudando à medida que os mesmos conheceram melhor a configuração e as características peculiares da geografia e da população americanas.

Resultou, como incrível, sua tenacidade, pois, com precários meios de luta, conquistaram para o Rei, ilhas e terras firmes, apoiados e sustentados, às mais das vezes, na obediência ao Monarca e na fé em Deus. A América, com 40 milhões de quilômetros quadrados, equivalendo um pouco menos da terça parte do total mundial, ofereceu amplo teatro de operações.

É o que demonstra a fórmula empregada para fundar cidades:

“En nombre de la Santísima Trinidad, Padre, Hijo y Espíritu Santo tres personas y uno solo Dios verdadero y la gloriosísima Virgen Santa María Madre de Dios... y de su Majestad el Rey...nuestro Señor...”.<sup>9</sup>

que traduz fielmente o duplo sentido da conquista: missionário e militar. Por isto, ao lado do Capitão sempre esteve um sacerdote que representou a Igreja. Ambos, porém, aumentaram exagerada e paulatinamente o número de índios sob suas ordens, para engrandecer suas empresas. Ao Paraguai, segundo investigações ou pesquisas históricas mais recentes pertenciam 280.000 índios.

Contrariando as Leis de Índias, muitos deles foram submetidos e explorados pelos espanhóis, conforme se comprova pela

“reducción del índio a pueblos, su frequentación pacífica del medio español, su auxilio eran resultado automático del pacto con ellos”.<sup>10</sup>

No ano de 1555 repartiram-se 20.000 índios entre 312 espanhóis.

Mendoza morreu em 1537 sem ter descoberto o caminho que levava ao Peru e sem dar-se conta da imensidão do território.

9 -Victor Natalicio Vasconcellos, Resumen de Historia del Paraguay (Asunción, 1970) p.34.

10 -Josefina Pla, "Las Misiones Jesuíticas Guaraníes" Cuadernos Americanos, Año XXII (marzo-abril, 1903) p.133.



Quando o Rei criou a “Gobernación de Nova Extremadura” separou uma parte do território que havia correspondido a Mendoza pela “Capitulación” firmada por Carlos V, em 1534. Perdeu deste modo, o Paraguai, todo o litoral Pacífico, num comprimento de 100 e numa largura de 200 léguas. A “Gobernación de Nova Extremadura” abarcou, além da parte norte do Chile de hoje, os atuais territórios das províncias argentinas de San Juan, San Luis e Mendoza.

Foi Juan de Salazar y Espinoza que construiu, com a ajuda e o apoio dos índios do cacique Kará Kará, nas margens do rio Paraguai, um forte que constituiu o núcleo de uma cidade que desempenhou, durante muito tempo, a função de capital da Colônia e da expansão do Rio da Prata. A fundação se deu a 15 de agosto de 1537, recebendo, por isto, o nome de “Nuestra Señora Santa María de la Asunción” e que rapidamente se desenvolveu. Foi construído um estaleiro e, em 16 de setembro de 1541, começou a funcionar o Cabildo. Os primeiros descobridores, pacificadores e povoadores foram dos mais nobres e destacados de Espanha.<sup>11</sup>

Depois que Domingo Martinez de Irala estabeleceu o Governo em Asunción, a cidade se tornou o foco das atividades dos conquistadores, naquela região.<sup>12</sup> Irala deixou o cargo em 11 de março de 1542. Em 1544 ocorreram alguns distúrbios; Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, o novo Governador, foi preso e mandado para a Espanha na Caravela “Comuneros” construída no estaleiro de Asunción e que se constituiu no primeiro barco, construído e fabricado na América, a cruzar o Atlântico.

Em 1554, o Capitão Garcia Rodriguez de Vergara, fundou Ontiveros, na margem oriental do rio Paraná, a uma légua ao norte, e que recebeu, anos mais tarde, o nome de Cidade Real. Outras vilas foram sendo fundadas pelos espanhóis, mestiços e índios: além da capital, à província pertenceram, no início, mais 7 vilas:

1ª) San Isidro de Curuguati, cuja aprovação se deveu à Real Cédula dada em São Lourenço, em 31 de agosto de 1721. Na sua primeira fundação, no Guairá, pelos conquistadores espanhóis, se denominou Cidade Real do Guairá.

2ª) Villa Rica del Espíritu Santo, fundada em virtude da Real Cédula dada em Buen Retiro, em 12 de maio de 1701, no local chamado Ibituruzú, conservando os povoadores a denominação gentílica ou nacional de “guai-reños” por have-los afastado dali os mamelucos de São Paulo.

---

11 -Ver H. Sanchez Quell, op.cit., p.40. Ver também Efraim Cardoso, El Paraguay Colonial (Asunción, 1959) pp.55-58.

12 -Ver H. Sanchez Quell, op.cit., pp.67-70.

3ª) Villa Real de la Concepción, fundada pelo Governador Agustin Fernando de Pinedo, que depois passou a ser o Presidente de Charcas. Após a independência ficou com o nome de Villa de la Concepción. Foi fundada em 1772, com gente obrigada à força; porém, em pouco tempo aumentou a população de tal maneira, que chegou a ser o empório do Paraguai. O rápido desenvolvimento dos seus primeiros povoadores, a fertilidade de seus terrenos, a fecundidade de seus campos e a abundância de suas múltiplas e apreciáveis produções, atraíram as pessoas, não só paraguaias pobres e atrasadas, mas também européias e demais províncias do Prata. O incremento do tráfico de seu comércio, principalmente o de erva mate, a tornou célebre e rica, até que o Ditador Francia fechasse seu comércio e comunicações com as demais províncias, suprimindo inteiramente a navegação e extração de artigos de comércio do país, com a bárbara ideia de empobrecer o povo para mais facilmente escravizá-lo. Desta conduta anti-política de governo, resultou a ruína daquele comércio e os habitantes e trabalhadores ficaram pobres, sendo também prejudicados pelas incursões e roubos executados pelos “Bayaes”, associados aos portugueses de “Guachié”, desde o ano de 1813. Todo o território entre os rios Apa e Aquidabanigui ficou despovoado de suas opulentas “estâncias” e de habitantes.

4ª) San Pedro de Ycuamandiyu, que transportou seus produtos (erva mate e mel de cana) através do rio Jejuí, em pequenas embarcações, até o rio Paraguai. Foi fundada por D. N. Ferreira, natural do Paraguai, juntamente com outros camponeses que o acompanharam com suas famílias, ao tempo em que D. Pedro de Portugal, governava a província, em 1780.

5ª) Villa del Rosário de Cuarepoti, localizada na margem oriental do rio Paraguai.

6ª) Villa Franca ou de Remolinos, fundada pelo Governador Don Agustin Fernando de Pinedo sobre o rio Paraguai. Os terrenos eram férteis e produziam principalmente algodão.

7ª) Villa del Pilar de Neembucu, fundada pelo Governador Don Pedro Melo de Portugal, pelos anos de 1780 ou 1781, com pessoas voluntárias. Teve um comandante militar e o Corpo Municipal se compunha de dois Alcaldes e um Síndico Procurador do comum, um defensor dos pobres e outro de menores. Seu principal ramo de comercio consistiu em madeiras de construção e palmeiras. Foi importante também como centro de contenção das invasões dos índios do Chaco.

Além da capital houve somente mais duas vilas de espanhóis: Vila Rica del Espiritu Santo e Curuguati. Assunção contava com cinco paróquias de

espanhóis e cinco conventos, ao todo;

“en la capital había 5.237 familias, con um total de 26.617 almas. Vila Rica tenía una sola paróquia y un convento franciscano. Era la segunda ciudad del Paraguay: contaba con 678 familias que hacían 2.936 almas. Curuguati solamente con una capela pública: su población era de 484 familias, que totalizaba 2.164 almas”.<sup>13</sup>

Os povoados de índios “encomendados” foram: Tobati, Atirá, Altos, Ipané, Guarambaré, Jaguarão e Emboscada.<sup>14</sup>

Os povoados indígenas das Missões Jesuíticas foram: San Ignacio Guazu, Santa María de Fé, Santa Rosa, Santiago, San Cosme, El Pueblo de Itapua, El Pueblo de Jesus, Santísima Trinidad, Candelaria, Santa Ana, Loreto, San Ignacio-Miri e El Pueblo de Corpus.<sup>15</sup>

Os povoados de mulatos foram: El de Emboscada, fundado pelo Governador Don Rafael de la Moneda (em 1741/1742) com mulatos e povoadores livres; El de Areguá, a cargo e serviço dos religiosos Mercedários; El de Tabapi que, em maior parte se compunha de escravos pertencentes e próprios da comunidade religiosa de Dominicanos. No ano de 1820, por motivo da extinção das instituições e comunidades religiosas, foram desapropriados todos os seus bens em benefício do Estado e secularizados seus membros.

Cada paróquia (em número de 55) se considerou um “Partido” embora, a rigor, não devesse chamar-se assim, segundo o espírito das leis; cada uma teve um Juiz Comisionado no Civil e no Criminal para instruir sumários; apri-sionar réus e remetê-los a julgamento. Sua autoridade e jurisdição estendeu-se também à perseguição de vagabundos e desocupados. Estes “Partidos” compreenderam os vales e planícies povoados, agregados a cada curato.

Como a província esteve rodeada de índios bárbaros, inimigos irreconciliáveis em certos casos, que com suas frequentes incursões e depredações a mantiveram acossada, cobriram-se de fortes as margens dos rios, em número de 23, além dos do lado do Chaco.

Apesar de tudo, o Paraguai não foi, em momento algum de sua evolução, uma cifra ignorada na história da América. Pelo contrário, foi centro e coração de expedições, cabeça de conquistas e mãe de cidades e povos. A fatalidade histórica, colocando-o na sua ingrata situação mediterrânea, haveria de deteriorar, com os séculos, aquele glorioso privilégio inicial, quando sua extensão chegou até o Paranapanema e o Tibagi, no atual território brasileiro e possuindo limites sobre os dois oceanos.

13 -José Luís Mora Merida, *Iglesia y Sociedad en Paraguay en el siglo XVIII* (Estudios Hispanoamericanos, 1976) p.91.

14 -Ibid., p.92.

15 -Ibid., p.93.

Foi de Assunção que partiu Nuflo de Cháves, em 1561, para a fundação de Santa Cruz de la Sierra, essa ponta de lança cravada no extremo norte do Chaco. De Assunção saiu também Juan de Garay, em 1573, para fundar Santa Fé e, sete anos mais tarde, a segunda Buenos Aires; dali, ao mando do Governador do Paraguai, Don Alonso de Vera y Aragón, fundou, em 1585, Concepción del Bermejo, e, em 1588, San Juan de Vera de las Siete Corrientes.<sup>16</sup>

O território foi habitado, do rio Paraná até as fontes de Igatemi, margens do Jejuí e imediações de Curuguati e São Estanislau, por índios atrasados, de diferentes tribos, porém de um mesmo idioma, com pequenas variações. Das cabeceiras do Igatemi, um pouco ao ocidente, até o rio Paraguai, localizavam-se os Bayaés-Guazú. Desde 1813 estes índios se retiraram para Guachié.

Pelo lado oeste e pelo lado do Chaco, houve outros grupos que incomodaram sobremaneira os povoadores espanhóis, mantendo a província em contínuo alarme:

“En el Paraguay existe el Chaco inconquistable, centro de una india-  
da terrible en que un guaiouru vale por 20 mejicanos o peruanos”.<sup>17</sup>

Somente cessaram suas incursões com a construção de quatro fortes, ao tempo do Ditador Francia.

A nação Payaguá, habitou na margem oriental do Rio Paraguai desde Pilar até Concepción, mudando-se de um sítio a outro em hordas. Foram os mais traidores e guerreiros da época da conquista; nunca se dedicaram a agricultura. Ocuparam-se da pesca e do corte de lenha que forneciam aos vizinhos em troca de alimentos, dinheiro e aguardente; conduziram os negociantes em suas canoas até Concepción, em cujo fabrico e manejo foram muito destros. Apesar do trato diário com os missionários e os cristãos, se mantiveram obstinados em seu gentilismo e costumes.

A primeira tribo que se submeteu foi da Tucumbú e, depois, a de Sarihué. No Chaco habitaram os Guanáes, vassallos e tributários, na qualidade de escravos, dos Bayaés.

Muitas outras tribos estiveram disseminadas pelos arredores e todas de costumes bárbaros.

O Guarani foi dono quase absoluto daquelas comarcas desde 6 a 7 mil anos, extendendo-se da região amazônica até a platina ficando o centro na zona oriental do Paraguai e sul do Brasil.

---

16 -Luis J. Gonzalez, op.cit., pp.13-18. Ver também Efraim Cardozo, op.cit., pp.20-25 e Pedro Torquato Xavier de Brito, Notícia Histórica, Geográfica e Política da República do Paraguai (Rio de Janeiro, 1865).

17 -Felix de Azara, apud Manuel Dominguez, Causas del Heroísmo Paraguayo (Asunción, 1903) p.15.

Os primeiros espanhóis, ali estabelecidos, não sentiram repugnância em se unir com a índia guarani:

“El Noble fuerte mezcló su sangre con la del Guarani que era sufrido y nació el mestizo que no era el de otras partes”.<sup>18</sup>

Destas uniões surgiu o mestiço, representante genuíno da etnia paraguaia e cujas qualidades foram ressaltadas por Felix de Azara, Alcides d’Orbigny, Moisés S. Bertoni e muitos outros escritores. Azara afirma que o paraguaio é superior ao portenho e é também superior ao crioulo, porque:

“ la masa mestiza ocupó en la colonia el lugar de la ausente inmigración; formó la base de la actual población paraguaya y desde el temprano gravitó en el proceso histórico”.<sup>19</sup>

Irala deu o exemplo casando-se com a filha do cacique Moraquicé, cujas filhas mestiças, Marina, Isabel, Ginebra e Ursula, casaram-se com os capitães Francisco Ortiz de Vergara, Gonzalo de Mendoza, Pedro Segura e Alonzo Siquelme de Guzmán, respectivamente;

“El Guarani que como otros Indoamericanos, vio en el español al hombre de sobrenaturales poderes, con sus arcabuzes, sus caballos e sus perros, se mostró dispuesto a todo trato que le asegurase la ayuda de tan formidables guerreros. La alianza se estableció al modo tradicional del área, sobre la base de los matrimonios. Esto resultó difícil acá donde la mujer blanca no existió, - prácticamente, durante mucho tiempo. Los españoles tomaron pues por mujeres a las hijas de caciques y principales; el Gobernador Martínez de Irala, - llegó a tener seis de estas esposas”.<sup>20</sup>

Já em 1545 havia 600 criaturas mestiças e, em 1576, se contavam 6.000 “mancebos de la tierra”.<sup>21</sup>

A origem da Província do Paraguai se encontra, então, como consequência, em duas vertentes humanas: a espanhola e a guarani e num território: o que forma parte do sistema hidrográfico do Rio da Prata, com preferência a parte oriental.

Os espanhóis e guaranis deram consistência, com o correr do tempo, a este amálgama, aproximando os elementos culturais. Demersay não se esqueceu de dizer que “*la población presenta la más entera uniformidad de costumbres, de gustos, de hábitos y de sentimientos*”.<sup>22</sup>

Na evolução história, esta primitiva população, segundo Justo Pastor Benitez, formou quatro gerações: “a de maio que, no ano de 1811, proclamou a independência; a de 1811 que aparece no cenário com o desaparecimento

18 -Manuel Dominguez, op.cit., p.9. Ver também Efraim Cardozo, op.cit., pp.63-68.

19 -Josefina Pla, op.cit., p.133.

20 -Ibid., p.132.

21 -Efraim Cardozo, op.cit., pp.68-71.

22 -Alfred L. Demersay, Histoire Physique, Économique et Politique du Paraguay et des établissements des Jesuits (Paris, 1860-1867) p.29.

da ditadura de Francia; a do ano de 1870 que ditou a Constituição Nacional e a de 1900, designada de ‘Instituto Paraguai’”.<sup>23</sup>

Os ingredientes próprios da geração de maio poderiam ser anunciados, de forma geral, assinalando a tradição de Assunção, que havia arrancado da Cédula Real de 12 de setembro de 1537 o direito de eleger seus governantes e no espírito regionalista que se sublimou em nacionalista, além de muitos outros fatores de ordem sócio-econômica como o caso das “gabelas”, a fixação do porto de Buenos Aires e as imposições de contribuição em espécies e em sangue que impuseram à província, fora de suas fronteiras. Este espírito não desapareceu através de três séculos, apesar de sua pobreza, dos entraves econômicos impositivos e do cerceamento territorial impostos aos habitantes.

Ao final do século XVIII Felix de Azara calculou que a população paraguaia, foi constituída de 92.000 brancos, sem contar com os índios que viveram sob o regime especial, embora não mais em “encomiendas”. Apesar de que, o Paraguai ofereceu um coeficiente de multiplicação extraordinário:

“eran cien mil en 1800 y sin recibir inmigrantes eran 1.300.000 en 1862”.<sup>24</sup>

A “Revolução Comunera”, dirigida pela elite de paraguaios natos como os Yegros, Cavallero, Iturbe, Montiel, Rivarola, Toche, Mora, Molas, Valdovinos, Acosta, Aristeguis, Echague, Casajus, Bogarin, e outros muitos:

“fué realizada por los criollos, por la clase alta y culta; tiene en contra al Gobernador y al Cabildo que se han anquilosado, pero tiene eco en el pueblo”.<sup>25</sup>

Este grupo romântico não tardou em se chocar com um realista da política, encabeçado pelo Dr. Francia, discípulo indireto dos enciclopedistas e disciplinado na Universidade de Córdoba. Embora tenha perdido a fé, não perdeu a rígida ordem conventual, estabelecendo sua meta num Paraguai autônomo e, com este objetivo e critério, eliminou seus compatriotas de maio e os membros da corrente liberal, lançando, assim, as bases da República Ditatorial, com a supressão das oligarquias de sangue e de riqueza, porque no Paraguai deverá existir a igualdade em que não haja:

“clases opresoras ni oprimidas. Ni la aristocracia del dinero se ha formado todavía. La raíz de esta democracia está... en cierta profundidad de nuestra história”.<sup>26</sup>

Azara que, por sua posição conspícua, viu esta “democracia” de perto, também afirma que “todos convienen en considerarse iguales sin conocerse

23 -Justo Pastor Benitez, Bajo el Alero Asunceño (Rio de Janeiro, 1955) p.5.

24 -Manuel Dominguez, op.cit., p.10.

25 -Ibid., p.27. Ver também Benjamin Vargas Peñay, “Los Ideales del Paraguay”, Miscelânea Política.

26 -Manuel Dominguez, op.cit., p.27.

aquello de nobles y plebeyos”.<sup>27</sup>

Os nascidos a partir de 1800 não conheceram mais o exercício de seus direitos de cidadãos, senão após 1841. Este isolamento francista não produziu uma só inteligência brilhante. Essa falta de difusão cultural e de exercício dos direitos não chegou, todavia, a comprometer a substância nacional que, assim mesmo, foi se forjando no cumprimento do dever e na mística patriótica.

Destes dois aspectos surgiu a primazia militar que não mais irá deixar de influir no ritmo histórico. Terminou a preponderância civil dos advogados para inaugurar-se o regime castrense. Assim se expressa Benitez sobre o assunto:

“La generación de Mayo hizo la Patria; la de 1841 la introdujo en la Historia Universal con su sacrificio heróico. Se quemó para alimentar de humus a la tierra de los carios”.<sup>28</sup>

Até à época, dada sua composição social, a densidade de seu espírito coletivo, seu grande isolamento espacial e temporal, os primeiros paraguaios não haviam ascendido a uma cultura apreciável. O percentual indígena e mestiço pesava, profundamente no setor.<sup>29</sup>

Somente com a geração do “Instituto Paraguaio” foi possível dirigir a política e a cultura para rumos mais certos e apropriados e lançar o país na senda do desenvolvimento.

Ha que se notar ainda que, na formação social do paraguaio é notório o maternalismo antes que o matriarcalismo. A índia sabia que, desde os tempos primitivos do povoamento espanhol, havia tomado em seus braços Domingo Martinez de Irala e que havia impresso nele e no dos demais habitantes, seu espírito e seus caracteres étnicos e culturais. Através dela se criou o primeiro vínculo de aliança entre o conquistador e o índio. Está ainda vivo, entre os paraguaios o idioma guarani, como sua herança cultural. É ainda Benitez quem nos diz que:

“una sociedad adquiere estilo por la influencia de las grandes damas... desde las costumbres caseras de comodidad y de adorno hasta los hábitos sociales... Ella en realidad encarna el hilo a veces invisible de la tradición: reza y recuerda... En el solar Guaraní el hombre traza la historia exterior, la mujer forja en gran parte, las costumbres, los hábitos, los estilos de vida casera, es decir la intrahistoria”.<sup>30</sup>

Apesar de tudo, houve falta de organização preponderantemente matrimonial. A rudimentar economia, que não permitiu o aparecimento dos “tios ricos” para amparar a instrução e a falta de institutos de proteção aos pobres e órfãos, contribuíram para o atraso cultural, embora não lhes fal-

27 -Ibid., p.27.

28 -Justo Pastor Benitez, op.cit., p.8.

29 -Susan Migden Socolow, ,op.cit., p.1-24.

30 -Justo Pastor Benitez, op.cit., pp.70-71.

tasse inteligência:

“Escritores superficiales dicen que aquella gente era muy ignorante. No era instruida pero era inteligente”.<sup>31</sup>

Em Documentos do Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro, encontramos aspectos marcantes da população paraguaia e de seus costumes. Diz ele que a “República do Paraguai teria de 600 a 700.000 habitantes; uma pequena parte eram verdadeiros brancos e poucos eram negros. Não havia 100.000 escravos e esses eram mestiços em maior número, e que ia diminuindo em virtude de uma lei de 1844 que declarou livres todos os nascidos de escravos”.<sup>32</sup>

“En 1862 el número de índios y mulatos, en el Paraguay, había disminuido todavía más. Conforme afirma Robertson había muy pocos negros y no abundan los mulatos. La gran masa de la población era una casta formada de españoles é indígenas, pero el blanco predominaba tanto que los naturales parecían descendientes de europeus”.<sup>33</sup>

“A língua que se fala na República é O Guarani degenerado com o castelhano adulterado. Das mulheres, nove décimos não fala outra; o décimo restante, umas entendem e falam, outras não entendem o castelhano. Quase todos os homens falam ou pelo menos entendem o castelhano: a maior parte deles, e especialmente os moços leem e escrevem a língua européia espanhola”.<sup>34</sup>

“La ignorancia del idioma castellano que había entre los vecinos de la provincia en la opinión del Obispo Torre, era una de las razones más fuertes por las que se explica la ignorancia de la doctrina cristiana”.<sup>35</sup>

Caracterizando a população, Ponte Ribeiro diz que o “povo é alegre, amigo de danças e hospitaleiro. As mulheres são carinhosas e os homens dados à embriagues; homens, mulheres e crianças, todos fumam charuto constantemente. O temor de incorrer no desagrado do Governo, tem acostumado os paraguaios a não falar sobre negócio algum político, e todos têm a maior confiança no seu Governo, considerando que só a ele pertence ocupar-se de tais objetos”.<sup>36</sup>

A administração está “concentrada no Presidente; os Ministros nada

31 -Manuel Dominguez, op.cit., p.35. Ver também James Fergunson King, “Evolution of the free slave trade principle in Spanish Colonial Administration”, HAHR, Vol. XXII (February, 1942) N° 1, pp.34-56.

32 -Duarte da Ponte Ribeiro, Arquivo Particular. Paraguai: Política Externa e Memórias (1842-1862) Lata 280, maço 3, pasta 2.

33 -John Parish Robertson, La Argentina en la Epoca de la Revolución (Buenos Aires, 1920) Carta VII, p.37.

34 -Duarte da Ponte Ribeiro, op.cit., p.1.

35 -José Luis Mora Merida. op.cit., p.91.

36 -Duarte da Ponte Ribeiro. op.cit., p.1.



mais fazem do que tingir roupa para a tropa e colher mate”.<sup>37</sup>

No documento de 28 de outubro de 1853, Ponte Ribeiro reafirma que “a população era de 650 a 700.000 habitantes sendo 1/3 mestiços e 2/3 índios puros mais ou menos civilizados”.<sup>38</sup>

Referindo-se às possibilidades militares afirma que “o Paraguai poderia levantar, sem dificuldade, 20.000 combatentes e elevar esse número a 40.000 em casos extremos. Tem atualmente armas para 16.000 homens. Todo esse armamento era mau e, sobretudo as últimas 5.000 espingardas, que sendo usadas, seriam mais fatais ao portador e seus vizinhos do que ao inimigo que estivesse em frente. O paraguaio apenas é soldado para o território de seu país”.<sup>39</sup>

Além desses problemas do elemento populacional, pode-se muito bem condicionar o Paraguai à sua geografia, embora sem pretender enquadrá-lo na rigidez decisiva e determinante da geopolítica ou na dialética do materialismo marxista. A história do Paraguai é uma negação decisiva da teoria da geopolítica e e também um desmentido a dialética do materialismo histórico.

Os conquistadores espanhóis, em sua grande empresa, desmentiram a geografia e a subordinaram ao capricho de sua vontade, na luta contra os infortúnios. A história do Paraguai é a história dessas firmes vontades na luta contra a geografia, a economia e a adversidade. Ao final, porém, venceram e ostentam o triunfo por mais de quatro séculos, nesse paradoxo aparente da sua existência.

Foi tão grande a influência da teoria da geopolítica, com caráter de fator primordial que, por ele renasceu nos espíritos essa aparente contradição do “Por que o Paraguai não integra a nação que se estabeleceu sobre o antigo Vice-Reinado”.<sup>40</sup>

A constatação é uma verdade incontestável: porque a vontade do paraguaio foi e será sempre mais forte do que o meio geográfico que procura aprisioná-lo. Porque a alma nacional, que vive em cada cidadão é mais potente que o curso dos seus rios.

Isto não quer dizer que se deva desconhecer a geografia, como um dos fatores que jogou no determinismo do destino paraguaio. Antes do que ele, e sobre ele esteve o fator fundamental e decisivo do homem como motor da história. E o homem se determinou por idéias que predeterminaram as metas e

---

37 -Ibid., p.1.

38 -Duarte da Ponte Ribeiro, op.cit., (Memorial Nº 57, 28/10/1853) p.1.

39 -Ibid., p.1.

40 -Manuel Dominguez, op.cit., p.15. Ver também Rafael Oddone, Esquema Político del Paraguay (Buenos Aires, 1948) pp.21-32.

os objetivos, conseguindo eco nos sentimentos e articulando essas vontades e desejos de realizar e agir.

Por isso se explica o domínio do Rio da Prata, movendo os esforçados conquistadores, deixando as costas do Atlântico, em busca do Rio caudaloso, para lançarem-se ao interior e ali, estabeleceram-se definitivamente. Só depois, quando se sentiram estáveis e firmes e, para manter e vivificar seu estabelecimento, voltaram para realizar o que não fizeram. Mas já não se tornou mais fundamental neles o comunicar-se com a Metrópole a não ser no acessório à colonização estabelecida.

O rio Paraguai adquiriu, assim, a condição vertebral de sua comunicação com o mundo, para desenvolver o progresso de seu estabelecimento colonizador. Desde então o rio condicionou essa liberdade de progredir como um dos fatores importantes, mas nunca subordinou sua existência aos impedimentos que se levantaram em seu curso.<sup>41</sup>

No entanto surgiram as consequências dos gravames portuários que somente serviram para afirmar, nos ressentimentos, aquelas vontades dos homens em exaltarem-se mesmo na mediterraneidade.

Todavia, não foram só os conquistadores que desmentiram a geografia. Também o foram os tiranos que abandonaram esse outro pulmão da existência econômica: o rio Uruguai. Realidade ocorrida em ofertas, vendas e doações de territórios; depois definitivamente perdidos e que poderiam assegurar essa outra saída para o mar.

Se se pudesse julgar severamente os casos dessa história, talvez pudessem ser desculpados pelo tempo, sendo possível explicar em suas causas, tudo o que foi decidido pelas vontades dos homens, responsáveis pelos destinos paraguaios. Para explicar, porém, este sentido separatista que assombra a muitos, basta recordar que o fator geográfico também colocou sua contribuição a essa interrogação geo-histórica. As distâncias que se enumeravam e contavam em meses, da capital vice-reinal, truncavam permanentemente a convivência. Os poderes políticos se viram impedidos de uma ação direta, por fatores diversos que se somavam aos desertos e demais impecilhos que separavam Assunção. Isto que pareceu tão superficial e aparente, já depois da independência foi se concretizando naquela teoria internacional de política e estratégia que o Ditador Carlos Antonio Lopez sustentaria denodadamente, como um meio de evitar “fricciones” e manter a paz, criando zonas de “desiertos neutrales” entre os países.

---

41 -Ver Attila Rodrigues Novaes, *O Rio como Elemento de Progresso* (Rio de Janeiro, 1953), e Henrique Paulo Bahiana, *op.cit.*;

Por outra parte, estabelecida a independência, consolidado o ideal como realização política, o meio geográfico condicionou outra concepção mediterrânea, baseada em princípios militares - embora mal interpretados - então em voga. Os rios serviram como instrumentos para dar efetividade ao pensamento concebido. Por isso, os tiranos também buscando uma segurança estratégica e política fizeram retroceder as dilatadas fronteiras coloniais iniciais com que se fez a independência, até as margens dos dois grandes rios, quadriculando os limites da irregular geografia do Paraguai.

Também desse modo se desmentiu a geografia que colidiu com os interesses fundamentais da nação, com o único objetivo de assegurar o poder onímodo das tiranias, embora:

“la poca extensión del Paraguay propriamente dicho, contribuyó también á que fuera tan ardiente el patriotismo!”.<sup>42</sup>

Mas tanto foi desmentida a geografia e até negada no determinismo da sorte e destino paraguaios, que bastaria assinalar o fato paradoxal e curioso: o Paraguai localizado, durante o período colonial, sobre o dilatado império guaraníco, criando “A Província Gigante do Paraguai e Rio da Prata” não se preocupou em conservar essa área geográfica, conformando-se no quadrilátero de seus grandes rios.<sup>43</sup>

Torna-se claro, pois, o tremendo desmentido que o Paraguai fez a essa ficção totalitária que, desconhecendo o homem como fundamento, meio e fim de seu destino, pretendeu subordiná-lo ao determinismo da geopolítica, de forma categórica e inconteste.

Se a disposição administrativa da criação do Vice-Reinado tendeu para uma unidade política, é evidente e facilmente demonstrável que não podia, debaixo de qualquer conceito, unificar o caráter dos povos que se puseram sob sua dependência. E quem menos podia ser absorvido por Buenos Aires era o Paraguai, por inúmeras condições e circunstâncias que assinalaremos, mais abaixo. Bastam, no entanto, as provas e observações de viajantes e historiadores que admiraram a definida formação espiritual, social e política do Paraguai, com caracteres de nação, muito antes que tal condição pudesse ser observada entre outros povos hispano-americanos.

Ao dispor-se a organização jesuítica no Paraguai, se deu começo a um fenômeno biológico que transcendeu na provocação de acontecimentos importantes de sua história e destino. A base biológica fundamental que definiu o Paraguai, assentou no mestiço. Enquanto as cidades viram no mestiço o denominador comum de seus povoadores, as Missões espalhadas nas selvas,

---

42 -Manuel Dominguez, op.cit., p.30.

43 -Ver Luis J. Gonzalez, op.cit., pp.20-37; e Rafael Oddone, op.cit., pp.21-32.

abrigaram índios que procriaram entre si, na submissão. Enquanto o mestiço, na sua capacidade e iniciativa se rebelou por sua liberdade na “Revolução Comunera”, o obediente Guarani das Missões, se associou aos espanhóis para ir castigá-lo e oprimi-lo. Enquanto o mestiço tratou de expandir-se para a civilização e o progresso e procurando manifestar suas ambições, o índio se manteve conformado na nivelação jesuítica, apartado e ilhado. Enquanto o mestiço lutou para romper o isolamento das Missões, o Guarani cada vez mais se isolou, buscando no interior o refúgio de sua defesa.

Está, pois nos descendentes destes índios, onde se foi prender essa corrente de confundir a liberdade com o isolamento e o afastamento, porque *“ciertas aptitudes e instintos estan en la sangre y con ella se transmiten”*.<sup>44</sup>

Segundo resposta do próprio Ministro Herrera, o Paraguai é prova da mentira da dialética do materialismo histórico, pois precisou optar entre o determinar-se por seus valores espirituais ou pelos bens materiais.

Dois fatos de suma importância, para a historia do Paraguai foram: a concessão da Real Cédula de 12 de setembro de 1537, e o estabelecimento dos Jesuítas em seu território, em 1606.

A Cédula deu aos paraguaios o direito de eleger plebiscitariamente seu Governador, em caso de vacância.<sup>45</sup> Este antecedente firmado na realidade de sua organização incipiente, fundamentou toda a atitude e resolução de autodeterminação que o Paraguai irá assumir através de toda sua história. Sobre um século de esforços de conquista e colonização, a disposição Real reconhecendo fatores estratégicos e administrativos, dividiu o seu poder com Buenos Aires, “sua filha”.

Conforme esta Cédula, foi eleito Governador do Paraguai, Don Francisco Ortiz de Vergara, no dia 25 de julho de 1558. Nesta oportunidade votaram 359 eleitores. Isto cumpriu cabalmente a objetivação e o previsto pelo Rei de Espanha de que a província, não poderia ficar, por muito tempo, sem sua autoridade máxima .

Longe estava o Rei de imaginar que a Cédula, ao consagrar o princípio de soberania popular, contradizia de certo modo o seu direito de governante absoluto, que exercia o poder respaldado pelas doutrinas política e filosófica, em voga no tempo.

Novamente, em 26 de janeiro de 1649, ante a morte inesperada do Governador Diego de Escobar y Osorio, o povo, de conformidade com os termos da Cédula, se reuniu em “Cabildo Abierto” elegendo para ocupar o cargo, o

---

44 -Manuel Dominguez, op.cit., p.15.

45 -Efraim Cardozo, op.cit., p.168.

franciscano Bernardino de Cárdenas. Atendendo este, o sentimento popular, ordenou a expulsão dos Jesuítas de suas casas de Assunção. Fato que produziu a censura da Audiência de Charcas e a intervenção militar das forças vicereinais compostas de 4.000 índios das Missões. Cardenas foi desligado de suas dignidades política e eclesiástica e proscrito do Paraguai.

Esta Cédula foi suprimida quando o Marechal de Campo Bruno Maurício de Zabala tomou posse do governo e derrotou, em Tavapy os revolucionários Comuneros. Por decisão de 2 de junho de 1735 Zabala tornou sem efeito dita Cédula, proibindo ao Cabildo a eleição de Governadores, porque seus membros:

“por ningún motivo debieron dar fomento a una revolución popular, que no merecía aprobación ni aprecio, antes bien los del Cabildo por razón de sus empleos, según lo prevenido por Leyes del Reyno (debieron) embarazar cuanto es de su parte las sediciones y tumultos populares, en que parece quisieron, aprobando la dicha sedición (dos Comuneros) suponiéndola conforme a lo dispuesto por la Ley o Cédula Real antigua”.<sup>46</sup>

O mesmo Zabala fez desaparecer toda a esperança de manifestação popular determinando, em 15 de junho de 1735 “que nenhuma pessoa de qualquer estado, sexo ou idade que seja, ou se de hoje em diante juntar-se em qualquer numero, por pouco que seja, pública nem secretamente, na cidade ou fora dela, em casa, nem outros lugares com proteção da Junta Geral nem Comum, nem outro rato semelhante; sob pena de que só este fato, sem mais justificação, serão declarados sediciosos e tumultuadores, traidores do Rei, réus de lesa majestade e condenados à pena de morte e perda de todos seus bens desde logo que se declare haver incorridos nos casos de juntar-se na forma referida”.<sup>47</sup>

Quando Carlos V, herdeiro de vastos domínios, assumiu o mando do Império e manifestou sua predileção especialmente para o problema alemão, proveniente das guerras religiosas, e fez uso de recursos arrancados da Espanha, desrespeitando os direitos e bens de seu povo, produziu a reação das “comunidades espanholas” que se reuniram na Junta Santa de Avila, nomeando Pedro Laso de Vega como presidente e Juan de Padilla como capitão.

Os “comuneros” espanhóis foram facilmente derrotados, pelas forças realistas, na batalha de Villalar (1521) e seus principais chefes executados.

Portanto, a designação “comuneros” para os defensores dos direitos

46 -Victor Natalicio Vasoonsellos, Resumen de Historia del Paraguay, Delimitaciones Territoriales (Asunción,1970) p.51.

47 -Victor Natalicio Vasconsellos, op.cit., p.52. Ver también Magnus Morner, Actividades Políticas y Económicas de Los Jesuítas en el Río de la Plata (Buenos Aires. 1968) p.27.

populares, desconhecidos pelo Rei, já existira na Península antes do que na América e a ideia foi trazida ao Novo Mundo pelos primeiros conquistadores que acompanharam Mendoza.

A doutrina “comunera” fixou-se rapidamente e com muita facilidade no solo americano, adquirindo matizes próprios, fazendo as províncias desembocarem na mais completa independência e liberdade se as condições houvessem sido um pouco mais favoráveis.

A frase “derecho del común” esteve nos lábios dos que aprisionaram Cabeza de Vaca e nos que apoiaram Cardenas.

Entre 1717 e 1735 se apresentou no Paraguai, em forma mais categórica este dilema: *”o el absolutismo del Rey y sus funcionarios virreynales o los derechos dei pueblo o común”*.<sup>48</sup>

A ocasião surgiu quando se efetuou a nomeação de Diego de los Reyes Balmaceda para o cargo de Governador do Paraguai, num dia *“verdaderamente aciago para la triste Provincia”* no dizer de Pedro Lozano. Balmaceda era casado com a paraguaia Francisca Benitez e era “vecino” de Assunção há mais de 20 anos. Estas circunstancias constituíam impedimento para o cargo, segundo as prescrições das Leis de Índias.

As queixas chegaram até à Audiência de Charcas que encarregou José de Antequera y Castro para averiguar. Foi recebido e em Assunção, em 1721, e, comprovando a veracidade das acusações, depôs Balmaceda e ocupou o cargo, com beneplácito geral da população. Mas o Vice-Rei do Peru, frei Diego Morcillo, desaprovou os atos de Antequera e nomeou como Governador Baltasar Garcia Rós. Ante resoluções tão controvertidas, Antequera, convocou o Cabildo de Assunção, em 1723, para opor resistência à entrada de Garcia Rós, que foi repellido duas vezes pela resistência dos “Comuneros”.

Zabala, à frente de 50 espanhóis e 6.000 índios, entrou em Assunção. Antequera dirigiu-se a Charcas, passando por Córdoba, acompanhado de vários partidários. Ali foi processado e, posteriormente executado em Lima, em 5 de julho de 1731.

O movimento comunero de Assunção não se apagou com a morte de Antequera, primeiramente, e de Juan de Mena, depois. A efervescência popular continuou até 29 de março de 1735, dia em que as dizimadas forças comuneras foram vencidas em Tavapy pelo exército de Zabala. Como castigo, a província que se havia insurgido contra a autoridade colonial, teve as concessões da Cédula Real de 1537 derogadas por Zabala. A Audiência de

---

48 -Victor Natalicio Vasconsellos, op.cit., p.53. Ver também Efraim Cardozo, op.oit., pp.150-162.

Charcas determinou ainda, a criação do “Puerto Preciso de Santa Fé” para toda a embarcação procedente de Assunção. Nenhum barco poderia, desde então, navegar diretamente para Buenos Aires.

Assim, a Revolução dos Comuneros, no Paraguai, segundo a própria definição de Antequera:

“no fué sinó la aplicación de la suprema ley que es lo que el pueblo ha decidido en ultimo lugar a un contradiciendo la voluntad real”.<sup>49</sup>

Quanto ao perfil territorial, tão mudado ao longo dos anos, teve sua primeira separação em 1552, apenas quinze anos depois da fundação de Assunção.

Segundo o testamento de Mendoza, a Ayolas caberia o mando supremo daqueles territórios, mas como não apareceu, Irala reclamou para si o poder e se fez proclamar Tenente Governador “por el muy magnífico señor Juan de Ayolas” cuja morte já se presumia. Irala tomou posse em 1539, exercendo o poder até 1556, com uma interrupção de dois anos (1542 e 1544) quando exerceu o mando o Adelantado Alvar Nuñez Cabeza de Vaca cuja “Capitulación” datada de Madri em 18 de março de 1540 lhe conferia os mesmos direitos de conquista que os de Mendoza.

Em relação aos territórios indígenas, as Leis dispunham que, caso um cacique tivesse morrido em combate ou caído prisioneiro, a metade dos tesouros e outras riquezas pertenceriam ao Rei de Espanha e a outra metade aos conquistadores, deduzindo-se previamente o quinto real. De pouco valeram estas disposições. A conquista e povoamento das terras devia fazer-se mais espontaneamente, aos impulsos da coragem e do sacrifício dos capitães, um dos quais, Irala, foi o principal executor da conquista do Rio da Prata, pelo espaço de 15 anos, quando veio a falecer:

“The Governos of Asunción was Domingo Martínez de Irala, an able but unscrupulous fellow who exercised dictatorial powers until his death in 1556”.<sup>50</sup>

Com a construção de Assunção preparou-se o cenário do que seria, naqueles tempos, o centro da conquista espanhola na região platina. Foi Assunção o ponto de apoio de novas expedições, sendo a principal de todas a que empreendeu o próprio Irala, em 1547, até o Alto Peru.

Morto Irala, seu sucessor, Gonzalo de Mendoza, comissionou a Nuflo de Chaves para tomar posse das terras alcançadas por Irala, que somente conseguiu fundar o porto de Nova Assunção, nas proximidades do rio Parapiti; ali havia também chegado Andrés Manso, proveniente de Lima. Ambos

49 -Victor Natalicio Vasconellos, op.cit., p.56.

50 -Hubert Herring, op.cit., p.149.

resolveram subordinar o conflito de jurisdição à arbitragem do Vice-Rei do Peru, Don Andrés Hurtado de Mendoza o qual, numa salomônica resolução, criou nas terras em litígio uma nova “Gobernación” que recebeu o nome de Santa Cruz de la Sierra. O filho do Vice-Rei, Garcia Hurtado de Mendoza, foi nomeado Governador e Nuño de Chaves capitão; este fundou, em 1561, a capital, Santa Cruz de la Sierra. Totalizava a nova região administrativa, em seu início, 540.000 Km quadrados.

Gonzalo de Mendoza morreu em 1553 e foi substituído por Francisco Ortiz de Vergara. Para confirmar o cargo, foi a Lima, onde encontrou forte oposição da Audiência desta cidade, por ter-se ausentado do Paraguai sem a autorização que exigiam as Leis de Índias, nestes casos. Foi, por isso, julgado e condenado.

Designou-se, então, como Adelantado, o rico estancieiro e cavaleiro da Ordem de Santiago, Juan Ortiz de Zarate, por disposição do Vice-Rei de Lima, García Lopez de Castro. Zarate foi a Madri para obter a confirmação e deixou, como Tenente Governador em Assunção, a Felipe de Cáceres.

Com a “Capitulación” de 10 de julho de 1561, firmada por Felipe II, os limites do Paraguai mudaram da linha do equador para o paralelo 6°20’ de latitude sul, mais ou menos, incluindo na jurisdição de Pedro Malever da Silva, parte da Colômbia e o ocidente Venezuelano e ao Capitão Diego de Serpa, o oriente venezuelano e as Guianas.

Do Paraguai se lhe separou, pela “Capitulacion Zaratina” de 1569, toda a região Amazônica, território este adjudicado a Pedro de Mendoza pela “Capitulación” de 1534, mas que nunca foi visitado por nenhum capitão ou governador, o mesmo ocorrendo e acontecendo com a costa pacífica do antigo Paraguai.

As mercês de Ortiz de Zarate lhe foram concedidas por toda a vida e para a pessoa que designasse para sucedê-lo. Podia o Adelantado repartir e encomendar pelo prazo de três vidas, todos os índios que não achasse em poder de outros espanhóis.

Os conquistadores e povoadores das terras do Rio da Prata, foram desobrigados, em virtude da “Capitulación Zaratina”, do cumprimento da “alcabala”, pelo espaço de 20 anos e do imposto de “almojarifazgo” por 10 anos. Tinha também o direito de trazer da Espanha, Portugal, Cabo Verde e Guiné 130 escravos negros e levá-los ao Rio da Prata. Mais 20.000 índios deviam passar à vassalagem do Adelantado, seus herdeiros e sucessores.

Zarate morreu ao final do ano de 1575, designando herdeira, com direito universal de seus bens a filha, Juana, a “marquesa del Paraguay” que



vivia em Chiquisaca e, sucessor, ao que contraísse matrimônio com ela. Juán de Garay foi nomeado tutor de Juana até casar-se com o Ouvidor, Juan de Torres de Vera y Aragón que designou seu representante, em Assunção, o Capitão Juan de Garay. Este atuou até 1591, quando Vera y Aragón exerceu o poder pelo espaço de um ano, indo depois residir em Charcas de onde não mais voltou.

Ficou Assunção, com breves interrupções, sob o poder do Tenente-Governador Capitão Hernando Arías de Saavedra, até 1621. Neste período deu-se a divisão da Província do Paraguai, determinada por Felipe III, em 16 de dezembro de 1617, tendo por base o Memorial do Procurador das Províncias do Rio da Prata, Manuel de Frias. A mencionada Cédula diz:

“...y que, para remedio y reparo de ésto (as cidades serem construídas por índios) convenía se dividiera aquel Gobierno que tiene más de quinientas léguas de distrito; y en él, ocho ciudades muy distantes, sin poder socorrerse las unas a las otras, particularmente las tres de ellas que son de la Província del Guayrá, las cuales jamás han podido ser visitadas de Gobernador ni Obispo, ni administróse en ellas el sacramento de la confirmación”.<sup>51</sup>

Os limites entre as Províncias de Guaira e do Rio da Prata foram estabelecidos da seguinte forma: uma linha passando pelo Chaco Central (Formosa) a igual distancia dos rios Pilcomaio e Vermelho até 8 léguas antes de chegar ao rio Paraguai, de onde seguiria paralela até alcançar o riacho Antequera, na altura das Três Bocas, de onde dobraria até o este, indo águas acima pelo Paraná, seguindo logo a divisória de águas deste rio e do rio Uruguai (Missões) até alcançar a fronteira das províncias e territórios de Santa Catarina e Paraná, no Brasil. Pouco depois, os limites entre as duas províncias mudaram até o rio Vermelho, situação na qual se encontravam no tempo da emancipação .

O primeiro Capitão e Governador do Guaira foi Manuel de Frias e do Rio da Prata, Diego de Gongora, ambos nomeados por um prazo de 5 anos.

Com a divisão da Província, em 1617, o Paraguai perdeu a costa atlântica, decretando-se, deste modo, sua mediterraneidade:

“En 1617 la Carona había deividido en dos Gobernaciones la Província Gigante de las índias. Con esta división, perdió el Paraguay el litoral Atlántico, que pasó a formar parte de la Gobernación de Buenos Aires”.<sup>52</sup>

Em 6 de abril de 1661, Felipe IV, erigiu a primeira Audiência de Buenos Aires, com jurisdição sobre as províncias do Rio da Prata, Tucumán e Paraguai. Tal localização se deveu à importância que estava adquirindo Buenos

51 -Victor Natalicio Vasconellos, op.cít., p.7.

52 -Josefina Pla, op.cit., p.136. Ver também K. Sanchez Quell, op.cit., pp.71-74.

Aires como porto de mar, onde comerciavam tanto barcos espanhóis como estrangeiros.

Outra Cédula Real, de 2 de novembro de 1661, reestruturou a Audiência. Mas as leis de índias continuaram dispondo que o Presidente da Audiência deveria prover o que:

“Mas convenga al servicio de Diós y el nuestro, paz y tranquilidad de aquellas provincias y república, y en todo procedan conforme a derecho, y a sus especiales ordenanzas”.<sup>53</sup>

Com a vantagem do porto de Buenos Aires sobre o de Assunção, aos poucos tudo se vai mudando. Buenos Aires tinha o privilégio geográfico de que carecia Assunção, mediterrânea. E os privilégios da natureza são um direito.

Mas, entre as duas cidades, mediava uma diferença de organização que Buenos Aires trataria de compensar com sua condição de porto e porta do Rio da Prata. No início, os interesses das duas cidades combinaram perfeitamente, complementando-se o mercantilismo portuário buenairense com a produção agropecuária paraguaia.

Dois fatos, porém, de suma importância, enfrentados pelas duas cidades, transformaram a situação: 1º) a criação Vice-Reinado em 1776; 2º) as franquias de comércio monopolista para o porto de Buenos Aires e que significavam a competência ruínosa sobre produções e indústrias interiores.

A criação do Vice-Reinado, com a capital em Buenos Aires, se satisfiz naturais necessidades inerentes à administração colonial, feria profundamente o antecedente esforço de Assunção como “madre de la conquista”. O ressentimento tornou-se natural e lógico, dirigido particularmente contra os portenhos.

O levante comunero firmara na alma da província do Paraguai, um sentido localista, separatista e isolacionista. Por razões estratégicas, trataram de isolar-se cada vez mais na mediterraneidade, como um meio de defesa contra expedições ordenadas desde Lima e Buenos Aires.

Se isto acrescentava o fundamento geográfico do localismo, o ressentimento contra as cidades que organizavam seu castigo por proclamar o que criam seus direitos, fundamentava cada vez mais sua desconfiança contra elas; e tal circunstância se manteve viva em horas decisivas da história paraguaia. Então;

“El patriotismo era ya instinto de conservación y el hogar há de tener heroicos defensores”.<sup>54</sup>

53 -Victor Namlicio Vasconselles, op.cit., p.39. Ver también Oraste Popescu, Sistema Económico en las Misiones Jesuíticas, (Barcelona, 1067) pp.45-48.

54 -Manuel Dominguez, op.cit., p.38. Ver también Raúl Mendoza A. " Desarrollo y Evolución de la Población Paraguaya" Revista Paraguaya de Sociología (Año 5-Nº.12, Agosto 1968)

Quando Buenos Aires começou a adquirir desenvolvimento econômico e mercantil, como porto, produziu-se outro fato: o interior se viu sacudido pelo despovoamento, na corrida para o porto, além de ser esquecido pelas novas correntes migratórias. Somente permaneceram, no interior, os radicados pela tradição ou pelos interesses e que, seguramente, se sentiram mais firmes em seu localismo, contra essa corrente emigratória.

Com plenos direitos da autoridade que se lhe havia outorgado, Buenos Aires impôs gravames que julgou indispensáveis ao interesse do Vice-Reinado, embora atrás deles se manejassem os próprios do porto, afetando ainda mais o interior.

Conhecida é a geografia deste pedaço de terra americana, e principalmente a que tem relação com o Paraguai. Embora palpitando e cheio de esperanças foi sendo, aos poucos, dominado, diminuído e sufocado pela “filha” enriquecida e poderosa.

Antes, porém, esteve incorporado ao Peru. Em 1740 foi criado o Vice-Reinado de Nova Granada e, em 1776, também à expensas do Peru, o do Rio da Prata. Ao estabelecer o do Rio da Prata, com o fim de fiscalizar e controlar as atividades coloniais e estabelecer um centro político, militar, comercial e social na América Meridional, Carlos III tomou como base a unidade geográfica formada pelos rios Paraguai, Paraná, Pilcomaio, Vermelho, Terceiro, Salgado, Uruguai, Negro e outros de menor importância, cujas águas confluem no Rio da Prata. Integrava o território os atuais Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia, Rio Grande do Sul, e Santa Catarina, além do Departamento de Antofagasta (no Chile) numa superfície aproximada de 4.500.000 quilômetros quadrados e população de 800.000 habitantes:

“Los motivos determinantes de la creación del nuevo virreynato fueron dos: la dificultad de administrar desde Lima tan vasto territorio, y la necesidad de establecer a orillas del Atlántico un poder capaz de oponerse a las continuas usurpaciones portuguesas. Buenos Aires fué designada capital de la nueva entidad”.<sup>55</sup>

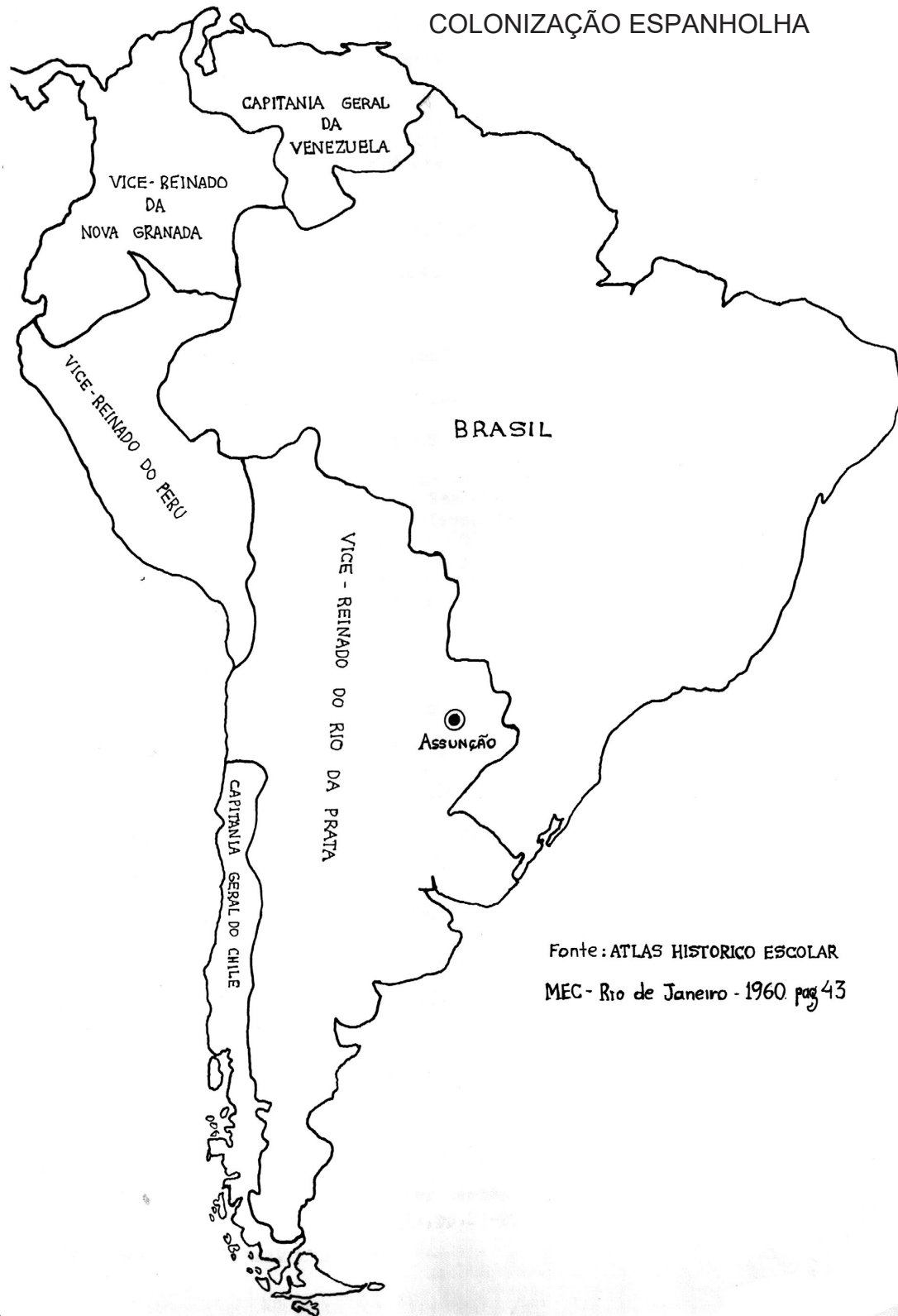
Com as costas em ambos os oceanos, as dilatadas terras continham riquezas colossais. Teve, todavia, efêmera duração. Nesta ocasião, o Coronel Agustin Fernando de Pinedo, foi nomeado Governador Intendente da Província do Paraguai. Para evitar a perda total da província, enviou um informe ao Rei, em 29 de janeiro de 1777, propondo as medidas seguintes:

“1º -Importa extinguir las encemiendas e incorporarlas todas a vuestra Real Corona;

---

pp.6-16.

55 -H. Sanchez Quell, ep.cit., p.89. Ver também Efraim Cardozo, op.cit., pp.100-105; e Rafael Oddone, op.cit., pp.27-29.



2º-Que para hacer la defensa de la Provincia se organice una milicia de 600 hombres, costeadá per la Real Hacienda con los impuestos de capitación;

3º-Que se formen poblaciones entre esta Provincia y Santa Cruz de la Sierra, para establecer una comunicación con el Peru”.<sup>56</sup>

Este interessante documento não teve qualquer acolhida por parte da Coroa. Não foram suprimidas as “encomiendas”, nem se organizou a milícia e nem se fundou as povoações.

Nos últimos tempos da Colonia, os limites do Paraguai eram: a noroeste, a província de Chiquitos, separada pela Cordilheira dos Chiriguanos, o rio Parapati ou Condorilho e a serra de Chochés ou Santiago; ao norte, a província do Brasil separada pelos rios Jauru, Paraguai e Corrientes ou Branco; a sudeste, a província de Buenos Aires, com limites nos rios Vermelho, Paraguai e Paraná.

A região das Missões sofreu transformações até a época da independência.

Em 1784 se incorporaram ao Paraguai os treze povos das Missões, ficando os outros dezessete com Buenos Aires. A serra grande das Missões marcou a linha divisória. Em 1803, tornou-se a criar a Província das Missões com seus 30 povos. O limite entre o Paraguai e Missões tornava a ser o rio Tevicuari.

Em 1806 foi nomeado Velazco como Governador do Paraguai, e sem prejuízo de sua anterior designação sobre os trinta povos Guaranis e Tapes, no Paraná e Uruguai, cujo limite sul era o rio Ivicui.

Em 1811 o Paraguai tinha uma superfície aproximada de uns 580.000 quilômetros quadrados. Tal era o território que ficara da dilatada demarcação que Carlos V fizera a Pedro de Mendoza, em 1534. As sucessivas delimitações e mutilações se realizaram desde a primeira época da conquista e que têm importância porque influíram na configuração do mapa do Paraguai:

- 1552- Criação da Província de Nova Extremadura ou Chile;
- 1560- Fundação da “Gobernación de Santa Cruz de la Sierra”;
- 1569- Separação da “Hoya Amazônica”;
- 1617- Divisão da Província de Guaira ou Paraguai e Rio da Prata;
- 1750 e 1777- Delimitação dos Tratados de Permuta e Santo Ildefonso;
- 1806- Incorporação das Missões Jesuíticas ao Paraguai.<sup>57</sup>

Na independência, a situação era a seguinte: devido à ocupação realizada pelos portugueses, além de Tordesilhas, ficaram oficialmente reconhecidas, pelos Tratados de 1750 e 1777 todas as posses efetuadas pelos dois

56 -H. Sanohez Quell, op.cit.,p.92.

57 -Victor Natalicio Vasconsellos, op.cit., pp.59-60. Ver também Luís J. Gonzalez, op.cit., pp.31-37.

povos.

Havia um território em litígio com o Brasil, em 1811, com a área de 94.000 quilômetros quadrados, dos quais ficaram para o Brasil, 62.325, conforme estipulado nos Tratados Loizaga-Cotegipe e Ibarra-Mangabeira, em 1927.

Com a Argentina, o problema se localizou no Chaco Central (hoje província argentina de Formosa). A Argentina queria incorporar ainda todo o Chaco Boreal, até Baía Negra, numa extensão de 340.035 quilômetros quadrados. Se se cumprisse o Tratado da Tríplice Aliança, o Paraguai teria perdido, além de outros territórios, todo o Chaco. O ajuste se fez pelo Tratado Machaim-Irigoyen de 1876 e o Laudo Arbitrai de Hayes, de 1078, estabelecendo como linha demarcatória, o rio Pilcomaio, ficando para o Paraguai 75.110 quilômetros quadrados do Chaco Central.

Em maio de 1811, o Tenente Coronel Fulgencio Yegros, por disposição de Velazco, estava prestando serviço no Departamento de Candelaria. Foi, porém, chamado a Assunção para presidir e dirigir a Junta Superior Governativa que, depois, se constituiu em Congresso, a 17 de junho de 1811. Tanto este Departamento como a ilha de Apipé passaram, pouco depois, a formar parte do território argentino, numa extensão de 18.980 quilômetros quadrados.

Com a Bolívia, os limites do Paraguai, em Chiquitos, no ano de 1811, eram determinados pelo rio Itai, a Cordilheira dos Chiriguanos, o rio Parapati e a Serra de Santiago. A Bolívia pretendeu estender seus limites até o rio Paraguai - em busca de uma saída fluvial - numa extensão de 264.925 quilômetros quadrados. O Paraguai teve reconhecidos como seus 233.425 quilômetros quadrados, segundo o Tratado de 21 de julho de 1938 e 13.000 pelo Laudo Arbitrai de 10 de outubro de 1938, ficando com a Bolívia 18.000 quilômetros quadrados.

As mutilações territoriais do Paraguai, representaram sempre uma limitação maior ao futuro do país; ao mesmo tempo que deram à Nação uma maior coesão espiritual e unidade política. Isto como consequência da tradição dos privilégios concedidos aos peninsulares, pois era substancial do regime espanhol o centralismo administrativo político, religioso e econômico. Os filhos destas terras foram postergados em seus justos anelos de superação, buscando incessantemente alcançar aquilo que respondesse aos seus ideais.

As distintas províncias que foram governadas por Cisneros, Governador deposto do Rio da Prata, a partir de 25 de maio de 1810, estiveram entregues à sua própria sorte; umas em melhores, e outras em piores condições para constituírem-se em nações independentes. O Paraguai suportou um ano

mais a hegemonia espanhola, sob o governo de Velazco. Isto talvez porque os criolos paraguaios quisessem defender-se principalmente da política da Junta Governativa de Buenos Aires, contanto para tanto, com certo apoio do elemento espanhol. A pretensão da Junta foi muito mais perigosa que a de um Governador que se achava totalmente desvinculado de seu superior imediato, como era o Vice-Rei Cisneros e, mais ainda de Fernando VII, prisioneiro.

A vontade do povo paraguaio de não depender de Buenos Aires se vislumbrou quando do fracasso da Missão Diplomática de José Espinola y Peña e apareceu de maneira clara, definida e conclusiva na ocasião da expedição militar de Belgrano.

Nesta ocasião, o Governador do Rio Grande do Sul, Diego de Souza, ofereceu ajuda a Velazco. Tudo pareceu um disfarce empregado por Carlota Joaquina, que pretendia apoderar-se das colônias espanholas do Rio da Prata, aparentando o propósito de proteger os direitos de seu irmão, o cativo Fernando VII. Tal oferta, de introduzir tropas portuguesas no Paraguai, alarmou os patriotas paraguaios.<sup>58</sup>

Com o movimento vitorioso, Velazco não foi totalmente destituído de suas funções; compartilhou-as temporariamente, até 8 de junho de 1811 com Juan Baleriano Zeballos e José Gaspar Rodriguez de Francia. Ao se tomar conhecimento que Velazco pretendia realizar uma contra-revolução, com o apoio dos portugueses, o Congresso reunido, em 17 de junho de 1811, destituiu-o do poder.

Na realidade, porém, a província do Paraguai nunca dependeu, de Buenos Aires como tal, se não do Vice-Rei que tinha sede naquela cidade, por ser a mais populosa e rica. Por este motivo os criolos se acharam no mesmo pé de igualdade ao caducar o poder espanhol no Rio da Prata. A independência, para ser real e completa deveria beneficiar a todos seus habitantes e não somente a Buenos Aires que, aproveitando-se da posição geo-política de privilégio, intentava erigir-se em sucessora da Espanha condenando os criolos rioplatenses a continuar vivendo dentro de um regime de submissão e exploração.

Pode-se perceber muito bem este espírito de reação, nas mensagens dirigidas ao Congresso por Zeballos e Francia, afirmando:

“que la soberania há desaparecido en la nación. No hay tribunal que cierta y indubitablemente pueda considerarse como el órgano e representación de la autoridad suprema. Por eso muchas y grandes provincias han tomado el árbitro de constituirse y gobernarse por

---

58 -Júlian María Rubic y Estéban, "La primara Negociación Deplomática entablada con la Junta Revolucionária de Buenos Aires, "The Hispanic American Historial Review, Vol.IV, N° 3 (February , 1921) pp.368-392.

si mismas; otras se consideran en un estado vacilante, é de próxima agitación; y su incertidumbre y situación que presagian una casi general convulsión”.<sup>59</sup>

Não se permitiu ao Congresso a possibilidade de formar, com Buenos Aires e as outras províncias, uma sociedade política; esbeleceu-se, porém, como condição ineludível a aplicação dos princípios de “justicia, de equidad y de igualdad” que deveriam existir nas relações dos povos livres.

Desta forma podemos verificar que os elementos determinantes da formação da Nação Paraguaia foram: 1º) o racial ou étnico, pois no começo havia um número indeterminado de índios que viviam agrupados em numerosas tribos, em estado de civilização rudimentar. Os espanhóis que aparecem em algumas centenas, o que não impediu de vencerem os índios. Os descendentes destes espanhóis, na maioria, foram simples soldados e não colonos e estavam desprovidos da companhia de seus familiares e, pelo fato das índias não se diferenciarem muito das mulheres com quem tiveram trato, realizaram a fusão, dando lugar a mestiçagem hispano-Guarani que foi a que reuniu as características do paraguaio. Lazaro de la Rivera y Espinoza, no levantamento que mandou fazer, em 1792, calculou em 97.480 os habitantes do Paraguai, compreendendo 53 paróquias de brancos e mestiços, 14 Reduções de índios e 3 povoados de mulatos livres;

“En ninguna colonia latina había tanta población blanca como en el Paraguay. Había cinco blancos por cada mulato é negro, mientras em casi todas las demás colonias españolas, había un blanco por veinte y cinco individuos de color, y en el Brasil un blanco por cuarenta y cinco negros”.<sup>60</sup>

2º) O geográfico territorial. A posição geográfica privilegiada de Buenos Aires foi empregada para tentar a anexação das ex-províncias, uma vez que a situação lhe permitia dominar e controlar a porta natural de entrada e saída das dilatadas terras banhadas pelos rios que desembocam em seu estuário.

3º) A consciência e o espírito nacional e que o Dr. Manuel Dominguez denominou “el alma de la raza” e que e o resultado e e a finalidade da compenetração mútua dos ideais dos habitantes que viviam num determinado território, e a vontade comum de pertencer a uma coletividade, unidos seus membros por vínculos que tem suas fontes nos costumes da tradição popular, na história formada pelas vitórias e derrotas e, sobretudo, na maneira de interpretar e enfrentar a vida, diferente das demais nações. Desta forma se formou:

“la unidad nacional; los paraguayos pensaban, hablaban, sentían,

59 -Victor Natalicio Vasconsellos, op.cit., p.78.

60 -Manuel Dominguez, op.cit., p.12.



vivían de idéntica manera. Las mismas cualidades, los mimos defectos”.<sup>61</sup>

Na nona Carta de Corina de Abreu Pessoa, em seu livro, *Cartas de Montevideú*, encontramos a afirmação:

“que entre os povos hispânicos da America do Sul, parece ter sido o Paraguai o que melhor assimilou os elementos nativos para, com eles, iniciar uma meia civilização. O Paraguai colônia obteve, assim, mão-de-obra disciplinada; aí o espanhol podia multiplicar suas iniciativas ao abrigo das incursões que preferiam a proximidade do litoral”.<sup>62</sup>

Assim, a Província do Paraguai, passou a ser República do Paraguai, sem as características republicanas, pois seus Presidentes, depois de um curto consulado, passaram a chamar-se e agir como ditadores. José Guevara afirma que:

“ con tanta extensión de linderos, le conciliaron justamente el título de Gigante de las Provincias de Índias; por lo menos, daba fundamentos para persuadir-nos que era un cuerpo desmedido, animado de alma pequena, cuyos influjos no alcanzaron á las extremidades”.<sup>63</sup>

O Chanceler argentino Mariano Varela havia lançado sua famosa teoria de que a “Vitória não da direitos”. Doutrina que apesar de tudo não teve qualquer acompanhamento em seu contexto, nem político, nem diplomático, nem militar para ser apoiada e defendida de maneira coerente. Tal doutrina foi expressão de uma mentalidade definida, cuja melhor síntese já havia sido dita, anos antes por Sarmiento quando em seu “Facundo” assegurou que “el mal que aqueja a la Argentina es su extensión”. Essa mentalidade foi a que primou na geração liberal posterior a Caseros. Quanto menores forem os territórios, mais fácil seria implantar a “civilização” e determinar o fim da barbárie. O mestre destes sofismas foi Juan Bautista Alberdi, afirmando:

“como hemos salvado la unidad nacional? Por el método de los navegantes en peligro echando parte del cargamento al mar. Renunciando a Bolivia, al Paraguay, al Uruguay, a las Malvinas y a Magalanes. Todas estas cuestiones son guerras ganadas para la Argentina. No son fuerzas ni riqueza las dimensiones territoriales hiperbólicas, sin poder civilizarlas por la población y el trabajo”.<sup>64</sup>

Embora sendo uma nação mediterrânea, situado no coração da América do Sul, rodeado de países de maior extensão territorial e maior população, tem o Paraguai, uma personalidade internacional caracterizada por sua po-

61 -Ibid., p.29.

62 -Corina de Abreu Pessoa, *Cartas de Montevideu* (Rio de Janeiro, 1953) p.260.

63 -José Guevara, S. J., *História de la Conquista del Paraguay, Rio de La Plata y Tucuman, hasta fines del siglo XVI* (Buenos Aires, 1882) p.3.

64 -Miguel Angel Scenna, *Argentina-Brasil, cuatro siglos de Diversidad* ( Buenos Aires, 1975) p.238.

pulação homogênea; seu bilinguismo; sua história heroica; seu amor à terra, ao trabalho e a paz; seu respeito aos tratados internacionais; o rigoroso cumprimento de seus compromissos financeiros; sua política internacional bem clara e bem definida e sua posição anticomunista . E o que procura expressar o Chanceler Raul Sapeña Pastor, quando de sua visita ao Brasil, em 1957:

“ O Governo Paraguuaio de nenhuma forma acredita que a mediterraneidade seja fatal, de maneira nenhuma acredita que os fatores geográficos sejam imponderáveis ou insolúveis. É assim que, com esforço e ajuda e a vontade de outros governos, o Paraguai vem desenvolvendo uma campanha sistemática para libertar-se de sua mediterraneidade, a fim de obter sua independência econômica e ter a segurança de todas as suas possibilidades, o domínio de todos os seus recursos naturais e de seu próprio destino... En la lucha contra su mediterraneidad libra el Paraguay una batalla en la que la tenacidad del esfuerzo inteligente y constructivo debe vencer a los factores geográficos”.<sup>65</sup>

Dissemos acima que o Paraguai, no decorrer de sua história, passou a ocupar uma posição central na América do Sul. Com efeito, o cercam ao norte e leste o Estado brasileiro; ainda pelo leste e sul e parte do oeste, as regiões Argentinas de Corrientes, Missões, Formosa e Chaco; pelo oeste e norte, os departamentos bolivianos de Tarija e Chaco.

Com isto a Nação paraguaia está virtualmente cercada. O mar “pulmón indispensable a la normal viabilidad de una nación, apenas se deja adivinar a la distancia”.<sup>66</sup>

As costas marítimas se foram perdendo em sucessivos desmembramentos, desde o período colonial. Outras regiões se perderam posteriormente.

Somente o rio Paraguai continuou a constituir “la osatura vertebral de la Nación”. Com isto a decadência se inicia com as primeiras mutilações territoriais. Quatro desmembramentos e muito graves sofreu o Paraguai colonial, com as quais perdeu não só extensas zonas territoriais mas lhe foram “cerceadas, parcialidades vitales para su existência”.<sup>67</sup>

A separação da região Amazônica e da zona de Cuio, embora importantes por sua vastidão e riqueza, não influíram tanto na continuidade da Nação. Mas “el cercenamiento dei litoral Atlántico y de las provincias del sur fueron casos de verdadera conmoción orgânica para la provincia, cuyos efectos sufrimos hasta el presente”.<sup>68</sup>

Apesar de seus grandes rios navegáveis, o isolamento geográfico se

65 -Raul Sapena Pastor, “Discursos pronunciados em Brasilia em sua visita, como Ministro das Relações Exteriores,em 14/2/1957” Miscelânea Política .

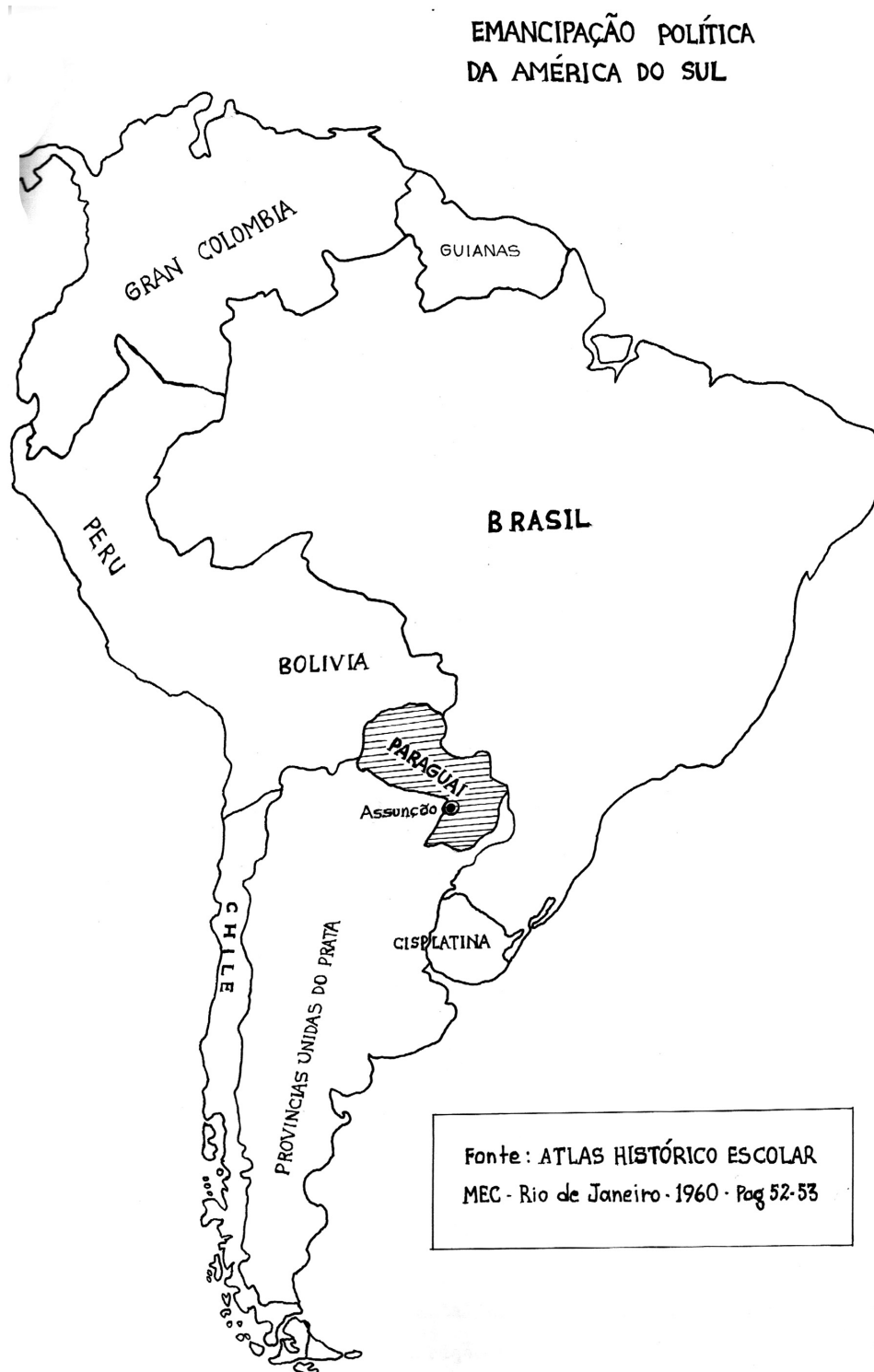
66 -Luis J. González, op.cit., p.25.

67 -Luiz J.Gonzalez,op.oit..D.i7 68^bid.,p.l7.

68 -Efraim Cardozo, op.cit., p.l08.

efetivou “por la voluntad de las autoridades y pueblos que estaban en condiciones de legislar sobre sus médios de comunicación con el mundo”.<sup>69</sup>

E deste privilegio souberam tirar benefícios as províncias que possuíam as chaves dos rios paraguaios e também outras que, embora alheias ao sistema geográfico rioplatense, não perderam a oportunidade de tirar proveito das riquezas da desamparada província.



69 -Efraini Cardoso, op.cit , p.108.

## CAPÍTULO II

### AS REDUÇÕES JESUÍTICAS E O ISOLAMENTO

Para compreendermos mais facilmente o que significou, para o Paraguai o estabelecimento das Reduções, em seu território, é conveniente que se observe a organização da sociedade que ali se estruturou e sua relação com a Igreja.

A profunda vinculação da Igreja com a cultura hispânica antes de ser trasladada ao Continente Americano, deu lugar a um tipo de relação dificilmente definível sob uma única perspectiva. Por um lado a Igreja, ao ter contato com as culturas americanas aborígenes, enfrentou o problema de sua pouca penetração em consciências selvagens. Por outro, essa quase identificação de “Cristianismo” com “Hispanismo” levou a Igreja a assumir umas formas de comportamento social e procurar impô-las. Este fato produziu não poucas contradições e dificuldades, de que não podemos excetuar o Paraguai.

Houve, nesta região, certos aspectos específicos, como a participação direta do clero na economia, sua ação até nos motins “comuneros” e as difíceis relações dos Jesuítas com a sociedade.

As primeiras relações dos espanhóis com os indígenas consistiram em transformar a constituição das tribos, isto é, mudar o índio de uma economia autosubsistente para outra de tipo agropecuário, para maior e definitiva fixação num determinado local, no caso o de Assunção, como solução da futura sobrevivência dos próprios espanhóis.

Logicamente as mudanças sociais, uma vez passados os momentos difíceis iniciais, não se fizeram esperar, assim como os novos enfoques na organização e mentalidade dos índios. Produziu-se, porém, apesar de tudo, uma interação entre os dois grupos, fundamental para a compreensão do futuro mestiço paraguaio.

Após firmados em Assunção, os espanhóis procuraram estabelecer uns princípios de governo suficientemente estáveis. Os primeiros conquistadores conseguiram manter o controle sobre os novos interesses vindos com Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, em 1542, embora fossem estes legalizados por documento da Corte.

Temos assim, um primeiro juízo da sociedade que se foi formando no Paraguai. O segundo elemento nasceu do anterior. Trata-se da busca de um caminho para o Peru e para a costa Atlântica. Este contínuo sonho com o exterior permanecerá no espírito paraguaio, embora nunca se concretizasse até nossos dias.

Os primeiros conquistadores quiseram manter seu primeiro status, por conveniência; mas não perceberam que o grosso da população não os acompanhou em seus desejos. Daí as críticas e as sublevações dos criolos e mestiços no final do século XVI.

Esta estrutura que se quis impor, no Paraguai, a uma sociedade nascida quase sem controle legal, moral e material, não podia ver sua vitória porque, entre outras coisas, não colocou os requisitos de um desenvolvimento orgânico da sociedade para todos seus membros. Por isso o antagonismo do grupo social privilegiado com o resto dos habitantes, que não poderia ser suprimido, apenas afastando os elementos de oposição.

Houve necessidade de incorporar todos os elementos culturais da massa mestiça e indígena, para conseguir a unidade social. Com isso:

“se preparaban los elementos de la futura nacionalidad, debidos á ese espíritu de cuerpo, á la identidad de hábitos y de lengua y á la lenta impresión del clima”.<sup>1</sup>

As necessidades de adaptação foram bem mais profundas no Paraguai do que em outras regiões americanas, devido ao contato estreito entre os conquistadores e o índio, desde o início. Apesar de tudo, o espanhol e o crioulo procuraram manter suas situações privilegiadas até que puderam.

Ao mesmo tempo foram se consolidando a monotonia do cotidiano e a extrema facilidade de vida. Esta mentalidade continuou nas gerações seguintes. E, em lugar de procurar situar a província dentro das novas perspectivas mercantilistas e industriais do século XVIII, preferiram conservar seu status tradicional e manter os laços internos de solidariedade entre eles. Foi o grupo que atuou com maior força conservadora dentro da sociedade pois as pressões se realizam através de usos e costumes dos dirigentes e as variantes culturais que estiveram controladas igualmente por eles.

O bispo D. Pedro Fernández de la Torre, referindo-se à vida dos 5.000 “vecinos” da capital, abismou-se da pobreza em que viviam, dizendo que:

“há el que viva silvestremente, cogiendo y comiendo varias frutas y simientes, como la mandioca, el maní, y los que tienen alguna conveniencia llegan hasta el maíz, siendo muy pocos los que prueban pan de trigo”.<sup>2</sup>

Segundo o Bispo Torre, o Paraguai “era lo más opuesto a una província moderna y avanzada en todos los aspectos de la vida”.<sup>3</sup>

1 -Manuel Dominguez, Causas del Heroísmo Paraguayo (Asunción,1903) p.28. Ver também Raúl Mendoza A., "Desarrollo y Evolución de la Población Paraguaya" 'Revista Paraguaya de Sociología, Año 5, N°12, Agosto 1968, pp. 5-16

2 -José Luiz Mora Merida, Iglesia y Sociedad en Paraguay en el siglo XVIII, Cuadernos Americanos (abril de 1963) p. 89.

3 -Ibid., p.90.

E por esta razão que se queixaram dos costumes indígenas que os mestiços quiseram impor, de sua falta de delicadeza com o uso do guarani e do mate. Solicitaram, com insistência, à Corte, que enviasse novos grupos de colonos para contrastar com essa perigosa influência. No fundo, porém, foi o receio ou o desprezo, pelo grosso da população paraguaia, que:

“es un grupo estacionario y conformista, cuanto las circunstancias adversas en que normalmente se desarrolló la vida socio-economica de la provincia exigían un mayor espíritu de cambio y evolucion”.<sup>4</sup>

O choque contínuo entre criolos e mestiços, esteve na ordem do dia. Os primeiros procuraram, por todos os meios, atrair os segundos à sua configuração mental e cultural e impor-lhes as medidas disciplinares que acharam convenientes, para evitar as dissidências. No fundo, foi uma manifestação do próprio desprezo que tiveram por eles; e, embora os mestiços fossem legalmente brancos, na prática não puderam ser, pois eles mesmos se sentiram mais afins com os índios do que com os brancos:

“Los mestizos habían sido criados casi siempre por sus madres índias y educados por ellas en las costumbres e idioma de sus antepasados”.<sup>5</sup>

Sendo o Paraguai um país de elevado percentual indígena, os seus inequívocos traços estão revelados no perfil dos nativos:

“el niño viene con cierta estrategia ingénita que és instinto do los progenitores, conservado por ley de herencia, por educación, por necesidad, por el medio y el ejercicio continuo de las armas desarrolla virtudes guerreras que desconocen los pueblos pacíficos”.<sup>6</sup>

Somente a pregação e a doutrina não bastariam para atingir o alvo. As palavras do homem branco não mais tinham força para os ouvidos dos homens de pele bronzeada. Haveria de se encontrar nova base para todas as relações sociais entre eles.

Os Reis Espanhóis reconheceram, então, a necessidade de entregar as “comiendas” aos religiosos, facultando-lhes a autonomia e o isolamento dos homens e das regiões a cristianizar, da rotina colonial ordinária.

Dentro das circunstâncias da época, foram os Jesuítas os únicos capazes de semelhante tarefa. A Companhia de Jesus, surgiu quase em coincidência com a convocação do Concílio de Trento e constituiu um fator importantíssimo no movimento da Contra-Reforma, convertendo o Catolicismo, de novo, numa doutrina agressiva e militante, em todo o mundo. Os Jesuítas

4 -Ibid., p.12. Ver también Efraim CArdozo, El Paraguay Colonial, (Assunción, 1959) pp. 53-77.

5 -José Luís Mora Merida, op.cit., p.13. Ver también Justo Pastor Benitez, Bajo el Alero Asunceño (Rio de Janeiro, 1955).

6 -Manuel Dominguez, op.cit., p.16.

tomaram parte ativa nos negócios políticos e contribuíram, poderosamente, para o desenvolvimento das idéias políticas sob o ponto de vista católico, destacando-se, entre eles, um grupo de escritores espanhóis que se interessaram não só pela defesa da causa da Igreja, mas também pelos problemas que diziam respeito à monarquia e a nação espanhola.

O caráter espanhol dos primeiros trabalhos dos jesuítas revela-se no livro do Pe. João Mariana, “De Rege et Regibus Institutione”, dedicado ao príncipe que, mais tarde, foi o rei Felipe III. Nele se contém conselhos práticos tendentes ao exercício e efetivação de um bom governo, sustentando-se que a origem do Estado reside no consentimento do povo; o governante é escolhido e se lhe conferem poderes limitados e reserva-se ao povo a faculdade de legislar e fixar os impostos. Discute problemas práticos de administração, tais como os impostos, o socorro aos pobres e a organização militar, ao mesmo tempo que desenvolve conselhos acertados para que os governantes mantenham a confiança dos súditos. O caráter geral da obra é claramente maquiavélico pois considera a guerra e a expansão dos Estados como uma necessidade; o egoísmo como fator principal das ações humanas; o poder dos governantes de usar, na vida pública, da simulação e da hipocrisia. Estes pontos mostram, de maneira típica, o conceito de Estado que os Jesuítas possuíam, vendo-o como uma organização diversa e notoriamente inferior à Igreja, livre, em princípio, das normas da moral. Deste modo se revela a tendência e a realidade que, no decorrer do tempo, se hão de afirmar como exclusivamente Jesuíticas.<sup>7</sup>

Cremos que a organização dada ao “Reino Teocrático Jesuítico do Paraguai” reflete bem o pensamento, não só de João Mariana, mas também do Cardeal francês, o Jesuíta Roberto Bellarmin nas suas “Disputations” e do Jesuíta Francisco Suárez em seu livro “Tractatus de Legibus ac Deo Legislatore”.<sup>8</sup>

Nas “Constituciones de los Jesuítas”, aprovadas, pelo Papa Paulo IV em 1540, se assentam os princípios fundamentais relacionados tanto com a forma e organização da obra missionária, como também sua própria substância. Neste caso convém recordar o principio estabelecido por Inácio de Loiola de que se, embora o objetivo último de toda a missão seja a evangelização, seu requisito básico é o fomento do progresso econômico e social, e como

---

7 -João Mariana, *Re Rege et Regibus Institutione*, (Madri, 1596). Ver também, Raymond G. Gettell, *História das Idéias Políticas* (Lisboa, 1950) pp.121-148, e Elías Garay, *El Comunismo de las Misiones* (Asunción, 1921)

8 -Roberto Bellarmin, *Disputations* (Paris, 1583) e Francisco Suares, *Tractatus de Legibus ac Deo Legislatore* (Madri, 1612).

tal seu mais poderoso instrumento é a educação em todas as dimensões: espiritual e temporal; rural e industrial; primária, secundária e universitária. Estas idéias, simples sementes nas “Constituciones”, foram tomando corpo nas ações reais.<sup>9</sup>

Armados física, intelectual e moralmente, os Jesuítas puderam avançar pelo mundo e iniciar a luta, pois estavam capacitados para esta missão em todos os Continentes, sem temor, sem seduções e vícios que os arrastassem.

Foi justamente para entrar em contato direto, com as populações mais atrasadas e ignorantes, que o Rei da Espanha, mandou religiosos de diversas ordens aos seus domínios de além mar. O primeiro grupo de que se tem notícias no Paraguai, foi formado de doze, entre seculares e religiosos franciscanos ou mercenários. Isto pela segunda metade do século XVI e, cumprindo suas atividades, concentrados quase somente na capital. Pelo que, e pode suspeitar, que o trabalho com os índios não havia começado, nem começaria de imediato, porque só há notícias de aipins franciscanos que evangelizaram os índios nos arredores de Assunção.

Este trabalho começaria, efetivamente, com a vinda dos Jesuítas, em princípios do século XVII. Até então não haviam posto pés no Paraguai, apesar das sugestões iniciadas em 1555 pelo Pe. Manuel da Nóbrega, Provincial do Brasil. Em 1586 chegaram os primeiros Jesuítas ao Paraguai:

“sin embargo, la obra reduccional, su objetivo primario, se inició sólo veinte años después”.<sup>10</sup>

O Visitador, Pe. Esteban Paez, encarregado de visitar o Paraguai, expressou politicamente seu pouco entusiasmo em fundar Missões tão afastadas da Província do Peru, da qual dependeriam as que fossem estabelecidas no Paraguai. Apesar de tudo, em 1604, o Geral Cláudio Acquaviva, opondo-se às objeções:

“creé la Provincia Espiritual del Paraguay. En 1608 llegó el Padre Diogo de Torres con dieceséis misioneiros; meses después llegaron más, y en 1609 se inicia la série de fundaciones con la de San Ignacio Guazú”.<sup>11</sup>

O Pe. Diego de Torres foi quem organizou e pôs em marcha a nova província, tendo sido :

“uno de los superiores más insignes que ha tenido, la Compañía en Sudamerica, Rector de casi todos los Colegios del Peru, fundador y primer Provincial de las Provincias Jesuíticas del Nuevo Reino de Granada y del Paraguay”.<sup>12</sup>

9 -Oreste Popescu, Sistema Economico en las Misiones Jesuítica (Madri, 1967).

10 -Josefina Pla, “Las Misiones Jesuíticas Guaranies”, Cuadernos Americanos, (marzo-abril, 1963) p.147.

11 -Ibid., p.135.

12 -Oreste Popescu, op.cit., p.74.



No início trabalharam com o sistema de “Missões Ambulantes” acompanhando os índios nômades. Como o resultado foi diminuto, adotaram, pelo ano de 1606, o “Sistema de Reduções”, porque o índio “ad ecclesiam et vitam civilem esset reducti” (= fora reduzido à igreja e à vida civil):

“The villages were usually known as reducciones the idea of ‘reducing’ Indians in one center, of concentrating them so that they might be conveniently trained, utilized, and protected”.<sup>13</sup>

Entende-se por “Missões Jesuíticas” os estabelecimentos erigidos e fundados pelos Jesuítas na América para a civilização e formação cristã dos índios. Foram chamadas também de Reduções, porque, mediante um sistema particular, trataram de fazer passar os índios da vida selvagem dos bosques a uma vida cristã da comunidade. Deu-se também o nome de “Doctrinas”. O nome de Redução foi dado também a estabelecimento de infieis.

Antecipando-se em séculos à investigação social empírica, os Jesuítas criaram verdadeiras “plantas pilotos” de experiência e adestramento, para logo proceder em aplicações em grande escala. Este foi principalmente o papel de seus primeiros colégios. Isto também ocorreu especialmente com a Redução de Juli, as margens do Titicaca, onde os Jesuítas peruanos realizaram a primeira experiência missionária evangelizadora e organização econômica e social de índios do altiplano.

Supor que os Jesuítas se tenham inspirado nos projetos de organização social e que hajam forjado seu ideário sobre tais moldes seria evidentemente uma prova de muita cegueira histórica. Não se inspiraram em Morus, nem Campanella, Platão, Sidney, Bacon, Raynal, Scaletta ou Baudin.<sup>14</sup>

Foi justamente, por esta época, que o Governador do Paraguai Hernando Arias Saavedra, comunicara ao Rei de Espanha, serem débeis as suas forças para subjugar os 150.000 índios. O Monarca respondeu:

“que es mi voluntad que la reducción sólo se haja por intermédio de los religiosos que os mando, de la Compañia de Jesus”.<sup>15</sup>

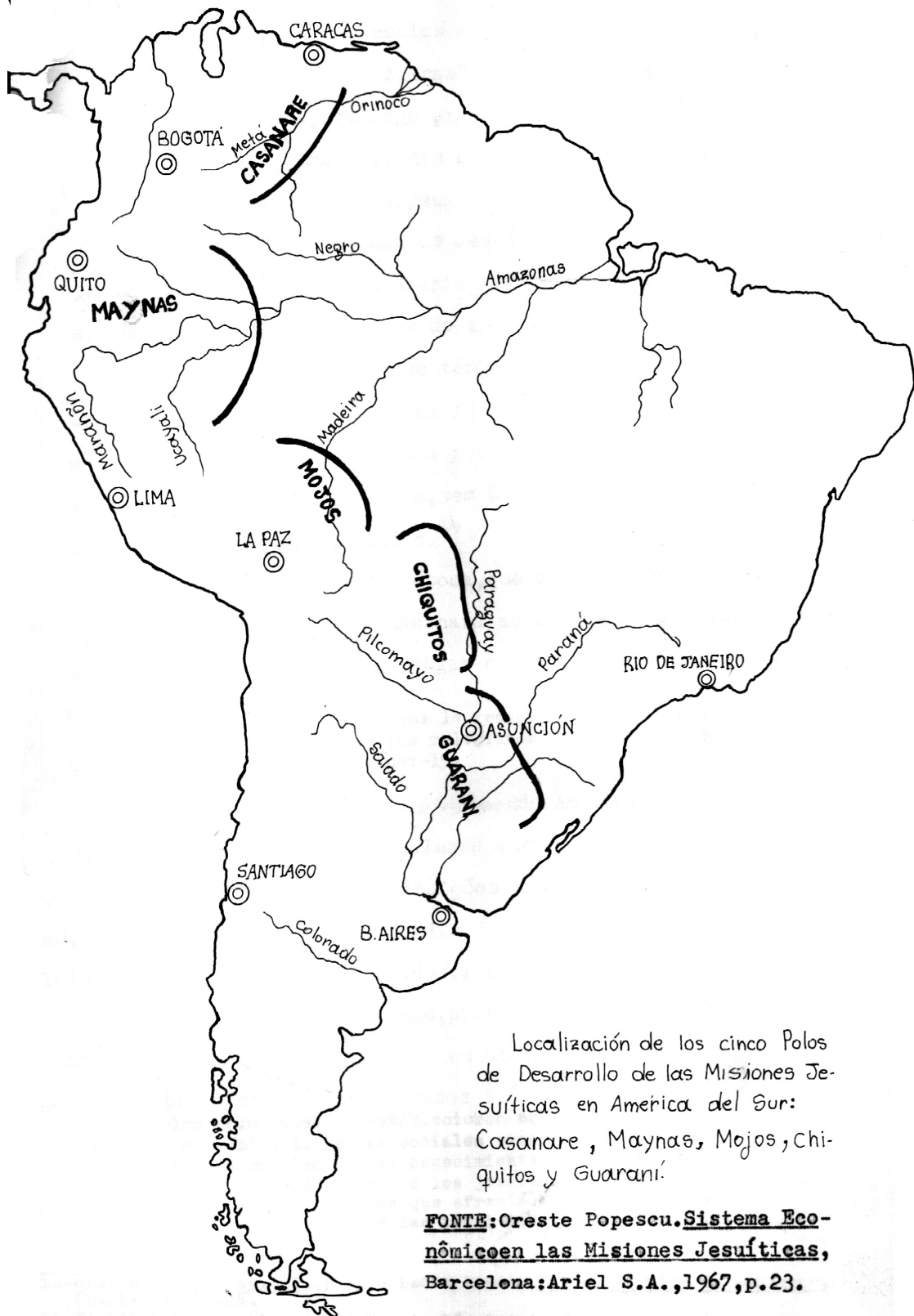
Ao chegarem, os Jesuítas compreenderam todo o partido que poderiam tirar do caráter indolente e passivo dos Guaranis, aproveitando-se ainda das instituições espanholas que já existiam, na organização colonial. O índio já vinha sendo submetido as leis coloniais; embora maltratados, foram submissos e dóceis.

Esta submissão e docilidade, proporcionaram aos missionários a idéia que não se inspirou em utopia alguma e não se organizou sobre pressupostos

13 -Hubert Herring, A History of Latin América (New York, 1972) p.180.

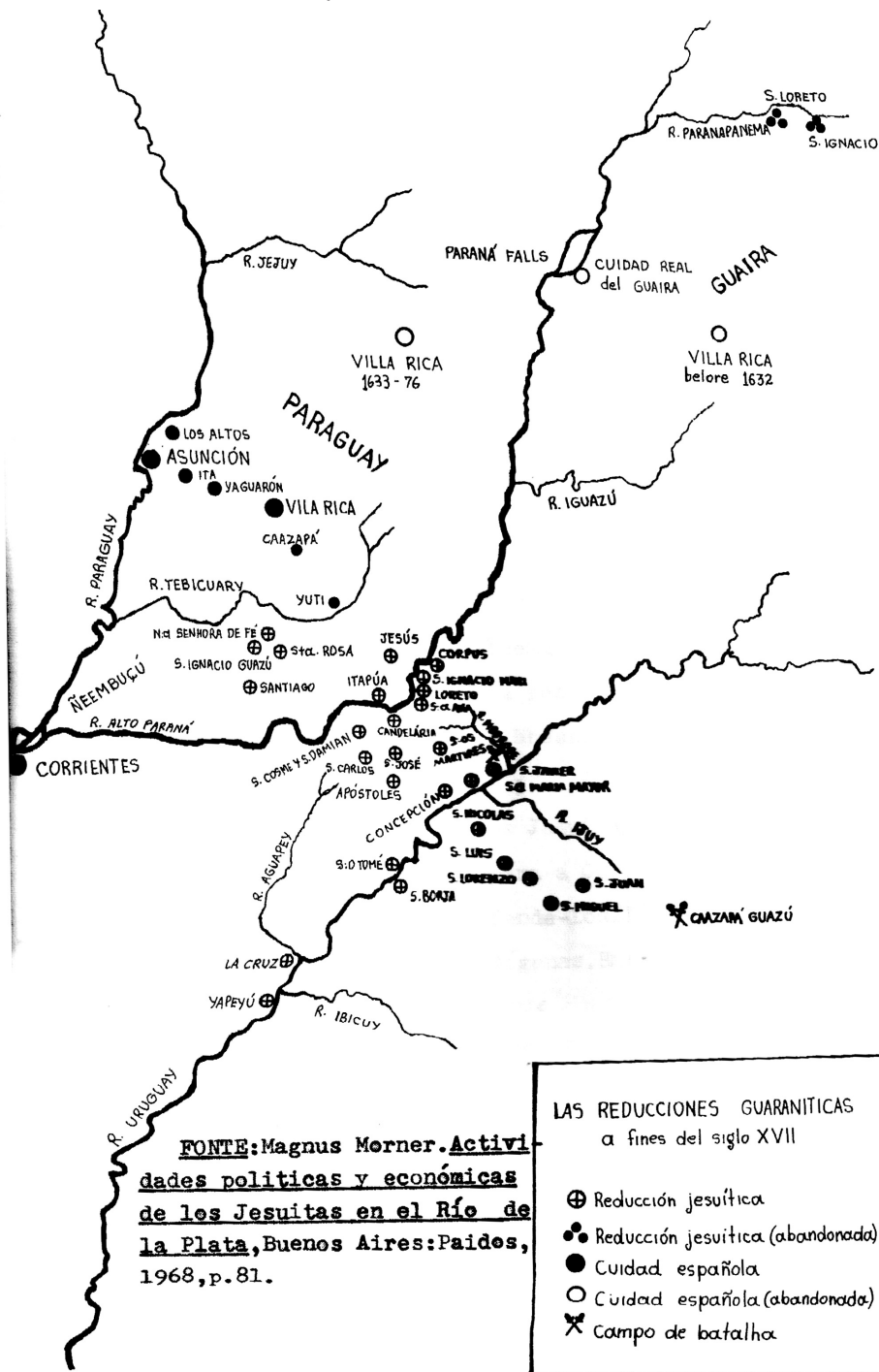
14 -Oreste Popegcu, op.cit.tp.,p.73 e Louis Baudin, L'Etat Jesuite du Paraguay (Paris, 1962) p.16.

15 -Jesefina Pla, op.cit., p.134..Ver também Oreste Popescu, op.cit., pp.34-37.



ou bases teóricas:

“las reducciones se establecieron sobre un substratum solido de formas sociales preexistentes, y con toda seguridad fué el conocimiento prévio de estos rasgos lo que dió a los jesuítas la idea de desarrollar un sistema que ofreció en muchos puntos semejanzas con el de las primitivas sociedades cristianas”.<sup>16</sup>



Para estabelecerem tal organização obtiveram da Espanha a concessão de um vasto território, admiravelmente escolhido por eles e que apresen-

16 -Ibid., p.160.

tava excepcionais condições materiais para a implantação e o progresso de seus planos:

"Atravessado por dois rios imensos e banhado por numerosos afluentes, o território das Missões é fértil, pitoresco na parte montanhosa e goza de um clima benigno e salubre".<sup>17</sup>

As primeiras e mais antigas Reduções desapareceram, sem deixar vestígios; apenas se conhecem relatórios manuscritos dos seus fundadores. A mais antiga foi a de Loreto e Santo Inácio Mini; esta fundada pelo Pe. Marcial Lorenzana, em 1609. Sucedeu-o o Pe. Roque Gonzalez de Santa Cruz (nascido em Assunção em 1576, filho de antiga família nobre espanhola). Entre 1615 a 1628 fundou ele uma série de Reduções, todas situadas à margem direita do rio Uruguai. Em 1626 transpôs o rio e batizou cerca de dez mil índios, fundando diversos aldeamentos. Seus relatórios encerram a mais antiga descrição a respeito da região. Foi morto por instigação do feroz cacique Nhessu, e os aldeamentos parcialmente destruídos.<sup>18</sup>

Com as armas do espírito, os Jesuítas foram conquistando e dominando territórios imensos para a Coroa Espanhola, mas foi com a espada que tiveram de defendê-los. Já era 1628 os bandeirantes começaram a caça aos indígenas. Entre 1628 e 1630 as cifras sobem a 60.000. Do Guaira, onde Montoya havia fundado Reduções florescentes, os Jesuítas se viram obrigados a uma longa e desastrosa retirada.<sup>19</sup>

O abandono das Missões do Guaira, depois de seu assalto pelos ousados bandeirantes paulistas, levou os religiosos a emigrar com os índios para o território apertado entre os rios Uruguai e Paraná. Resultou, deste fato, a expansão para o leste da última caudal e o surgimento de vários núcleos de indígenas em zona do atual Rio Grande do Sul, no Brasil.

O que os Catálogos da Companhia de Jesus chamam de Província do Paraguai, compreendia os territórios do Paraguai, Rio da Prata e Tucumán que, no civil e eclesiástico formavam, em fins do século XVII, três diferentes províncias com Bispo e governador real em cada uma. No governo civil e político, as três províncias pertenciam a Real Audiência de Chuquisaca, para todas as apelações e recursos, concedidos por direito e leis daquele Reino às Chancelarias. No governo militar e superior pertenciam ao Vice-Reino do Peru, com sede em Lima, distante 900 léguas do Paraguai.

17 -Martin de Moussy, Memória Histórica sobre la decadência y Ruína de las Misiones en el sino del Plata, Paraná (Buena Aires, 1856) p.663.

18 -Antonio Sepp van Recheegg, Viagens às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos (São Paulo, 1972) p.57. Ver também B. Capdevielle, Misiones Jesuíticas en el Paraguay (Asunción, 1923) p.41.

19 -Efraim Carozo, op.cit., pp118-120 e B. Capdevielle, op.cit., p.37.

A Província tomou este nome porque os primeiros missionários entraram no Paraguai, antes de penetrar nas províncias de Buenos Aires e Tucumán e por terem iniciado nela seus trabalhos. Em Assunção fundaram um Colégio; mas foi principalmente em Guaira, partindo do Iguazu até o Tietê que tiveram concentração maior, local onde predominaram os índios Guaranis.

Durante a fase principal - de 1690 a 1750 aproximadamente - pertenceram ao território das Reduções Jesuíticas: todo o sul do atual Paraguai; as atuais províncias de Corrientes e Misiones; toda a parte oeste, sul e norte do atual Rio Grande do Sul; toda a parte oeste do Paraná e São Paulo - chegando até os rios Paranapanema e Tibagi. Do total de 30 Reduções, oito se localizaram no território do atual Paraguai; quinze no território da atual Argentina e sete no território brasileiro.<sup>20</sup>

“Se calcula que en su mejor época reunieran unos 240.000 habitantes. Los Jesuítas nunca declararan más de 140.000”.<sup>21</sup>

Como, porém, conseguiram submeter os índios nas Reduções?

Convencidos de que estiveram escandalizados da conduta dos espanhóis, resolveram abandonar os índios infiéis vizinhos de suas Reduções e as colônias espanholas, para converter os que se localizaram à muitas léguas dos centros provinciais.

A razão utilizada pelos Jesuítas para reduzir os índios, conforme eles mesmos escreveram, foram a “persuasão e a pregação evangélica”. No entanto, dão a entender, outros autores, que a causa que mais contribuiu para aumentar o número de seus neófitos, foi a guerra contra os mamelucos do Brasil. Os próprios Jesuítas confirmam que os maus tratos dos espanhóis e as guerras incessantes entre as tribos, lhe “aumentaram o número”. Para tanto, eles aproveitaram o terror e o pânico dos índios perseguidos pelos paulistas e pelos mesmos espanhóis.<sup>22</sup>

Mas os meios práticos que usaram foram: 1º) Comprar índios. Não tendo meios para conservar presos os inimigos vencidos em guerra, a tribo vencedora sacrificava os prisioneiros; as mulheres e os filhos pequenos eram conservados em cativeiro. Facilmente estes pequenos foram resgatados pelos padres, em troca de objetos estimados pelos índios. 2º) Enviar caciques entre os infiéis com alimentos e regalos, convencendo-os a irem em busca da felicidade que gozariam nos povoados, onde nada lhes faltaria. 3º) Viagens

20 -Oreste Popescu, op cit., pp .21-26 e 79.; C. Lugon, La République Communiste Chrétienne des Guaranis -1610-1768 (Paris,1949) pp.59-60.

21 -Josefina Pla, op.cit., p.137.

22 -Maxime Haubert, La Vie Quotidienne au Paraguay sous le Jésuites (Bruxelles,1967) pp.122-123.Ver também Magnus Mörner, Actividades Políticas y Económicas de los Jesuítas en el Rio do la Plata (Buenos Aires,1968) pp.43-45..

e correrias dos Jesuítas às tribos infiéis, levando índios já cristianizados e armados, suficientes para que os respeitassem e tivessem melhor idéia de autoridade dos padres e não se atrevessem atacá-los. Geralmente o cacique se adiantava para beijar a mão do padre e toda a tribo se submetia:

“Todos nós, Padres Missionários e índios batizados, fomos ter com esses indígenas (os Yaros). E como os nossos fossem muitos, aqueles pobres coitados tiveram medo sobremodo grande, tremendo como varas verdes, porque julgavam que queríamos aprisioná-los. Mas quando, em vez de espadas, sabres e lanças tiramos alfinetes e anzóis dos nossos bolsos, perderam o medo, vieram ao nosso encontro e nos estenderam as mãos”.<sup>23</sup>

Antes de serem reduzidos, os índios tinham um sistema de governo dos mais simples. Tudo se reduzia ao cacique, uma espécie de rei e senhor de 30, 80 ou 100 famílias que o obedeciam; o acompanhavam; lhe pagavam tributo; lavravam suas terras e colhiam os frutos. Livres de outros gravames, foram muito amantes de seus caciques, cuja função passava de pai ao filho, herdando-o o primogênito e, em falta deste, o segundo ou terceiro filho. Às vezes entregava-se o cacicado ao índio que se destacasse e se tornasse célebre entre os demais, por qualquer ato.<sup>24</sup>

Nesta tendência natural dos índios os Jesuítas procuraram, com muita habilidade, conquistar sua submissão:

“Los Jesuítas afianzaron esta conquista del espíritu indígena con hábil diplomacia y sagaz pedagogia. Conservaron el régimen tribal, respetaron las jerarquias simples pero enraizadas profundamente em el orgullo racial. Los indígenas, en su nueva vida seguían, en apariencia, obedeciendo a sus caciques”.<sup>25</sup>

Tiveram, estes caciques, a glória de serem senhores de seus vassallos que os trataram com respeito e os serviram com fidelidade e submissão.

Com a chegada dos espanhóis, foi Domingos Martinez de Traia quem estabeleceu o sistema de governar os índios e seguido, depois, durante um século e meio. Foram as “Ordenanzas sobre Repartimientos y Encomiendas de los índios” dadas em Assunção, em 14 de maio de 1556.

Com a entrada dos Jesuítas no Paraguai, quase terminou por completo a fundação de colônias de índios, iniciadas pelos conquistadores e continuadas, em parte, pelos missionários. Muitas, porém, foram totalmente abandonadas pelos Jesuítas.

Neste trabalho, a Companhia de Jesus, que absorveu numa só vontade

23 -Antonlo Sepp von Rechegg. Viages às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos (Sao Paulo, 1972) p.53.

24 -B. Capdevielle, op.cit., p.32. Ver também Louis Baudin, op.cit., pp.8-16.

25 -Josefina Pla, op.cit., p.139. Ver também Guillermo Furlong, Misiones y Pueblos de Guaraníes, (Buenos Aires, 1962).

e num só pensamento todas as individualidades, se tornou superior aos conquistadores. Estes tiveram o poder de violentar, aquela de catequizar; estes, poucos conhecimentos possuíram, aquela conhecia muito; a ação destes não teve coesão e nem obedeceu, a um plano de conduta inalterável, ao contrário, foi ocasional, incerta, intermitente, anárquica como costuma ser sempre a dos poderes inspirados por propósitos e ambições pessoais; a ação daquela foi fixa, sempre invariável e total; estes tiveram o valor do soldado; aquela dos mártires.<sup>26</sup>

Os Jesuítas foram bem acolhidos pelos índios “avassalados”, na província de Guaíra e das outras comendas que lhes foram confiadas. Mas foram muito mal recebidos e vistos pelas autoridades civis e militares e, principalmente, pelos possuidores de comendas, em vista da demasiada solicitude com que os missionários protegeram os índios.

Com as Leis de proteção de Madri, ocuparam completamente os diferentes povoados e suprimiram as “Janaconas e Mitayas” que substituíram por um tributo anual pago, com muita regularidade, ao tesouro real. Afastaram os espanhóis destes povoados e, enfim puderam governar inteiramente os índios peio sistema que acharam mais “conveniente”.<sup>27</sup>

Com imensas dificuldades lutaram os padres para fixarem em povoações, semelhantes bárbaros, acostumados ao nomadismo; e dar princípio à sua República e procurar, naqueles locais, com que satisfazer os estômagos vorazes dos seus sujeitos. Foi preciso, antes de tudo, predispor os ouvidos dos índios a se abrirem, e deixarem-se penetrar pela fé, para que os missionários, segundo a expressão do Dr. Xarque “segurassem com um anzol a boca desses bárbaros”.<sup>28</sup>

O “Estado Teocrático dos Jesuítas” foi tudo, segundo o direito público, menos uma organização política autônoma, como asseverou o próprio Marquez de Pombal. As Reduções fizeram parte integrante do domínio colonial espanhol; dependeram da Coroa e daqueles que a representavam; obrigadas ao serviço de guerra e aos impostos; visitadas esporadicamente pelos Governadores. Faltou-lhes, portanto, o poder do domínio primitivo, não dependendo de ninguém e de nada e, baseando-se em direitos de auto-determinação. O poder de domínio derivou do Império Espanhol; dele dependeu, e os Jesuítas as administraram “em concordância com as leis e sob o controle do Estado

---

26 -Oreste Popescu, op.cit., pp.73-74.

27 -B.Capdevielle, op.cit., pp.151, 161.

28 -Francisco Xarque, Insignes Misioneros de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay (Pamplona,1687) p.30.

Espanhol”.<sup>29</sup>

A autoridade dos Bispos sobre as Reduções limitou-se, ordinariamente, a dar-lhes conhecimento das Leis Eclesiásticas e Decretos Pontifícios, por intermédio de seus párocos. No princípio eles visitaram as Reduções ;mas, aos poucos :

“Las misiones gozaron da una independencia absoluta con respecto a las autoridades civiles y eclesiásticas de la colonia; solo estaban sometidas a la visita episcopal, y aun esta fué soslayada más de una vez”.<sup>30</sup>

Quanto ao mais, estiveram os Jesuítas sujeitos exclusivamente a seu Superior - o Provincial - que residiu ordinariamente em Candelária, e cuja nomeação era feita, pelo Geral, em Roma. Recebeu ele, do Papa, a faculdade de administrar o Sacramento da Confirmação, o que o tornou, de fato, o Bispo da Redução. Por isso quando o Bispo não lhes fosse simpático, lutavam contra ele ate expulsá-lo do território das Reduções, como ocorreu, em 1644, com D. Bernardino de Cardenas, Bispo do Paraguai.

Apesar de tudo, as Reduções deveriam prestar obediência aos Governadores que nomeavam, para cada povoado: um Corregedor ou Chefe político; um Tenente Corregedor que deveria aprovar a nomeação que, todos os anos, se fazia em cada Redução de dois Alcaldes da Irmandade, um Alferes Real, um Mordomo, quatro Regedores, um Algacil Maior, um Secretário, oficiais e outros ministros necessários a administração do povo.<sup>31</sup>

Aos poucos, porém, os Jesuítas conseguiram extinguir as “comendas” dos quatro povos que lhes estiveram submetidos e, por serem de origem espanhola, provocaram muitas dissenções com os espanhóis. Os Inacianos sempre manifestaram oposição ao regime das “comendas”, base de sustentação da economia paraguaia na época colonial. Por isso, não se estranha o desentendimento entre os religiosos e os colonos. Nestas lutas, geralmente, os Jesuítas contaram com o apoio oficial dos Governadores, enquanto os Bispos e o clero secular se colocaram ao lado dos colonos.

A chegada e o estabelecimento, bem organizado e orientado, dos Jesuítas, no começo do século XVII, coincidiu com a reorganização do Governo autosubsistente de matiz agropecuário, onde a mão-de-obra foi um fator importante. E, justamente, quando os colonos persistiam em utilizar o índio, ainda numeroso, nos trabalhos, os Jesuítas fundaram as Reduções e impediram a sua efetivação. Proibiram, desde o início, o consumo do mate, alegando e demonstrando que o trabalho de extração da erva estava sendo o motivo

29 -B. Capdevielle, op.cit., pp.133-137.

30 -Josefina Pla, op.cit., p.143. Ver também Ruben Vargas Ugarte, El Episcopado en los tiempos de la Emancipación Hispanoamericana (Barcelona, 1946).

31 -B. Capdevielle, op.cit., p.56.



por que os espanhóis escravizavam os índios e que o seu uso dava origem à orgias e bacanais.

Os colonos reagiram violentamente, sobretudo quando viram, anos depois, que os Missionários se converteram nos principais produtores e comerciantes de mate, em franca e aberta competição com eles, utilizando ademais a mão-de-obra gratuita, além de concessões reais, como isenção de impostos.<sup>32</sup>

Todos os povoados foram edificados segundo um mesmo plano:

“Los que viajan por ellos, dice Alvear, llegan a persuadirse que un pueblo encantado los acampaña por todas partes, siendo necesario ojos de lince para notar la pequena diversidad que hay hasta en los mismo naturales y en sus costumbres”.<sup>33</sup>

Todavía não havia tanta uniformidade assim; alguma Redução superava a outra pela solidez ou beleza das construções. Nos três lados de uma praça de uma quadra, se construíram as casas dos índios. Grandes corredores punham as casas em comunicação, facilitando as relações, principalmente em dias de chuva. À medida que a população aumentasse, outras fileiras de casas eram construídas paralelamente às primeiras. No quarto lado do quadrado foram construídas a Igreja, o Colégio, o Cemitério e a Casa dos padres.

Naquele sertão bruto e naquelas selvas erigiram, assim, em bases simples da ética e da fé cristã, uma superestrutura derivada das verdadeiras condições, adaptável as necessidades regionais e locais, entrelaçando da maneira mais complicada o espiritual com o temporal. Para tanto:

“Los Jesuítas se apoyaron en ciertos rasgos indiosincrasicos del indio, como su afición a la musica, de la que hicieron aliciente, incorporándola a todos los actos coletivos, fuesen ellos religiosos festivos o de trabajo”.<sup>34</sup>

Depois de muitos conhecimentos examinados e reestudados, eles elaboraram e fizeram surgir o sistema das Reduções, que, durante mais de 150 anos -de 1609 a 1768 - existiu na América, e constituindo-se numa obra singular e admirável, bem diversa de qualquer outra registrada pela historia política e sociológica. Foi o chamado “Estado Jesuítico do Paraguai”, ou melhor o “Reino Teocrático Jesuítico-Indígena junto ao Paraná e ao Uruguai”:

“uma das mais raras vitórias do espírito humanitário, manifestação de surpreendente beleza do mundo moral”.<sup>35</sup>

Ali aplicaram novos métodos missionários, baseados:

32 -B.Capdevielle, .op.cit., pp.89-95 e 152-161. Ver também C. Lugon, op.cit., pp.59-73.

33 -Ibid. op.cit., p.43.

34 -Josefina Pla, op.cit., p.139.Ver também Pablo Hernández, La Organización Social de las Doctrinas Guaranies de la Compañía de Jesus (Barcelona,1913),

35 -Wolfgang Hoffmann Harnish, apud Antonio Sepp von Recheegg, op.cit., p.17

“en el aislamiento total de los núcleos de población que hasta entonces se habían fundado en la provincia, con una economía comunitaria e independiente de la gobernación, y donde todas las manifestaciones sociales estaban perfectamente organizadas y controladas por el superior de cada centro”.<sup>36</sup>

Nas Reduções os Jesuítas cuidavam de 5 a 15 mil almas, além do cuidado que deveriam ter com tudo o que referisse à parte material deles próprios e dos índios. Cada família recebia um tanto de provisão necessária para que não consumisse tudo instantaneamente. Afirma o Pe. Antonio Sepp von Rechegg, em suas relações epistolares, que aqueles neófitos, apesar desta sua tendência natural, foram muito bons e piedosos, sumamente submissos aos padres a quem amavam como um filho ama ao pai.

Cada Redução teve como instrumento fundamental de atividade: a educação:

“por el convencimiento de que para sostener la fe era preciso, además, educar a las generaciones en sus virtudes”.<sup>37</sup>

Porém, a originalidade dos Jesuítas se deve também ao seu gênio administrativo. As equipes de missionários, cuidadosamente selecionadas, bem preparadas e adestradas, vigorosas tanto física como moral e espiritualmente, disciplinadas e obedientes, formaram a base e o elemento motriz de uma estrutura hierarquizada, contínua e eficaz:

“de tal modo que todo estaba engranado a la perfección, y al moverse una rueda, todas las demás se ponían en movimiento”.<sup>38</sup>

Embora os índios não tivessem qualquer espírito de iniciativa, foram muito aplicados e imitaram com bastante perfeição tudo o que se lhes ensinasse. Para tanto, sumamente afeitos aos sacrifícios e agruras da natureza, não se queixavam da fome, nem da sede, nem do calor, nem do frio e tão-pouco das dores a que estivessem sujeitos. O Pe. Sepp von Rechegg afirma que, por certo não tenha existido uma população que tivesse aceito tudo com tanta serenidade como os pobres Guaranis, esquecidos e explorados pelo mundo. Conservaram, no entanto, uma vida simples e natural, pois “são tão pueris, tão grandemente simplórios e de juízo tão curto, que os primeiros padres duvidaram realmente se eram capazes de receber os Santos Sacramentos”.<sup>39</sup>

Como não fossem capazes de inventar ou cogitar algo de seu próprio pensamento ou intuição, mesmo que fosse o mais simples trabalho manual, sempre precisaram de um Padre junto deles para mostrar-lhes o modelo e

36 -José Luis Mora Merida, op.cit., p.48

37 - Viciente D. Sierra, El Sentido Misional de la Conquista de America, (Buenos Aires, 1942) p.122.

38 -Guillermo Furlong, op.cit., p.185.

39 -Antonio Sepp Von Rechegg, op.cit., p.82

orientá-los na confecção de outro objeto, porque “têm de fato juízo curto, nada sabem imaginar-se ou fingir-se quando não vem”.<sup>40</sup>

Assim mesmo foi muito difícil fazê-los semear ou produzir, principalmente nas semeaduras, mais do que considerassem absolutamente necessário, preferindo, ao contrário, consumir as sementes e os próprios animais que deveriam ser utilizados para as plantações.

Para poder fazê-los produzir algo, os missionários foram obrigados a infligir-lhes castigos, que pareciam eficientes, de conformidade com a negligência. Nunca aplicaram penalidades injustas, mas foram muito rigorosos, porque:

“la vida del índio estaba sujeta a normas severas, aunque se encarecía mucho a los misioneros fuesen despacio en la adaptación”.<sup>41</sup>

As pequenas faltas foram castigadas com orações, jejuns e cárcere. Os crimes, porém, se castigaram com açoites até seguir-se a morte, se o caso fosse muito grave. A tudo os índios se submeteram e, ao serem castigados diziam “meu pai, mil vezes te agradeço que por teu castigo paternal me abriste o juízo e me tornaste no homem que antes não fui”.<sup>42</sup>

Embora não tivessem chegado a aniquilar todos os vícios e mas tendências daqueles homens e sanar completamente todos os defeitos de seu caráter inconstante e dissimulado, pelo menos, com sua virtude e saber “llegaron a derribar las principales y fuertes ciudadelas de plaza del mal”.<sup>43</sup>

Todavia, seria ilusão crer que os missionários se valeram exclusivamente da potência avassaladora da cruz para a conversão dos infiéis. Além deste meio, que chamaremos de sobrenatural os Jesuítas não deixaram de aplicar também os meios naturais.

Um destes meios foi a necessidade da defesa de seus domínios contra ataques inimigos. Mas no princípio, o governo militar da Província estava confiado ao Vice-Rei do Peru. As Leis de Índias proibiam aos índios a posse e o uso de armas de fogo embora a situação das Reduções fosse um caso especial. Além dos ataques dos inimigos, os Governadores se acharam impotentes para defendê-las. Por isso, tudo contribuiu para que se pensasse e conseguisse uma defesa pessoal e com os próprios recursos. Como se tornava inútil a resistência com armas inferiores às dos inimigos o Pe. Antonio Ruiz de Montoya solicitou a Felipe IV a licença para ter a posse e o uso de armas de fogo. E em 1640:

“una Ordenanza Real les concedió el uso de armas de fuego y en-

---

40 -Ibid., p.84

41 -Josefina Pla, op.cit.,p.142.

42 -Antonio Sepp von Rechegg, op.cit., p.88

43 -Bernardo Capdevielle, op.cit., p.25

tonces pudieron mantener a raya a los assaltantes”.<sup>44</sup>

Concedido o uso de armas, se procedeu à organização militar dos índios. Em cada Redução havia um capitão ou cacique, geralmente nomeado pelo Governador, para indicar que ele era, deste modo, o chefe dessas forças particulares das Reduções.

Consideraram os padres que, com isso, fariam prosperar a fé e conservar a cristandade. O Pe. Montoya, já em 1641 ou 1648, segundo uns e outros escritores, determinou que se ensinasse o manejo de armas aos índios e, depois, deu-lhes um Regulamento Militar - Cédula Real de 20 de setembro de 1649.<sup>45</sup>

Como não possuíram somente seus inimigos naturais, tiveram que se adestrar com armamentos diferentes, para enfrentar em iguais condições, outros adversários:

«portador de armas iguales a las dei oolono, el índlo hacia frente en condiciones de igualdad al terrible peligro bandeirante”.<sup>46</sup>

Nos treinamentos, as batalhas entre os próprios índios, se tornaram tão renhidas que foi necessário separá-los para que não se matassem. As crianças também foram acostumadas a brigar, para não temerem, depois, a guerra.

Em vista dos constantes ataques de que foram alvo as Reduções os Jesuítas nunca se descuidaram do aperfeiçoamento militar. Para tanto mandaram vir do Chile alguns padres ou coadjutores os quais, tendo sido soldados, puderam melhor adestrar os índios e dando-lhes várias "Ordenanzas".

Já, em fins do século XVII, dispuseram de um exército e de enorme provisão de pólvora, por eles mesmos fabricada na maior parte. O mesmo ocorreu cora as Armas de Fogo; no princípio compraram e, depois, fabricaram. Com a primeira vitória de Mbororé começou o período do desenvolvimento imperturbado e feliz das Reduções, e:

“es desde 1648 que adquiere contornos definitivos la vida económica, social y cultural de las Misiones”.<sup>47</sup>

Longe de constituir um perigo para a Monarquia, como o pretenderam os inimigos dos Inacianos, os índios armados a defenderam várias vezes contra os portugueses, contra os índios rebeldes, até contra os mesmos espanhóis:

”Les Pères s’employèrent activement à créer une milice, bien armée, très entraînée, orgueil des Guaranis qui étaient naturellement très braves. Au printemps 1641, la jeune armée des réductions écrasait

44 -Josefina Pla, op.cit., p.135.

45 -Bernardo Capdevielle, op.cit., pp.116-120.

46 -Josefina Pla, op.cit., p.137.

47 -Josefina Pla, op.cit., p.137. Ver também Oreste Popescu, op.cit., pp .78 e79.

les Paulistes et la paix régnait dans la région".<sup>48</sup>

Cada redução estava, geralmente, governada por dois Jesuítas, "el Cura o Rector y el Sotocura o Doctrinero", dependentes de um Superior que residia em Candelária, por sua vez sujeito a um Provincial e um Colégio Máximo da Ordem, estabelecido em Córdoba de Tucumán.

À designação destes sacerdotes devia fazer-se, conforme o decreto de 15 de junho de 1654, submetendo ao Governador uma lista tríplice a fim de que ele considerasse o mais apto para o cargo e que recebia também do Bispo a instituição canônica; mas, geralmente essa nomeação ficava a cargo do Provincial, livrando-se, assim, os Inacianos do "Regio Patronato":

" No se consultaban en la elección el fervor apostólico ni las virtudes cristianas, tanto como se, buscaba un administrador de los bienes temporales o un comerciante hábil que supieran aumentar lo rápidamente, porque desnaturalizados los fines de la institución por el amor de los regalos de la vida, se llegó a hacer del fomento de la riqueza y de las granjerías de los negocios el objeto la aplicación y la base fundamental de las misiones y el principal empeño y deber de los doctrineros".<sup>49</sup>

O Cura pouca parte tomava nas funções espirituais, dedicado quase exclusivamente em dirigir os trabalhos dos índios, armazenar os frutos e atender a tudo que tinha relação com a compra e a venda, em que foi ajudado pelo companheiro.

Ao cargo de Sub-Cura estava afeto, principalmente, o governo religioso da Redução. Isto para que os dois padres, exercendo atividades diversas, não tivessem motivos de desavenças.

Os Superiores pretenderam exercer o monopólio sobre as esmolas. Tal fato provocou muitos descontentamentos entre eles.

No princípio levaram vida muito austera; mas, aos poucos, impondo-se aos índios, mudaram de sistema, convertendo-se nos únicos donos dos frutos de seu trabalho e a primitiva austeridade desapareceu.

A organização reducional repousava completamente sobre a igualdade que os Padres procuraram manter os índios em:

"igualdad tan absoluta que aniquiló su iniciativa individual ao quitarles todo motivo de emulación, todo aliciente que les moviese a ejercitar su actividad; pues...eran alimentados, vestidos y tratados según sus necesidades y no según sus obras, y nadie lograba escapar al cumplimiento de la tarea señalada, siendo los que ejercían alguna autoridad los obligados a ser más asiduos y puntuales, para que en su ejemplo aprendieran los demás"<sup>50</sup>

48 -Louis Baudin, op.cit., p.7.

49 -Mathias de Anglés y Gortarl, Los Jesuítas en el Paraguay (Asunción, 1896) p.32.

50 - Elías Garay, op.cit., pp.34-35.

Assim os índios, além do poder dos padres não reconheciam outra autoridade. Nas Reduções não existiram nem leis civis e nem criminalista; a única regra foi a vontade dos Jesuítas, embora houvesse, em cada Redução, um corpo municipal semelhante ao espanhol, mas que não exercia qualquer jurisdição e não passava de instrumento à serviço da vontade dos padres. Os Jesuítas foram senhores absolutos de tudo, persuadindo a todos que esta forma de governo era a única conveniente, com a qual se tornariam felizes os índios, incapazes de se governarem por si. E o:

“índio, según todas las apariencias, se sometió a esa vida de buen grado y no hay noticia de que un sacerdote haya sido jamás maltratado, apesar de que en cada misión sólo había dos jesuitas; en pocos casos tres y excepcionalmente cuatro”.<sup>51</sup>

Para a altura tão elevada de sua posição e a efetivação de suas pretensões de tanta amplitude, requereu-se naturalmente, uma grande perseverança, um esforço incessante e único, junto com infatigáveis petições de novos privilégios, além da constante e persistente ampliação e abuso deles, quando os obtivessem. Tais planos não teriam tido o êxito que tiveram, a não ser:

“ayudados por la gran distancia a que estaban los Jesuitas de la autoridad real y papal; ni menos, en adición a esto, que el cuerpo político-religioso, no hubiese alcanzado tal riqueza por su trafico, y tal poder por el número y ciega sumición de sus súbditos, como para hacerse siempre respectado y a menudo temido por los gobiernos circundantes del país”.<sup>52</sup>

Segundo diz Moussy, os Jesuítas governaram os índios com equidade, paternalmente e usando com moderação sua força de trabalho :

“hacían trabajar da tal manera a los índios, que, aunque durando medio día, el trabajo era muy productivo. Los alimentaban bien, los cuidaban en sus enfermedades, los trataban con dulzura y amor, por eso, eran adorados por los índios”.<sup>53</sup>

Sendo os padres homens de vasta cultura e capacidade, em face dos incultos selvícolas, tornaram-se infinitamente superiores e sendo, por conseguinte, autoridades absolutas e as personalidades principais em todos os setores

Exerceram todos os ofícios braçais com sumo afã e empenho, para que os infiéis que os vissem cansados e cobertos de suor, se afeiçoassem ao trabalho e, principalmente que o aprendessem Mas o gênio pacato dos índios, sua pouca previdência e capacidade criadora, lhes faziam perder o cuidado de atender às coisas para eles convenientes e sumamente importantes e, in-

51 -Josefina Pla, op.cit., p.142.

52 -John Parish Robertson, op.cit., pp.150-151.

53 -Bernardo Capdevielle, op.cit., p.75.

clusive, das quais dependia sua existência.

Por isso, os Jesuítas precisaram ter tanta solicitude com cada um deles, como se fosse seu próprio filho, ainda privado do uso da razão, porque:

“Los selvajes, en el estado de la naturaleza, son niños con el crecimiento físico y la naturaleza y la fuerza de hombre. Como a un niño no puede confiarse-le sensatamente el gobierno de sí mismo, tampoco podían dárselo a los Guaranís en el estado en que los tomaron los Jesuítas”.<sup>54</sup>

É verdade, pois, que possuíram ampla autonomia, significando que as Reduções foram organismos de auto-determinação e administração e não um Estado. Tornara-se, pelo contrario, “um baluarte das províncias espanholas e prestaram a Coroa serviços como ninguém o fez alhures”. Durante mais de cem anos, os índios dos Trinta Povos combateram pela Coroa, em mais de 50 batalhas, prescindindo sempre do solo que lhes cabia, segundo as leis espanholas.<sup>55</sup>

Aos poucos, porém, os Jesuítas tiveram que realizar uma atividade econômica imensa, para sustentar os índios, em todas suas necessidades.

Cada Redução constituiu uma unidade econômica independente, dirigida por um sacerdote, com o auxílio de um grupo de colaboradores índios. Mas, entre as Reduções, houve um intenso tráfico cultural e econômico, de modo que o conjunto da Reduções tomou a fisionomia de uma verdadeira economia nacional, com o centro de polarização em Candelária, sede do Provincial:

“La vida económica era fundada parcialmente en explotaciones familiares privadas y parcialmente en explotaciones colectivas de sólo un pueblo o incluso varios, como en el caso de las explotaciones ganaderas. En la economía misionera habia un fuerte espíritu solidarista y de sustento”.<sup>56</sup>

A mentalidade tradicionalista dos índios encontrou um forte antídoto no espírito racionalista difundido pelos Jesuítas. Tratava-se de uma ordem econômica com administração central do tipo aristocrático e com uma constituição econômica agropecuária, porém de ampla base artesanal. Em cada Redução, ao lado da Igreja e da casa dos Padres, ficava o pátio com as oficinas, em que os índios se exercitaram em ofícios especializados:

\*La sociedad hispano-guarani asume los caracteres propios del pais ganadero. El ganado se torna una condición natural, geográfica, de la región, inherente a ella... Los latifúndios jesuíticos pusieron, más

54 -José Guevara, História de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata, y Tucumán, hasta fines del siglo XVI (Asunción, 1882) pp. XXVIII-XIX.

55 -Bernardo Capdevielle, op.cit., pp.182-187.

56 -Oreste Popescu, op.citp., p.79. Ver também Arnaldo Buxel, “O Sistema de propriedade das Reduções Guaraníticas”, em Pesquisas, Instituto Anchieta, N.3 (Porto Alegre, 1956) •

tarde, una valla a la expansión ganadera del Paraguay".<sup>57</sup>

Em suas estâncias, as primeiras da América do Sul, mantiveram um milhão de cabeças de gado. Áreas imensas foram cultivadas com milho, batata, mandioca, frutas e algodão. O Pe. Sepp von Recheegg descreve, em suas cartas, a quantidade enorme de produções agrícolas e rebanhos das Reduções.<sup>58</sup> Enfatiza, porém, que tudo isto fizeram, preocupados com os problemas de moradia, vestimenta e alimentação dos índios, para mais facilmente cristianizá-los.

Para poderem conseguir produzir tudo o que precisaram, os missionários tiveram que cuidar de todas as atividades produtivas e da conservação das colheitas. Como não foi possível conseguir proveito algum do trabalho particular, os Jesuítas ocuparam o povo nas grandes lavouras e estabelecimentos da comunidade, a que índio já estava, naturalmente habituado, pois durante sua vida na selva, havia construído em comum suas casas coletivas; esteve, pois, predisposto para estas empresas comunitárias. Além da produção local de cada Redução, promoveram o intercâmbio de produtos e, desta comunhão de bens entre todos os povos e entre os habitantes de cada povoado entre si, surgiu a "Republica Cristã Jesuítica do Paraguai". Tal ordem econômica tem sido classificada de "comunista", sendo o sistema das Reduções, citado para demonstrar que o comunismo é exequível:<sup>59</sup>

"El trabajo se realizaba en común. Este régimen comunal de trabajo y reparte de los bienes necesarios - que Robertson, Garay, Lugo y otros han llamado comunismo misionero - fué en realidad un régimen mixto de propiedad común y propiedad privada; no fué por cierto invención de los Jesuítas... Regía ya la sociedad indígena".<sup>60</sup>

Assim, nesta vida comunitária, os índios de todos os sexos foram obrigados a trabalhar em benefício comum, não se lhes permitindo o uso de produções particulares. As crianças eram educadas por um ministro, vivendo, a partir dos 4 aos 5 anos de idade, separadas dos pais que, sentindo-se desobrigados de tudo com elas, não tiveram qualquer sentimento de reação. Poucos índios aprenderam a ler e escrever; somente aqueles de quem os padres precisassem para dirigir os demais índios e para manter as relações comerciais. A aprendizagem da língua espanhola foi muito dificultada, para não facilitar as relações com os espanhóis.

Neste sistema comunitário, tornava-se inútil a propriedade individual,

57 -H. Sanches Quell, Estructura y Función del Paraguay Colonial (Buenos Aires,1944) p.46.,

58 -Antonio Sepp von Recheegg, op.cit., pp. 54-61

59 -Ver as obras dos autores citados.

60 -Josefina Pla, op.cit., p.141.



pois tudo o que sobrasse do comum era levado aos empórios e mercados espanhóis do Rio da Prata e do Brasil e o resultado, destinado ao pagamento dos impostos ou aquisição do material que não produziam.<sup>61</sup>

Deste modo, as Reduções foram organismos que proporcionaram proteção aos habitantes, atendendo-lhes as necessidades físicas; coordenando-lhes a vida social; fazendo despertar o desenvolvimento, aos poucos, entre os índios, criando uma sociedade regular e ordenada de cristãos. Foram capazes de garantir a subsistência dos índios e um modelo de como teria sido possível salvar esses povos suscetíveis e vulneráveis.

Mas, para poderem realizar sua obra, os Jesuítas se preocuparam profundamente em isolar os índios reduzidos, preservando-os do contato estrangeiro, inclusive dos próprios espanhóis. A sequestração, neste aspecto, foi completa. Vedaram a entrada, nas suas Reduções, inclusive dos Bispos. Proibiram, aos particulares, o comercio, tornando impossíveis as relações entre os índios e os comerciantes.

Para conseguir este isolamento precisaram criar um sistema de autonomia alimentícia que se baseou em conseguir tudo o que as circunstâncias permitiram. O sistema de isolamento se completou, dentro das Missões, com bastante rigor, a fim de poder criar um ambiente social e cultural privativo em que nada interferisse no "way of life" pretendido. Isto permitiu a configuração do clima espiritual e unificou o ambiente social das Missões. Organizou-se, com base no bem-estar material e espiritual do neófito, a quem afastava de toda a ocasião de vexame e abuso da parte dos espanhóis, assim como do contágio dos maus costumes.

Este ambiente, dentro dos planos Jesuíticos, previu tudo o que estivesse dirigido para a salvação do corpo e da alma dos índios e "donde la cultura en sus formas profanas no pudiese contaminar al neófito. En este sentido estuvo bien organizado y funcionó lo mejor posible".<sup>62</sup>

Mas este isolamento não foi invenção dos Jesuítas; suas regras regiam já os índios, de acordo com as ordens da Coroa Espanhola. Regeram também as Missões de Mojos e Chiquitos e de Juli em que à rigor, teremos que ver o modelo e protótipo das Reduções Jesuíticas.

Evitou-se, sobretudo, que os índios reduzidos aprendessem a língua espanhola, ensinando-se-lhes unicamente o indispensável à necessidade ru-

---

61 -Elas Garay, op.cit., pp.34-58. Ver também Bernardo Capdevielle, op.cit., pp.55-100; e Magnus Morner, op.cit., pp.125-127.

62 -Josefina Pla, op.cit., p.144. Ver também Pablo Heernandez, op.cit.; e Frank Tannenbaum, "Algarismo, Indianismo y Nacionalismo" *The Hispanic American Historical Review*, Vol. XXIII, Nº 3, 1943, pp.394-423 .

dimentar de uma comunidade semi-selvagem, pois para perpetuar o domínio, nada melhor que perpetuar a ignorância. O isolamento teve como consequência conservar a unidade e coesão dos Guaranis. Em 150 anos de regime jesuítico, o indígena não chegou a dominar o espanhol. Isto teve suas consequências no desenvolvimento íntimo dessa cultura primeiro e da cultura paraguaia depois; pois a massa cristianizada seguiu imersa num meio mental configurado pelo idioma, o qual impediu o passo necessário a novas formas de conhecimento:

“La población uniformemente indígena no requería la movilización de otro idioma: las relaciones con el Cura se desenvolvian en guarani”.<sup>63</sup>

Aproveitaram-se das incursões dos portugueses às Missões, para despertar o ódio e o horror ao estrangeiro, com o fim real e objetivo de cortar relações com o exterior. Mesmo as relações entre os índios das diversas aldeias foram muito controladas.

A inimizade entre paulistas e portugueses, de um lado, Jesuítas e índios, de outro, foi tão antiga quando a vinda do homem branco ao Novo Mundo. Teve causas muito fortes, inevitáveis, derivadas da própria natureza das condições ambientais. E teve, logicamente, duas raízes ou bases: uma econômica e outra política.

A econômica referiu-se à escravidão dos índios para as suas plantações. Foram os Jesuítas os protetores e tutelares dos índios, procurando tornar ineficientes as caçadas dos paulistas e impedindo, inclusive, a expansão territorial do Brasil. No século XVIII continuou agindo a raiz política do ódio, pois as Reduções constituíram-se em círculo fortificado, impedindo os avanços mamelucos.

Por estas razões os Jesuítas e os índios foram considerados, na política exterior, adversários dos interesses coloniais.

Ao mesmo tempo os portugueses se viram face a religiosos, clero de sua própria religião e, esses religiosos, mantiveram exércitos permanentes, por eles mesmos organizados, para se defenderem.

Do ponto de vista político, as Reduções fizeram parte do Império Colonial Espanhol. Mas essa mescla tão curiosa de uma atividade espiritual - a missionária - com uma atividade profana e terrena - a política militar - tornou os Jesuítas figuras incompreensíveis e até enigmáticas.

Assim é que, se todo o Império Colonial Espanhol, esteve fechado, por uma grande muralha, do resto do mundo, por uma quantidade enorme de dis-

---

63 -Josefina Pla, op.cit., p.145. Ver também Bernardo Capdevielle, op.cit, pp .106-116.

posições de toda ordem, as Reduções puseram novo cerco especial, dentro desse fortim. Cada Redução constituiu um todo e cada indivíduo figurou como uma partícula, como uma parte em referência ao todo. Sem a coletividade nada valia.

Houve também, desde o início da obra missionária, uma oposição sistemática dos espanhóis, que atribuíram aos Jesuítas, todos os regulamentos feitos pela Corte, e atribuídos à inspiração aos Inacianos, para livrar os índios do serviço pessoal das “comendas” e muitos outros males, decorrentes deste fato.

Na carta de 12 de maio de 1691, o Pe. Sepp von Rehegg afirma que os padres não admitiram que os índios convertidos entrassem em contato com os espanhóis porque os índios batizados:

“que são gente boa e simples, se desgostam e contristam quando vêm algo de mal no seio dos cristãos e os espanhóis não primam por serem os melhores”.<sup>64</sup>

Principalmente porque os espanhóis possuem muitos vícios, de que os índios estão ainda isentos e nada sabem; mas que logo se deixariam contaminar, se entrassem em contato com eles. Sobretudo, pelo fato dos espanhóis converterem os índios em escravos e servos e em tratá-los como animais.

Para tornar mais real esse isolamento cavaram fossos profundos e levantaram fortes palissadas “seguras por cadeados, e nos lugares de passagem necessária e inevitável outras garantias, colocando inclusive sentinelas e guardas vigilantes para não deixarem entrar nem sair ninguém sem ordem por escrito”.<sup>65</sup>

O mesmo fizeram com o território das Reduções, para não deixar os habitantes emigrar ou ir de uma parte a outra. Os campos também foram entrincheirados e poucos índios, a cavalo, cuidaram deles.

Mas que esse isolamento das Reduções, a fundação de povoados, o desenvolvimento de uma economia rica e vigorosa, a construção de admiráveis igrejas, enfim, que toda a grandiosa obra das Missões fosse apenas decorrência direta de seu mandato sacerdotal, os “filhos do século da luz” não quiseram e nem puderam compreender. É que os Jesuítas, mesmo que nada quisessem para eles próprios, tudo fazendo para alcançar a finalidade religiosa da ordem, tornou-os suspeitos e odiados.

Entretanto, tal prosperidade econômica e a excelente organização fi-

64 -Antonio Sepp von Rehegg, op.cit., p.48. Ver também J. Lloyd Mecham, “Church and State in Latin America: A History of Political-Ecclesiastical Relations”, “The Hispanic American Historical Review”, Vol. XII, Nº 1, 1932, p.2-17.

65 -Jean Pierre Gay, História da República Jesuítica do Paraguai (Rio de Janeiro, 1942) p.324.

nanceira e administrativa dos estabelecimentos Jesuíticos, foi uma das causas da inveja, de carácter materialista, não só por parte de outras ordens ou categorias eclesiásticas, como também por parte de interesses seculares.<sup>66</sup>

Aliás, as Missões dos Jesuítas na área do Rio da Prata, entre os Guaranis principalmente, haviam sido desde o princípio, uma empresa muito controvertida. Sobretudo quando estes índios resistiram, com armas, aos ataques dos mamelucos paulistas. A partir deste sucesso, a Coroa Espanhola, inclusive, utilizou os índios das Reduções como uma milícia para a defesa das fronteiras. O mesmo fez, quando deles necessitou contra os índios que se insurgiram nas décadas de 1720 e 1730. Tais circunstâncias, combinadas aos rumores sobre o regime coletivista, tornaram as Reduções cada vez mais famosas e foco de controvérsias.

Para Basílio da Gama, as Reduções foram “um império tirânico, injusto, oculto” uma “Republica infame” um “Organismo profundamente perverso”. De outra parte a Epopéia “O Uruguai” projeta uma luz admirável sobre o trabalho dos Jesuítas que, com sua atividade educadora, conseguiram formar caracteres e personalidades como a de Sepé Tiarajú, personalidades que a nação e o domínio dos Jesuítas olha com orgulho.<sup>67</sup>

É importante notar, neste assunto, que a “Doutrina Jesuíta” que se procurou eliminar, foi a filosofia política formulada e elaborada por alguns sábios e teólogos Jesuítas do século XVI, a qual supunha como base da sociedade a existência de uma espécie de controle ou contrato social entre o povo e o príncipe e que, por certo, se antecipou de duzentos anos às idéias de filósofo e pensador francês, Jean Jacques Rousseau.

Ficou, em todo o caso, fora de dúvida que o que pareceu a todos odioso, foi a organização da Companhia de Jesus e sua forte centralização, outorgando tanto poder ao Geral, em Roma. É o que confirma Robertson, em suas cartas:

“Senhor Consul, por todo lo que he oído y leído, parece que los Jesuítas han establecido y puesto en práctica un sistema de gobierno político y eclesiástico, en el Paraguay, que nunca há tenido igual”.<sup>68</sup>

Mas os resultados obtidos pelos Jesuítas tiveram eco ao longe. Basta verificar o que afirmou o Bispo de Assunção, D. Manoel Antonio de la Torre,

66 -Manuel Dominguez, op.cit., p.27. Ver também Victor A. Belaunde “Factor of the colonial period in South America working toward a new Regime”, The Hispanic American Historical Review, Vol.IX, Nº.2, 1929, pp.144-153.

67 -José Basilio da Gama. O Uruguai (Rio de Janeiro,1769). Poema que tem por assunto a guerra movida por Portugal aos índios das Missões.

68 -John Parish Robertson, op.cit., p.142.

depois de ter visitado toda a diocese e relatando ao Governador Geballos o que observou ;

“Yô hé notado con edificación mía, una tan cristiana distribución, que parece haber convertido los sobredichos pueblos en otro tanto número de monasterios...y en cuanto a lo temporal es igual el cuidado que los Padres tienen en distribuirles los frutos de su trabajo, para el que necesitan de continuo estímulo por su natural desidia... y, finalmente, puedo asegurar a Vuestra Excelencia que en esta parte son más felices los indios que muchos españoles en el Paraguay, donde no logran una vida tan cómoda para la precisa manutención de sus familias”.<sup>69</sup>

Mas, os interesses dos colonizadores contrastaram com estes estabelecimentos jesuíticos. Nos desencontros dos interesses, os encomenderos acusaram-nos de ambiciosos, possuidores de muitas Reduções suntuosas e, principalmente, conseguindo emanciparem-se da tutela das autoridades, juntamente com numerosos índios, que foram subjugados aos seus interesses e às suas mãos poderosas. Aliás, o próprio procurador da Província Jesuítica do Paraguai, Pe. Pedro Arroyo afirmou que as Províncias Jesuíticas:

“habían estado en posesión de privilegios pontificios y reales, fundados en el derecho divino para no pagar alcabalas, tributos, sisas, entradas, salidas ni otra gabela de todos los géneros que compra para el gasto necesario de sus religiosos, casas, y colégios e beneficios de sus haciendas y de los géneros procedentes de ellas, pues era necesario venderlas para su sustento y conservación de sus iglesias y casas, ya que no tenían otras rentas”.<sup>70</sup>

Não é, porém, de se admirar que, tendo os Jesuítas durante mais de 150 anos, com sua economia e seu regime de comunidade, dirigido as Reduções, tão abundantes e ricas de produtos e suas tão afamadas, numerosas e bem povoadas estâncias, tivessem, ao tempo de sua expulsão, grandes fundos.

Em 1768, porém, acabaram por ser completamente afastados das suas propriedades e expulsos da América. Os Sete Povos passaram à administração colonial e, degenerando aos poucos em semi-estupidez os descendentes dos antigos povoados. Os novos administradores, enquanto puderam tirar alguma coisa, tiraram. E, quando nada mais restou para ser tomado, os abandonaram.<sup>71</sup>

A expulsão não foi algo que surgiu repentinamente. Desde os fins de 1766 já existiam, na Corte, suspeitas sobre tudo o que tinha relação com os jesuítas. O mesmo ocorreu, com quase todos os Governadores da América.

69 -José Luis Mora Merida, op.cit., p.79.

70 -Ibid., pp.131-132.

71 -Bernardo Capdevielle, op.cit., pp.224.245.

Qualquer pedido de favores era agora mal visto. Tornou-se difícil o trabalho como se fizera nos anos anteriores. O Decreto ou Pragmática Sanção de expulsão, foi firmado em 27 de fevereiro de 1767 e entregue ao Conde de Aranda para ser distribuído simultaneamente a todas as autoridades da província do Paraguai e todas as demais, além das autoridades e comandos regionais. A comunicação chegou ao Paraguai em 30 de julho, embora tenha tardado mais para chegar às Reduções:

“pués las autoridades civiles querian evitar que surgiera un levantamiento por parte de los Índios, o por temor a que los religiosos los soliviantasen”.<sup>72</sup>

Somente uma explicação se pode achar para a justificativa da expulsão:

“el excesivo apego de Carlos III a sus prerrogativas y una falsa razón de Estado, como se pudo ver en las medidas que se tomaron posteriormente, yá que la mayor parte de las temporalidades jesuíticas, una vez pagados los gastos de estos religiosos en el extranjero, fueran aplicados en obras de docencia y beneficiencia y prohibidos los libros de temas filosofico-teologicos, que tenían como autores a miembros de la Orden recién expulsos”.<sup>73</sup>

Afinal, após tantos sacrifícios e lutas, seus adversários puderam e conseguiram expulsá-los de todas as suas propriedades. Os Inacianos se retiraram, com docilidade, como também os seus neófitos não se mostraram menos submissos às ordens que lhe foram dadas, embora todos os seus empenhos se limitassem apenas a fazer súplicas para conservar a presença de seus diretores. Foi o que disseram numa de suas cartas às autoridades “que eram os seus vassallos, tanto de Deus como de El-Rei, e estavam sempre prontos a cumprir com os desejos de seus ministros em tudo o que eles pedissem”.<sup>74</sup>

O Governador do Paraguai Carlos Morphy, referindo-se aos pedidos e solicitações dos índios, afirmou que, desde o momento da sua expulsão.

“comensaron a surgir las dificultades... escribía a Su Majestad debido a que los vecinos blancos se introducían en las propiedades indígenas para beneficiar yerba, tabaco y otros productos”.<sup>75</sup>

E, quanto aos resultados almejados para os índios, deduziremos que a influência da ação missionária no processo histórico da área não se limitou ao plano econômico, no qual se fizeram sentir principalmente seus efeitos; não se traduziu somente no atraso já por si lento do desenvolvimento da prosperidade colonial; refletiu-se também e paralelamente nos níveis social e cultural,

72 -José Luis Mora Merida, op.cit., p.151.

73 -Ibid., p.153.

74 -Jean Piérre Gay, op.cit., p.333. Ver também Bemardo Capdeville, op.cit., pp.223-245 e Magnus Mornner, pp.138-144.

75 -José Luís Mora Merida, op.cit., p151.

embora estes efeitos somente se tornassem patentes ao terminar o regime missionário, pois:

“bajo el régimen misionero el índio había encauzado las energías incluso en su antropodanismo expansivo. Pero su vida en conjunto y como complejo de formas sociales y economías, no había variado mucho: sus adquisiciones técnicas no aparejaron sensible modificación en sus formas mentales. Había permanecido psiquicamente estacionário, seguía siendo un primitivo, en cuanto continuaba inmerso en su medio, espiritual e intelectualmente indiferenciado en él”.<sup>76</sup>

Quanto aos bens materiais, reportamo-nos, mais uma vez às afirmações de Robertson que, em suas cartas, enfatiza o que ocorreu:

“Sus mercaderías y útiles; sus casas y templos; su tierra y ganado; su plata y oro: sus súbditos y esclavos; todos fueron inventariados y entró en posesión de ellos la Corona. Un gobierno más extraordinário que nunca haya existido, una comunidad que había ido aumentando y reuniendo fuerza, riqueza y poder, durante más de ciento cincuenta años, fué dominada y vencida en una sola noche”.<sup>77</sup>

A melhor demonstração de que o regime jesuítico foi o mais “conveniente” para os índios está em que os seus sucessores se viram obrigados a segui-lo, em épocas posteriores e que, apesar de medidas judiciosas e paternais mas sem o devido preparo não obtiveram outro resultado que o de precipitar os índios na miséria. Não estava ele adaptado às condições exigidas pela contemporaneidade histórica. Sua dependência psicológica e organizativa, se puseram em relevo dramaticamente, com a saída dos Jesuítas.

Padres Franciscanos, Dominicanos e das Mercês, que substituíram os Jesuítas nas Reduções, foram encarregados do espítual e o Governador, residente em Candelária, nomeou um Tenente-Governador, para cada um dos Sete Departamentos em que foi dividido o território das Missões.

Como não foram bem determinadas as funções dos religiosos e civis, houve completa desorganização. Apesar de os índios continuarem a viver em comunidade, seguindo em tudo o método jesuítico, foram governados com rudeza e obrigados a um trabalho e à atividades prejudiciais à saúde. Desgostaram-se depressa do novo regime e foram fugindo, aos poucos, de seus povoados. As Missões marcharam para a decadência.

Houve povoados nos quais muitas famílias também fugiram, voltando à vida dos bosques e hostilizando os restantes povoados. O próprio Bispo Torre, opondo-se às pressões oficiais ou particulares contra os Jesuítas, para expulsá-los, afirmou que:

”soy del dictamen de que no conviene en el presente sistema re-

76 -Josefina Pla, op.cit., p.160.

77 -John Parish Robertson, op.cit., Carta XXXIV, p.757.

mover a los Padres Jesuítas de semejantes doctrinas”.<sup>78</sup>

Este medo de substituir os Jesuítas por outros religiosos, estava na organização que os Inacianos deram as Reduções, pois, os índios não poderiam, em vista de sua pouca capacidade, e com a estranheza da presença de um novo Cura, desconhecido, entregar-se à desobediência. Faltaria o controle dos Jesuítas que tão bem conheciam e tratavam os índios.

Além de tudo, não tiveram estes religiosos e administradores, a princípio, habilidade e experiência para dirigir índios que não estavam habituados a se moverem sem serem mandados. Ficavam na inanição, dissipando e consumindo, em pouco tempo, tudo o que restou, sem pensar em trabalhar e repor.

A experiência havia comprovado a incapacidade dos índios e a falta de iniciativa para qualquer atividade, além de sua propensão a tudo gastar. O Governo ampliou, então, as faculdades e os poderes dos administradores, subordinando-lhes todos os funcionários, para assim obrigar os índios ao trabalho e recuperar as estâncias e os povoados. Mas os índios que olhavam com indiferença seus próprios bens, olhavam com mais indiferença ainda os bens da comunidade, considerando penoso o tempo gasto em benefício dessa comunidade.

O costume em que foram criados e mantidos, sua grande sujeição e medo dos açoites foram os motivos que os fizeram se submeter a trabalhar, anteriormente, para essa comunidade. Agora para cada função, houve a necessidade de um “vigiador”; mas como o “vigiador” também era índio, precisaram indicar outros “vigiadores” para os primeiros. “Assim mesmo não trabalharam mais do que a quarta parte do que poderiam e, se quiser forçá-los para que cumpram seus deveres, eles desertam”.<sup>79</sup>

Em consequência do novo regime implantado, os índios sofreram vexames, opressões e violências. Acostumados que estavam à obediência aos Jesuítas, olharam com indiferença as ordens dos Administradores e nada faziam, sem primeiro consultar o novo Cura. Até que se conseguisse fazê-los conhecer que, unicamente, em coisas concernentes à sua salvação deveriam obedecer aos religiosos e, no demais, a seus administradores, muitas desavenças ocorreram. Pois eles continuaram a obedecer àqueles que lhes inspirasse mais confiança, embora sem saber conscientemente que partido tomar.

Aos poucos foram perdendo o medo dos açoites, tanto os que eram

---

78 -José Luis Mora Merida, op.cit., p.81. Ver também J. Lloyd Mehan, “Church and State in Latin America. A History of Politico-Ecclesiastical Relations” (University of North Carolina Press, 1934)

79 - Jean Pierre Gay, op.cit., pag.359.



castigados como os que presenciavam. As crianças foram castigadas à menor falta e, deste modo se acostumaram a sofrer, com indiferença, os açoites em qualquer tempo e idade. Aos pais, desde cedo separados dos filhos, (aos 4 ou 5 anos) pouco se lhes importava vendo-os maltratados.

Os sentimentos internos também foram sufocados, pois os moços "se casam com a mulher que lhe indicam, porque até nisso têm a vontade tão cativa que não se atrevem a fazer a escolha da que deve ser sua mulher... se juntam como dois brutos".<sup>80</sup>

Dispondo, a comunidade, a seu arbítrio, de suas pessoas, viam com indiferença até a própria morte, da qual o sobrevivente não tinha o menor sentimento, porque não o privava de nada. Os bens foram olhados como embaraços e incômodos; pelo contrário, foram inconvenientes. Para que produzir, se não podiam levar a outros povos? Acrescente-se a tudo isto, a ideia mesquinha que faziam de sua pessoa; o pouco conhecimento que tinham das comodidades; a falta de ambição em deixar alguma herança e, se conclui que eles viveram numa contínua ociosidade, enquanto sujeitos ao regime comunitário.

A repugnância que tiveram desta comunidade nasceu de dois princípios: 1º) Souberam que, da sua aplicação, só lhes restaria o trabalho e nunca prêmios; o melhor dia para eles era aquele em que pudessem gastar parte dos bens; 2º) Foi ver que, de todos os objetos e frutos que se colhiam e guardavam, só lhes tocava havê-los cultivado e colhido. Para eles não existiu se não o castigo; se faltasse, nada faziam. Deste aborrecimento e da parca assistência que lhes deram; dos vexames que, justa ou injustamente padeceram, resultou o pouco adiantamento, para não dizer decadência das antigas Reduções Jesuíticas:

"Sus Misiones, mediante corrupción y desgobierno, han decaído gradualmente y algunos de ellos están hoy en ruínas... En cuanto a las causas de la decadencia en que cayeron tan enseguida a la expulsión de los Jesuítas, son várias. Pero puede resumirse en estas dos: corrupción y mala administración".<sup>81</sup>

Por isso o Governo de Buenos Aires achou necessário que o sistema dos Jesuítas continuasse, apesar da mudança de administração que, necessariamente, ocorreu. Nisto teve razão, pois os índios não estavam em situação de tolerar qualquer transição e mudança repentinas do estado de submissão em que haviam sido mantidos durante 150 anos. Este, todavia, completamente erra quando pretendeu realizar este pensamento; e, com este erro, todos os projetos redundaram em completa ruína. Os Governadores das Missões que

---

80 -Jean Pierre Gay, op.cit., p.167.

81 -John Parish Robertson, op.cit., p.162.

sucederam aos Jesuítas, quando não procuraram beneficiar-se a si próprios, tornaram-se maus administradores, aumentando o jugo do pobre índio, de modo que :

”cuando se concluye la dinastia de Loyola, la avidez, la ignorancia y los sentimientos vindicativos de los nuevos gobernantes, aumentan la degradación y crueldad y ponen el cimiento del último y triste estado de los sufridos aborígenes, y su rápido exterminio”.<sup>82</sup>

A rápida decadência das Missões, depois da expulsão dos Jesuítas, foi a consequência inevitável da educação dada aos índios: nunca tiveram com que se preocupar; não lhes foi preciso e nem necessário pensar em nada. Sua personalidade desapareceu, e foram absorvidos pela comunidade; o seu bem-estar se assentou na obediência. Não foram mais um povo, mas sim um rebanho.

O hábito da submissão, a tradição da obediência, estabelecidas pelos Jesuítas formaram, em torno das Reduções uma barreira impenetrável e duradoura.

A primeira barreira que levantaram foi a do idioma e que é muito poderosa, pois não “se ensinaba español em las Misiones”. Depois trataram de impedir qualquer contato e o comércio individual, mesmo sacrificando o progresso da agricultura ou da manufatura e, por último, com a permissão do uso de armas, organizaram milícias. Criaram, assim, “um Estado dentro do Estado” conservando-o pela hostilidade aos estrangeiros, pela influência e poder que tiveram na Corte e pelas riquezas que acumularam.

Com todas as barreiras levantadas, não puderam os Guaranis ser gente livre. E, sem essa liberdade, foi impossível o progresso. Os métodos Jesuíticos demonstraram a sua eficiência na ação religiosa para catequizar os índios, atraí-los e acomodá-los a uma vida social. Mas os meios que alcançaram estes magníficos resultados não foram idôneos para o desenvolvimento de uma sociedade civil.

Os Jesuítas desconheceram, de fato, no regime de suas Reduções, a lei humana que é a lei do desenvolvimento e do aperfeiçoamento e, tendo criado um organismo social, o atrofiaram pela imutabilidade das condições primitivas em que o mantiveram:

“faltábale á ese cuerpo social, el ambiente de vida civil, que los Jesuítas no pudieron darle. No dependía esto de falta de inteligencia, sinó de la naturaleza del golemo teovrático, que és ante todo, y sobre todo, un poder espiritual, en cuya altísima esfera no caben las concesiones, los ensanches y las flexibilidades que requieren los negocios temporales”.<sup>83</sup>

82 -John Parish Robertson, op.cit., p .165.

83 -Andréa Lamas, op.cit., p.XXIX.

Creemos que nada mais pode justificar este nosso ponto de vista do que a afirmação de Southey: "Si los Jesuítas hubieran puesto mas alto su punto de mira, pronto se hubieran contado los Guaranis entre las naciones civilizadas".<sup>84</sup>

Apareceram logo os frutos desta educação: os paraguaios aceitaram, com sofreguidão, todas as tiranias; curvaram-se a todos os senhores que tentaram ou quiseram conduzi-los. Os Jesuítas estabeleceram aí, por muito tempo, a sede do despotismo.

Os costumes dos paraguaios, permaneceram ainda por muito tempo, os mesmos: submissão absoluta, fanatismo, ignorância e ódio ao estrangeiro. Os procedimentos de servilismo e os métodos de escravidão que os Jesuítas puseram em prática, para o governo de suas famosas Reduções, influíram profundamente no caráter nacional, mesmo que, com sua expulsão, os índios tenham se dispersado e retornado às selvas, sem contudo incorporarem-se inteiramente à sociedade paraguaia deixaram os sedimentos de formação, nada recomendáveis para a nacionalidade com "una promiscuidad interpersonal e interfamiliar, que normalmente escandalizaba a quien la observaba desde fuera y sin previo conocimiento de causa."<sup>85</sup>

Não é pelo servilismo e obediência cega que se granjea os bons servidores, se não se tem ao mesmo tempo o cuidado de lhes dar instrução para que, por si mesmos reconheçam quais são, não só seus deveres, mas também seus direitos.

Se considerarmos que os índios estiveram 150 anos sob o domínio exclusivo e absoluto dos Jesuítas, sem avançar passo na aquisição de conhecimentos e na exigência do direito de propriedade, temos que concluir seguramente que ali não podia ter havido preocupação de melhorar o estado civil dos índios,e

"este resultado innegable, prueba claramente que el sistema de conversión adoptado y sostenido por los Jesuítas en el Paraguay era excencialmente falso. Consistia no en levantar gradualmente los neófitos descarriados al mismo nivel de civilización alcanzado por sus maestros, simplemente iba hasta hacer de ellos instrumentos mecánicos de ganacia para la humanidad".<sup>86</sup>

O papel dos Jesuítas em relação aos seus protegidos foi sem dúvida paternal em si, mas assemelhou-se à atitude de um pai perante um filho negligente que nunca espera ver desenvolver -se. "Os neófitos não estavam preparados para se bastarem a si próprios, mas sim para seguirem, cegamente, em todas as circunstâncias, as determinações e os conselhos dos seus pais

84 -Robert Southey, História do Brasil (Rio de Janeiro,1862) p.340.

85 -Josâ Luís Morra Merida, op.cit., p.87.

86 -John Parish Robertson, op.cit., p.165.

espirituais. Quando se tornassem homens não saberiam livrar-se das coisas mais pueris. Seriam estruturalmente incapazes de ocupar o seu lugar na sociedade civilizada que, lentamente se tinha desenvolvido à sua volta”.<sup>87</sup>

Com a emancipação a palavra “liberdade” ressoou aos ouvidos dos índios como sendo “licença”. Desde então tudo ficou perdido para eles. Julgaram que “liberdade” foi poder fazer a sua vontade, isto é, a faculdade de quebrar, a seu bel prazer, as leis divinas e humanas, sem reconhecer freio que contivesse seus extravies, entregando-se à preguiça e a toda sorte de vícios. Desde então estiveram sempre prontos a acompanhar o primeiro mandante que se lhes apresentasse.

Mas é indubitável que as Missões ajudaram à preservação e conservação, em condições de dignidade humana da massa indígena; em contrapartida, foi fator de retardamento da mestiçagem. A população guarani se conservou pura durante um século e meio, segregada dentro das Missões, para logo voltar-se sobre a população colonial já avançada na mestiçagem, a qual, indubitavelmente retroagiu ao reabsorvê-la.

Pergunta-se, o que ocorreria com as Reduções depois da emancipação? Será que os Jesuítas continuariam com o mesmo sistema de comunidade e de isolamento quando a civilização se estabelecesse no Prata? Certamente que teriam preparado seus neófitos para essa liberdade, levando-os à fusão com os europeus:

“Las misiones en un plazo más o menos corto habrian sido obligadas a seguir otro camino en sus relaciones con el exterior, so pena de constituirse definitivamente en un estado dentro de otro estado, un núcleo de problemas dentro de la cultura circundante con ascención a otros niveles”.<sup>88</sup>

O que, no entanto, se pode deduzir é que se um governo despótico como o dos Jesuítas não tivesse presidido aos destinos de uma porção de neófitos deixados por eles; se um governo ilustrado, paternal e sincero tivesse guiado os índios na senda da civilização; se a guerra, as sedições, as convulsões políticas não houvessem favorecido a pilhagem das Reduções e que seu território não houvesse sido repartido ” talvez hoje a República da Companhia de Jesus do Paraguai fosse uma das mais opulentas nações da América”.<sup>89</sup>

87 -C. R. Boxer, Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola (University of London, 1952) p.127.

88 -Josefina Pla, op.cit., p.161.

89 -Jean Pierre Gay, op.cit.,p.345.

## CAPITULO III

### A DITADURA DE FRANCIA E O ISOLAMENTO

JOSE GASPAR RODRIGUEZ DE FRANCIA, filho de José Engracia Rodriguez Francia que foi ao Paraguai com um grupo de brasileiros para industrializar tabaco, em 1750. Casou-se, provavelmente em 1762 ou 1763, com Maria Josefa Fabiana Velasco y Yegros, filha de Mateo Felix Velasco e de Maria Josefa de Yegros y Ladesma, sobrinha de Fulgencio Yegros, descendente das mais antigas famílias de conquistadores. Pouco se sabe da vida de Maria Josefa, pois viveu segundo impunham os costumes da época, afastada da vida social, pelo que exerceu pouca influência na vida do marido e dos cinco filhos: Lorenzana, Petrona Regalada, José Gaspar, Pedro e Juan José Ignacio.

José Gaspar passou a infância em Assunção. Frequentou a Escola do Convento de S. Francisco, onde o ensino consistiu particularmente na aprendizagem memorativa, e o princípio pedagógico dominante foi "la letra con sangre".<sup>1</sup>

Na escola, José Gaspar foi respeitoso e obediente.

Em 18 de julho de 1781 ingressou na Universidade de Córdoba que gozava de grande fama em toda a região do Prata. A população da cidade era constituída de "una aristocracia jactanciosa, afecta al lujo y a la distinción".<sup>2</sup> José Gaspar ficou interno, no Real Colégio de Monserrat, iniciando uma vida monótona e onde prestou o juramento habitual e "ha prometido obedecer in licitis et honestis al padre rector".<sup>3</sup> Foi neste ambiente colegial onde se plasmou seu caráter, constatando-se que "tiene un temperamento nervioso e irascible, que el encierro en el Colégio acentua; es reconcentrado y poco comunicativo", e, no trato com seus professores mostrou-se sempre "altivo y rebelde", nada fazendo para conseguir suas simpatias, "pero se les impone por su inteligéncia y amor al estudio". Com seus colegas "gusta sobremana dominarlos, y lo consigue porque es audaz, voluntarioso, intrépido", brigando frequentemente com eles "y los amenaza con un pequeno punal del cual jamás se separa". Mas muitos atos por ele praticados "le concitaron el respecto de los demás colegiales, y, dandose conta exacta de su predominio inicio su

---

1 -Julio Cesar Chaves, El Supremo Dictador. (Buenos Aires,1941) p.26. Ver también Prudencio de la C. Mendoza, El Doctor Francia y el Virreynado del Plata (Buenos Aires,1936) e José Maria Ramos Mejia, Rosas y el Doctor Francia (Madri,1917).

2 -Ibid., p.30.

3 -Ibid., p.31.

império...sus compañeros le llamaban el Dictador”.<sup>4</sup>

As férias eram passadas, quase sempre na estância de Caroya que se transformou no principal cenário de “su rebeldía y de sus andanzas”. Chegou, por isso, a receber severos castigos e como não quis sujeitar-se, abandonou o internato, em fins do ano de 1783, segundo consta “por su poca moderada conducta en Caroya, y especialmente por haber resistido a la correccion que quise aplicarsele”, livrando-se, assim, da rigorosa disciplina do internato.<sup>5</sup>

A partir de 1873 assistiu aos Cursos Superiores de Teologia. Teve ali uma influência muito forte, pois entre o decênio de 1778 e 1788 se formou nesta Universidade uma geração que deixou o claustro com novos ideais “alerta para promover y encauzar una profunda transformación en el continente”, pois a Universidade tomou conhecimento ou participou das grandes disputas que dividiram o pensamento da época, isto é, da corrente ideológica europeia, da revolução dos colonos ingleses da América do Norte e da Rebelião de Tupac Amaru.<sup>6</sup>

Foi justamente quando, após 1776, com a expulsão dos Jesuítas, a Universidade passou à direção Franciscana, que não teve capacidade e nem dispôs de meios para evitar o avanço da nova filosofia.

Em 13 de abril de 1785, José Gaspar recebeu o grau de Doutor em Sagrada Teologia. Regressou a Assunção, onde foram poucas as questões, pois eram solucionadas em Charcas. Também não abundaram as controvérsias filosóficas e teológicas e a vida política “es muy limitada; se reduce a interminables disputas protocolares entre el Gobernador, el Cabildo y el Obispo, recillas de poca monta con que se distraen los que mandan, mientras las nuevas corrientes van carcomiendo en su acción lenta y subterránea los cimientos de la organización colonial”.<sup>7</sup>

A vida social de Assunção fora muito limitada, bem diferente daquela de Córdoba. Por isso José Gaspar teve que adaptar-se a nova vida. Decidiu não continuar sacerdotal, afastando-se, para sempre do caminho da Igreja. Em 1786 lecionou latinidade no Real Colégio Seminário de São Carlos, sendo preterido no cargo de catedrático porque “no puede ser catedrático de San Carlos un mulato”.<sup>8</sup> Para dissipar esta sombra sobre seus pais, abandonou o magistério, mas o fato o deixou profundamente impressionado. Mais tarde conseguiu a cátedra, mas suas contínuas manifestações anticlericais o torna-

---

4 -Julio Cesar Chaves, op.cit., p .35.

5 -Ibid., p.35.

6 -Ibid., p.36.

7 -Julio César Chaves, op.cit., p.43.

8 -Ibid., p.47.

ram mal visto e, não acatando a autoridade do Reitor “resuelve retirarse voluntaria y definitivamente del Real Colégio Seminario” e, da docência no Colégio, passa ao Foro “aunque nunca tuve vocación definida de abogado” embora tenha alcançado prestígio, tanto pela eficiência como pela austeridade, abraçando “la defensa de los pobres y de los humildes litigando en la mayoría de los casos contra los ricos y los poderosos”.<sup>9</sup> No trato com os clientes “se mostraba despótico y intolerante”.<sup>10</sup>

Em 1790 notou-se uma mudança brusca em sua vida e conduta abandonando a hábito talar, afastando-se de gente séria e entregando-se a uma vida dissipada. Rompeu com seu pai e foi morar no bairro das Mercês, acompanhado apenas de um velho moreno que esteve a seu serviço.<sup>11</sup> Buscou “amorios fáciles, aventuras sin fin, mujeres alegres. Las noches las consagra a juergas interminables”.<sup>12</sup> Mas, com a saúde abalada, foi morar em um sítio que adquirira com as economias de sua profissão, em Ibiráí.

A situação política de Assunção continuou sempre estacionária, com todos os cargos ocupados pelos espanhóis. José Gaspar, depois de dez anos de seu regresso e com os títulos que possuía, “no había podido integrar el Cabildo, en cuyos puestos se sucedían año tras año los mismos apellidos, los mismos españoles”.<sup>13</sup> Quando, em 1798, seu nome foi indicado para compor o Cabildo, provocou graves incidentes.<sup>14</sup>

Em 1804, tomou a iniciativa de enviar ao Vice-Rei de Buenos Aires um Memorial, contra o Governador do Paraguai, Lazaro de Ribera y Espinoza. Como consequência, foi nomeado, em 12 de setembro de 1805 o novo Governador, D. Bernardo Velasco. Este ano se tornou fundamental para a vida pública e particular de José Gaspar pois, além da tomada de posição contra Ribera e seu valido José Espinola, enamora-se perdidamente e “este hecho tiene excepcional influjo en su vida y en su destino, y en el futuro mismo del Paraguay”.<sup>15</sup>

Velasco tomou como assessor Pedro Alcantara Somellera, companheiro de José Gaspar em Córdoba, o que serviu para aproximá-lo também do Governador: “todos los dias el paraguayo (Francia) visitaba el porteño (Somellera) en su despacho, y comentaba con él los sucesos políticos del Virreynato

---

9 -Ibid., p.51.

10 -Julio Cesar Chaves. Opt.cit., p.51.

11 -Ver John Parish y William Parish Robertson, La Argentina en la. Epoca de la Independencia, (Cartas sobre o Paraguai) (Buenos Aires,1920) Carta XLVIII,.

12 -Julio César Chaves,.op.cit., p.55.

13 -Ibid., p.57.

14 -Ver Acta del Cabildo de Asunción del 1º de enero de 1798.

15 -Julio Cesar Chaves. op.cit., p.60.

y de la Metrópoli. Con el apoyo de Somellera su influencia se hizo decisiva para el despacho de cualquier expediente en la gobernación”.<sup>16</sup> Nesta época os ingleses tomaram Buenos Aires. Os chefes ingleses puseram-se em contato com a elite revolucionária portenha mas a classe crioula também se impressionou profundamente com as atividades revolucionárias, provocando maior separação entre eles e os espanhóis. Os paraguaios também “no habían sido meros testigos de la lucha en el Plata”.<sup>17</sup>

Em 1808 José Gaspar foi eleito para o Cabildo, atuando sobretudo na luta para conservar o Paraguai ligado a Fernando VII e no não reconhecimento de José Bonaparte. E, por isso, teve muitos contratempos com os colegas espanhóis do Cabildo, pois “no miraría con mucha simpatía a aquellos orgullosos españoles que se habían cruzado varias veces en su camino, y ahora al igualarse a ellos en el cuerpo comunal”.<sup>18</sup>

Deixa o Cabildo em 1810, regressando a Ibirá, esperando, no seu retiro, o momento da revolução. Ao tomar conhecimento da disposição do Congresso de 2 de julho de 1810, a Junta de Buenos Aires resolveu isolar o Paraguai e tratou de provocar um levante da população, por meio de emissários secretos, como Juan Francisco Arias e Luis Marquez. Somellera se pôs à frente da reação e procurou o apoio de José Gaspar que se recusou, na expectativa de ter maiores conhecimentos e oportunidades para uma ação direta: “su resistència se debía, sin duda, no solo a su temor a la supremacia porteña, sinó también a razones de orden personal”.<sup>19</sup> Mas, apesar de não aparecer claramente, Molas, Yegros e Cavallero reconheceram que “el Doctor Francia era en realidad el director de este movimiento popular”. Foi assim na ação de 15 de maio, quando sugeriu que não se fizesse a remessa e o despacho para Buenos Aires, a quem não poderiam se submeter, pois haviam saído de um despotismo, em 1811, e não poderiam cair em outro.<sup>20</sup>

Foi esta a época mais incisiva da vida de Francia: “el político manobra, el estadista formula soluciones de gobierno, y el escritor produce notas brillantes. Dá impresión de un revolucionário maduro tanto como hombre de pensamiento que como hombre de gobierno... en sus actos de mayo y junio del once ya se atisban sus orientaciones en lo interno y en lo externo. En el interno la marcha gradual y progresiva al poder; en el externo la defensa de la independencia de todos los bandos”.<sup>21</sup>

16 -Julio César Chaves, op cit., p.63.

17 -Ibid., p.64..

18 -Ibid., p.69.

19 -Ibid., p.81.

20 -Julio César Chaves,op.cit., p.93.

21 -Ibid., p.98.



Ao mesmo tempo expôs a doutrina da Revolução e seu pensamento político - nutrido essencialmente em Rousseau - e que estão expressos com clareza e brilho nos primeiros documentos de seu governo.<sup>22</sup>

Mas enquanto D. Bernardo Velasco se manteve no poder, Governando em nome da Espanha, a população indiferente, curvou-se à autoridade da Metrópole. Ocorre que esta submissão comprometia o bom nome das revoluções independentistas de outras regiões. Os esforços das demais províncias se tornavam inúteis enquanto os espanhóis dominassem no Paraguai. Urgia, pois separar também esta província da Espanha.

Como o Paraguai não teve inimigo espanhol para enfrentar no movimento de 1811, ficou numa situação bem diferente das demais regiões. Se o poder espanhol, ali representado pelo Governador Velasco, houvesse sido maior do que foi, certamente deveria ter havido maior concentração de esforços para destruí-lo. Deste modo haveria menos oportunidade para que os chefes nativos tramasses e executassem projetos de engrandecimento pessoal. Haveria empenho numa luta mais árdua e ingente, exigida para a expulsão do inimigo comum, antes de ter lutado pela recíproca primazia militar ou civil. O perigo premente e a unidade de ação requerida, haveriam engendrado mais espírito público entre os nativos, de modo que, quando os espanhóis houvessem sido desalojados de todas suas fortes posições, teria sido por um esforço comum em que os cidadãos e soldados sentiriam ter contribuído em algo.

Deste modo, não poderiam entregar a liberdade, para cuja realização e conquista haviam combatido ou de alguma forma diretamente sofrido, nas mãos de um déspota. Além disto houve muitas vacilações em matéria política ou, mais ainda, muitas aberrações em princípios. Essa causa se encontrou não somente na grande ignorância em que a Espanha sempre procurou manter seus súditos coloniais, como também nos estéreis e viciosos elementos destruidores - que não foram abertamente fomentados - das juventudes criolas que, na realidade, nunca estiveram grandemente separadas de seus pais europeus.

O espanto não está nos habitantes mostrarem tantos exemplos do vicioso sistema a que estiveram sujeitos pela Espanha, senão em que os europeus houvessem calculado tão credulamente naqueles princípios e virtudes públicas que foram totalmente incompatíveis com a índole do ensinamento colonial.

Quando a independência não se tem enraizada nos corações da população, dura pouco. Deste modo, o que sucedeu ao Paraguai, foi passar do jugo paternal da Metrópole, para o jugo cruel de tiranos.

---

<sup>22</sup> -Ibid., p.99.

Nada se torna mais pernicioso a um povo que o letargo cívico proveniente de uma formação tradicional e de um governo pessoal e absolutista. A mão excessivamente dura, priva o povo de sua vontade de pensar; não busca colaboração inteligente se não submissão incondicional e transforma os cidadãos em meros rebanhos obedientes.

Sobre os espanhóis e os guaranis, o mestiço, já havia tratado de firmar sua supremacia na “Revolução Comunera” que foi a primeira manifestação vencida do espírito e do ideal paraguaios, porém não inteiramente sufocada e que procurou se concretizar na Revolução da liberdade e da independência, de 14 de maio de 1811. Extraordinárias metas procuraram realizar os idealistas, ao apresentar-se o Paraguai, como nação soberana e livre, sob o ideal do liberalismo, tornando paralelas a liberdade e a independência.

Mas, como erro histórico e político, a tirania rompeu essa liberdade para suplantá-la pela independência e isolamento e impondo, assim, a opressão e a escravidão. Desta forma, acabaram por fazer sucumbir o espírito expansivo das dilatadas fronteiras do período colonial, diminuindo-as num ilhamento paralítico e anquilosado, com uma defesa de desertos naturais e artificiais.

Foi o atavismo do índio das selvas que se retraiu e escondeu, em contraposição ao valoroso e livre impulso do espírito mestiço que combateu no “Fuerte Borbón” em Santo Tomé e se movimentou em alianças para defender o solo americano. Essa submissão, seja sob mãos de estrangeiros, seja de conterrâneos tem a mesma condição e a independência se torna uma ficção se se quiser sustentá-la com tiranias, porque as tiranias suprimem a independência que, somente poderá existir e resolver em liberdade.

A situação política do Paraguai, logo após o movimento libertador, apresentava os espanhóis e portenhos unidos no combate ao novo sistema paraguaio; os primeiros para recupera sem suas posições antigas e os segundos, para que os habitantes do Paraguai acatassem a Junta de Buenos Aires. Os patriotas paraguaios que haviam lutado pela independência não constituíram uma base sólida para o estabelecimento de um governo próprio. Foi então que o Dr. Francia começou a idealizar a organização do futuro Congresso, enviando aos campos os seus porta-vozes, mas:

“los campesinos no tenían una idea muy clara de la transformación operada; para unos, se había descubierto que los españoles eran unos intrusos y que todos los paraguayos tenían que unirse para no dejarlos entrar en Asunción; para otros, la libertad daba derecho a los ciudadanos a hacer lo que se antejara pero acatando al “Carai” Yegros”.<sup>23</sup>

---

23 -Julio Cesar Chaves, op.cit., p.100.

O primeiro governo foi constituído por Fulgencio Yegros como Presidente; Francia, Cavallero, Bogarin e De la Mora como vogais. Yegros fora o chefe de maior prestígio na Província; ele e Cavallero representaram os militares triunfantes. O Dr. Francia ficou sozinho como representante qualificado dos civis. Bogarin representou o clero e De la Mora teve vinculação, com a sociedade paraguaia:

“Se que Francia trató de apartar a hombres que podian enfrentarle... El primer gobierno patriota, llevaba desde la cuna, como un bien o como un mal, el sino del futuro dictador”.<sup>24</sup>

Com astúcia, com hipócrita dissimulação escondeu suas intenções. Enganou os paraguaios, enganou o Governo Geral das diversas províncias e foi, pouco a pouco, avançando até que chegou a oportunidade de arrancar a máscara. Seu plano foi se desenvolvendo aos poucos;

“en los españoles explotaba el odio a los revolucionarios de Buenos Aires y en los paraguayos el sentimiento localista, la idea de que el Paraguay podía bastarse a sí mismo”.<sup>25</sup>

O Dr. Francia foi uma excessão à todas as regras que predem a aparição dos grandes ditadores. Não pertenceu as fileiras do exército; não ganhou batalhas; não ganhou prestígio no exercito. Foi um homem de estudo que jamais participou de qualquer feito militar. Subiu ao poder não pela violência nem como meio para suprimir a violência, se não pelo voto de Assembléias representativas. Não foi produto do temor e da barbérie rural;

“não é un bárbaro creado en las estancias, en los suburbios de la civilización, como su imitador Rosas; és un hombre educado, és un hombre de letras”.<sup>26</sup>

Mas sabia que a população era dócil, curvada ao servilismo e que aceitaria, indiferente, qualquer senhor. Tal povo deveria se curvar, tremendo, ao ouvir a palavra enérgica de qualquer governante, porque:

“El poder fuerte es indispensable en America, és libertad; pero el del Paraguay és la exageración de ese medio, llevaba al ridículo y á la injusticia, desde luego que se aplica á una población célebre por su mansedumbre y su disciplina jesuítica de tradición remota”.<sup>27</sup>

Em um só caso poderiam falhar os planos do Dr. Francia: se se efetuasse a união do Paraguai às demais províncias do Prata. Compreendeu que, na ignorância de seus compatriotas repousava sua superioridade e que, se o Paraguai se confundisse com a Confederação Argentina, depressa se eclipsaria sua personalidade. Ver-se-ia atirado a uma posição secundária; e era o

---

24 -Ibid., p.102.

25 -Ibid., p.103. Ver também Ofícios do Conselheiro Antonio Manuel Correa da Câmara -1824 a 1830- Legação em Assunção. Arquivo Histórico do Itamaraty, Catálogo 201/1/5.

26-Julio Cesar Chaves, op.cit., p.14.

27 -Ibid., p.87.

primeiro lugar o alvo de suas ambições.

Não foi, todavia, o Dr. Francia que criou a alma e a mentalidade do povo paraguaio à sua imagem, pois já existiam em épocas muito anteriores à independência e à, própria conquista:

“porque és imposible crear una nación por voluntad de un hombre. Francia no fué el fundador de la independencia paraguaya, pero sí fué su encarnación en hora decisiva, y su más constante y enérgico defensor”.<sup>28</sup>

Não houve ali uma tribo primitiva de antropófagos, predominando, mas sim uma tribo submissa, embora não alcançando a civilização e a cultura alcançadas pelos aztecas e incas.

O que o Dr. Francia fez, foi dar forma indestrutível e consistência de fato consumado à vontade de viver e ser livre para, logo em seguida, defendê-la contra ameaças e perigos que ele julgou mortais, num momento crítico da história paraguaia.

Certamente faltaram Constituição, Leis, Escolas e Imprensa mas tudo viria a seu tempo, pensou ele. “Primeiro o pão, depois a instrução. Antes que liberdade e cultura, personalidade como estado independente e unidade política. Tais foram as metas de Francia”.<sup>29</sup>

Há que merecer a liberdade e os povos que têm necessidade de recorrer a uma ditadura é que não a merecem. Na história como no amor tudo é possível e não há limites para suposições embora se pudesse chegar aos mesmos resultados com métodos diferentes e brandos. Mas ao que está feito não se pode facilmente opor o sofisma do que pudera ser.

O poder do Dr. Francia não derivou da violência e da fraude, se não que foi elevado ao Governo Supremo e Ditatorial pela vontade do Congresso Nacional. Assim é que não conheceu a tristeza e o peso da fuga, nem foi mendigar em terras estranhas, fim obrigatório de tantos dirigentes americanos. Alguma razão assistiu aos Robertson tão contrários a Francia, para afirmarem que :

“sus compatriotas admiraban su patriotismo, respetaban su integridad y veneraban su sabiduría”.<sup>30</sup>

Quem não possui estas três qualidades, poderá impor-se pela força durante um período mais ou menos prolongado, mas, com o tempo, cairá, derrubado pelo impulso do sentimento popular sufocado.

Foi propósito do Dr. Francia atender à circunstancia de se compor a

---

28 -Ibid., p.17.

29 -Arturo Bray, Hombres y Epocas del Paraguay (Buenos Aires, 1957) p.32.

30 -John Parish y William Parish Robertson, op.cit., p.117..

população paraguaia de índios, na sua quase totalidade,<sup>31</sup> sendo ínfimo o número dos elementos crioulo e branco de ascendência europeia. Entregar, pensou o Dr. Francia, a autoridade suprema aos que poderiam reivindicar, com ou sem razão, sua qualidade de brancos, equivaleria lançar o país na desordem e na anarquia como testemunhavam tão dolorosamente os territórios dos antigos Vice-Reinados. Importância maior seria, portanto basear o governo nesses mesmos índios, assegurando-lhes o indispensável sossego.

Eis porque absorveu o Dr. Francia em suas mãos todas as funções governamentais. Odiado e temido pelos Criolos e os escassos representantes dos brancos, foi ele objeto, por parte do povo, na sua grande maioria indígena, de um sentimento de adoração inspirada pelo terror que gerara. Para esses descendentes dos habitantes das antigas Reduções Jesuíticas, o Dr. Francia era "El Supremo".

A independência tornou-se a paixão dominante do seu governo e a paz o mais íntimo anelo do povo paraguaio. O Doutor Francia encarnou essa paixão e satisfez esse anelo, porque a

"sociedad se hizo celosa, idolatra de su independencia. La creía en peligro y con razón, antes, en tiempo y después de Rosas, y por eso la amaba con delirio, porque la creía en peligro".<sup>32</sup>

Teve, para isso, que colocar um jugo no pescoço desse povo a fim de tê-lo submisso enquanto ele decidia seu destino e velava por sua integridade. Então, como hoje, o patriotismo esteve sujeito a certas interpretações da hora e, quem mandou foi, para o bem ou para o mal, aquele que interpretou e decidiu as leis do país.

Dentre os livros que possuiu, houve um volume truncado da História Romana de Rollin. O Dr. Francia que o tinha lido, resolveu e decidiu que o Paraguai deveria ser uma República, conforme o modelo romano: dois Cônsules, duas cadeiras curules com o nome de Cesar e Pompeu.

Como o povo estava acostumado ao regime de governo único quer dos caciques, quer dos Governadores, quer dos Missionários, cujas vontades foram leis, aos paraguaios pouco importou a definição nova do poder dos Cônsules.

Apenas revestido das prerrogativas que os próprios elementos que lh'as conferiram estiveram longe de compreender a significação e a grandeza imensas, o Dr. Francia isolou-se, instalando-se na antiga residência dos Governadores do Paraguai, procurando também, desde logo, isolá-la por meio

---

31 -Ver Justo Pastor Benites, *Fornación Social del pueblo Paraguáyo*. (Assunción,1955) e John Hoyt Williams, "Observations on the Paraguayan Census of 1846". *Hispanic American Historical Review*. Vol.56, pp.424-437 (August,1976) Nº 3.

32 -Manuel Dominguez, *Causas del Heroismo Paraguayo* (Asunción,103) p.29.

do alargamento das ruas que a circundavam.

O desconhecimento político não estava só na população indígena e mestiça, mas também nos seus representantes no Congresso, conforme a confirmação de Robertson que não cria que, nas Assembleias, houvesse cinquenta paraguaios - e nenhum fora de Assunção - que soubessem o que significava a palavra Ditador. Presidente, Cônsul, Diretor, Protetor e Ditador:

“eran para ellos sinónimos del nombre pasado de moda de Gobernador, tal como fué constituido por la vieja España”.<sup>33</sup>

Estando firme no poder, adotou e seguiu as máximas de Maquiavel e tomou por modelo Pigmaleão, rei de Tiro. Basta cotejar as ações e conduta de um e de outro e, somente para não cair no antigo erro pitagórico, não se dirá que a alma de Pigmaleão “tenha saído dos infernos” e vindo animar o filho de um “mameluco paulista” para ser o primeiro tirano da América, renunciando à todas as virtudes cristãs. Foram vinte e cinco anos de despotismo e tirania que, dificilmente, se encontram na história das nações. O Paraguai gemeu na prisão, arrastando pesadas cadeias.

Presenciaram, então, os paraguaios o encarceramento de seus filhos inocentes, em escuras masmorras; a prisão de seu Bispo e muitos padres; a convocação de um Congresso dócil, presidido por ele e que lhe deu o título de “Supremo Dictador Perpétuo de la República dei Paraguay” prevalecendo-se de sua ignorância, pois os paraguaios desconheciam a autoridade sem limites da Ditadura e que esta autoridade concedida a um cidadão, e um dos maiores males e, muito mais quando se lhe entrega o mando sem Constituição que o freie, para não abusar da autoridade, limitando-lhe o tempo e a duração de governo.

O Dr. Francia, tornou-se assim, o tirano e o verdugo de seus concidadãos e, achando que a autoridade episcopal ofuscava seu poder, começou a perseguir o Bispo até fazê-lo desaparecer. Negou publicamente a religião católica e se declarou chefe e cabeça da Igreja Paraguaia, atribuindo-se também o poder espiritual. Suprimiu as instituições religiosas, transformando os conventos em quartéis e aplicando seus bens ao Estado - como ocorreu com o Real Colégio Seminário Conciliar de San Carlos, construído em 1783, em virtude da Real Cédula de 28 de fevereiro de 1780 e onde se ensinava humanidades. Foi assim que:

“in like manner, Francia reduced foreign influence in the Church, by decreeing in 1815 that there would be no further ecclesiastical subordination to the hierarchy in either Buenos Aires or Rome”.<sup>34</sup>

Tal se explica, pois a atitude do Dr. Francia, foi a de dominar escravos e

33 -Robertson, op.cit., p.228, da Carta XLIX.

34 -John Hoy Williams, “Paraguayan Isolation under Dr. Francia: A Reevaluation”, *Hispanic American Historical Review*, Vol., 52,, Nº 1 (February, 1972 ) p.104.

não governar pessoas capacitadas. Por isso procurou arruinar, até os últimos extremos as famílias mais importantes, per seguindo as pessoas de cultura e todos de quem tivesse qualquer suspeita. Foi exemplo desta sua constante atitude, sufocando em 1822, a conjuração de Ramírez, com que conseguiu todo o poder necessário, avassalando qualquer resistência, e:

“suprime por el terror a la brillante casta militar. Suprime sangrientamente a la oposición y los que han logrado escapar del país”.<sup>35</sup>

Segundo Corrêa da Câmara, em Assunção existia um número e levado de pessoas entendidas e de uma não vulgar instrução e dos quais se poderia servir utilmente o Dr. Francia para a gerência dos mais sérios e graves negócios “mas é tal o temor que S. Exa. tem da potência intelectual que os condenou a uma perfeita nulidade, afastando-os constantemente ainda dos empregos mais baixos e de menor importância. Foi da classe mais rude e pobre que o Ditador fez a escolha para os empregos públicos, de qualquer natureza. Ainda assim não permaneciam por muito tempo no lugar que ocupavam; S. Exa. os remove periodicamente de uns para outros lugares até tirá-los totalmente do serviço e dar-lhes demissão. A maior parte destes funcionários tem necessidade de um assessor que, quase sempre, também é um miserável e que consegue superar seu subordinado por saber ler e escrever pouco mais do que ele ou por ser um orgulhoso imprudente ou um atrevidíssimo intrigante. Os próprios Ministros do Supremo são um pouco mais instruídos; S. Exa. é o seu assessor nato e de tal modo que nem deles fia a resposta da menos interessante nota.

Além disto, o Dr. Francia se viu obrigado a fechar as fronteiras para impedir que o país se despovoasse devido as fugas de seus habitantes, a quem se referiu com muito desdém:

“Yo no llamo ni reputo paisanos a unos infames que se expatrian ellos mismos renunciando y abandonando su Patria, aunque há sido frecuente en los paraguayos que parecen que no tienen apego a su suelo nativo, por que hasta que yo lo prohibi se iban por centenas a correr por otras tierras”.<sup>36</sup>

Parece, no entanto que a afirmação do Ditador não é verdadeira porque poucos povos têm tanto apego à terra como o paraguaio. Assim, esta população dominada viveu ali submissa, pois:

“Un millón de hombres vivian alli, alejados de las corrientes de la civilización, sin contacto alguno, con el mundo, sin recibir ni enviar correspondencia sin comerciar, sin viajar”.<sup>37</sup>

35 -Julio Cesar Chaves, op.cit., p.15.

36 -Dr-Francia ao Delegado de Ttapúa, 4 de febrero de 1830, ANA, Vol .,69.

37 -Julio Cesar Chaves, op.cit., p.223. Ver também Rafael Oddone, Esquema Político dei Paraguay (Assunción, 1948) pp.53-121.

Tiveram, assim, os paraguaios, um Ditador apóstata do catolicismo e que abraçou ao deísmo, fazendo crer a seus oficiais que ele não deveria morrer e, a seus sátrapas - os delegados dos Partidos - que, para salvarem-se, não necessitariam nada mais do que servi-lo bem, conforme lhes ordenasse.

Obrigou a todos, com o maior rigor, a cumprir seus deveres, muito além dos limites previstos pela própria natureza, ao mesmo tempo que os privou do uso de qualquer direito de liberdade civil, segurança individual, propriedade e igualdade.

Nas relações pessoais que os Robertson tiveram com o Dr. Francia, perceberam como suas atitudes foram mudando, quando se tornou Ditador. Notaram já na primeira entrevista, o crescente despotismo, as maneiras brutas e o rude desprezo a urbanidade que, à cada dia, cuidava menos em ocultar, sempre que seu humor caprichoso estivesse em oposição com o que faziam ou diziam os que o rodeavam:

"Su temperamento icterico e irritable, al momento procuraba dar salida a su esplín; e inocentes o culpables eran mismo inmolados en el altar de su capricho".<sup>38</sup>

Obstinou-se, após 1816, em fazer tremer o povo, dando-lhe uma idéia medonha do poder e impondo o respeito pelo terror.<sup>39</sup>

Ele próprio isolou-se cada vez mais, reputando como traidores e conspiradores todos os que procurassem aproximar-se dele. Ignorava-se onde passava a noite, com medo de uma traição.

Quando um povo se habitua ao servilismo, os próprios excessos favorecem o déspota para aumentar-lhe a força. Perdendo a consciência, não sente mais o servilismo. O Dr. Francia:

"Tenia noción exacta de la índole del pueblo paraguayo. Los sabía dóciles, sencillos, ignorantes, facilmente conducidos al bien o al mal y sin valor moral o físico para resistir la opresión. Era sagaz, astuto, paciente, perseverante. No admitia ningún principio moral o religioso que se opusiera a sus planes; su fin era la dominación absoluta e imperativa; y al usar los médios para alcanzarla, estaba preparado a afrontar sin temor la perpetración del crimen sin piedad y sin remordimiento todos los sufrimientos que la naturaleza humana soporte".<sup>40</sup>

O caráter do Dr. Francia, reflexo de sua formação, aparece em parte no que escreveu o Conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara, o primeiro representante de outros países a ser reconhecido pelo Ditador em caráter de Cônsul, em 27 de agosto de 1820. Considerou ele que a política do Ditador foi

38 -Robertson, op.cit.,Carta XLVII, p.219.

39 -Ver John Hoyt Williams, op.cit., p.104..

40 -Robertson, op.cit., Carta XLVIII, p.224.



“mesquinha e desgraçada”, pois houve uma facilidade Incompreensível para o Supremo lançar não de instrumentos e meios “os mais torpes e indignos e até dos mais desarrazoáveis para vingar-se dos que não iam com o seu capricho, muitas vezes pueril”; considerava-se fora do comum dos demais homens e a isto dava muita consideração “pela falsidade, pela descarada mentira e revoltante calúnia”.<sup>41</sup>

Recomendou muito o Conselheiro Câmara ao Império que mantivesse boas relações com o Ditador porque “enquanto não desposarmos a causa deste homem em todo ou em parte, enquanto não entrarmos em seus interesses... enquanto não fizermos alguma coisa que, de algum nodo o ponha a coberto de seus inimigos externos, teremos nele um adversário perigoso, um inimigo implacável e tanto mais terrível quanto não abertamente declarado e, além disto, vizinho”.<sup>42</sup>

Adotou o Ditador a prática das exclusivas correspondências verbais, impondo essa lei e “excusando-se a fazer mais escritos” segundo suas próprias palavras. Gabava-se também de que nada se passava na República, por mínima que fosse, de que ele não tivesse conhecimento exato. Embora se queixasse da falta de fé e da pouca sinceridade dos outros, censurando-lhes a falta e ausência dessa boa fé “de que ele faz tão pouco uso... como é verdade o que adágio diz daqueles que trazem sempre a palavra honra na ponta dos lábios” e a desdizem com os atos.<sup>43</sup>

Embora o Conselheiro Câmara se considerasse feliz, relativamente aos representantes de outras nações, pois nenhum deles havia sido recebido pelo Ditador; pelo contrario, “expulsos, presos, ou tratados com muito maior rigor”.<sup>44</sup> Foi obrigado a instalar-se em Itapúa, “em uma miserável senzala, alojamento de índios e no alinhamento desses mesmos índios; coberta de terra e água que lhe enviam inúmeras goteiras, devorado de insetos e de sevandejas as mais asquerosas”.<sup>45</sup> Supos que o Ditador ao mantê-lo distante de Assunção desejava forçá-lo a circunstanciadas e minuciosas explicações sobre o objetivo e o caráter de sua nova missão, exigindo-lhe cópia dos Plenos Poderes e Credenciais. Mas não encontrando em nenhum deles uma só palavra que expressasse a intenção do Governo Imperial de reconhecer solenemente em efetivo tratado, a Independência e Soberania da República do Paraguai, temia que o Ditador, por desconfiança, fizesse disto motivo para “crer-se não

---

41 -Antonio Manuel Corrêa da Câmara, Ofício de 12/2/1829, p.5.

42 -Id., Ofício del 2/2/1829, p.5.

43 -Id., Ofício de 15/4/1828, p.3.

44 -Id., Ofício de 20/9/1827, p.5.

45 -Antonio Manuel Corrêa da Câmara, Ofício de 20/1/1829, p.3.

autorizado o fazer solene o reconhecimento pré-indicado... Ele me aporá as infatigáveis desconfianças e com elas a sua invencível tenacidade”.<sup>46</sup>

O próprio Ditador, dava pouca importância aos seus vizinhos sobretudo pelo conhecimento que possuía de sua debilidade, e isto apesar de se “achar às escuras de toda a relação” poderá ele entrar em alguma negociação que lhe seja proposta e que seja vantajosa aos seus fins.<sup>47</sup> “Bastava só uma simples suspeita para que olhasse com indiferença para qualquer vantagem que poderiam oferecer-lhe, pois “entra em a política do Ditador sustentar inflexibilidade de princípios e conservar a opinião que tem de jamais se ter enganado ou contradito, um dos maiores segredos de sua administração”.<sup>48</sup>

Considerou, o Conselheiro Câmara, que conviria fixar as relações políticas com o Paraguai “antes que, segundo a ordem natural, venha a faltar este homem, cujo decesso, será seguido de assombrosas desordens entre os seus súditos”.<sup>49</sup> Este pensamento foi também expresso pelo Secretário Cantero ao Conselheiro Câmara, na noite de 15/4/1828, em Itapúa, dizendo o que estava pensando sobre o futuro da República quando viesse faltar o Ditador. Tal suposição baseava-se nas divergências dos Partidos que tinham “grandes injúrias e antigas ofensas a vingar”. Continuou ainda dizendo que “muito se engana aquele observador, de fora, que tomar a paz até aqui observada pela República por um efeito das disposições naturalmente pacíficas dos paraguaios esta paz é obra de um só homem; os paraguaios têm em si todos os elementos de uma guerra civil e do caráter o mais horrível e sanguinário”.<sup>50</sup>

Estes elementos partidários estavam esperando o momento fatal da morte do Supremo e, quando tal ocorresse o “sangue terá corrido em rios por toda parte” e o pior e que as agitações da República serão muito funestas também aos vizinhos. Continuou ainda Cantero: “o Senhor verá todas estas coisas com os seus olhos, por mais que as não queira acreditar, segundo a marcha da natureza”.<sup>51</sup>

Para evitar estes males, Cantero sugeriu que “a presença e a participação de um exército, por exemplo brasileiro, forte de 30.000 homens, com uma Constituição e um Decreto Imperial que a mandasse executar e que dissesse aos Partidos furiosos: Eis aqui a Lei; silêncio, ou ali estão as baionetas que a farão observar”.<sup>52</sup>

---

46 -Id., Ofício de 26/10/1826, pp.2-3.

47 -Id., Ofício de 12/02/1827, p.2..

48 -Id., Ofício de 20/01/1828, p.4.

49 -Id., Ofício de 21/01/1829, p.5.

50 -Antonio Manuel Corrêa Câmara, Ofício de 16/04/1829, p.1.

51 -Ofício de 16/04/1829, p.2.

52 -Ofício de 16/04/1829, p.2.

O Conselheiro Câmara considerou todas ponderações de Cantero como “outras tantas insinuações maquiavélicas próprias de qualquer elemento daquele governo sem dignidade, sem honra, pérfido e infiel” tomando tais palavras como “laços maldosamente dispostos e deitados à boa fé por uma daquelas armadilhas miseráveis, com os caracteres ignorantes, tacanhos, fracos e covardes a um Ministro público” para se aproveitar de suas respostas, observações ou palavras, envenenando-as e traduzindo-as “con todo o veneno da perfídia e com todo o fel de um caluniador detestável e cruel”.<sup>53</sup>

As novas relações, recomendadas por Câmara, fariam nascer novos interesses para responder melhor à amizade flutuante, instável e prejudicial daquele povo com as quais “conseguremos fazermo-nos necessários àquela multidão de loucos”.<sup>54</sup>

Considerou, o Conselheiro, o dano que deveria resultar “da parte dos paraguaios para com o Império; deixaria nestes ânimos noviços, tão propensos a desconfiança e ao ódio” a tendência natural de inimizade para com o Brasil, como sempre o foram de Buenos Aires.<sup>55</sup>

Curioso se revela o modo de agir do Ditador com relação ao povo: se tivesse que distribuir justiça entre os humildes demonstrava, nas sentenças, a preocupação da equidade a que não fosse alheia a bondade. Mas, com os poderosos, mudava logo a atitude, agora severa, inflexível e mesmo cruel.

Para maior controle interno, instalou um sistema de espionagem que, diariamente, aumentava mais, com o qual, por fim, alarmou todas as famílias de Assunção e dos arredores, de tal modo que a população inteira se converteu, em fácil presa dos terrores. O próprio Ditador costumava dizer que acreditava que todo o paraguaio necessitava “de un hueso atras del pescuezo, pues nunca conoció a ninguno que mantiviese alta la cabeza”.<sup>56</sup>

“El Paraguay desde entonces ha ofrecido un espectáculo de sangre y miséria, de la tiranía más absoluta y de la esclavitud más completa, que cualquiera presentada de los Césares, o que se conozca existir al presente entre los países de Oriente más despoticamente gobernados”.<sup>57</sup>

Levando a desconfiança ao extremo, só enxergava desafetos e inimigos nos que o cercaram. Daí as perseguições que moveu, os atos de crueldade praticados e as mortes ordenadas com a maior implacabilidade. A idade o tornou ainda mais amigo da solidão e da vingança.

53 -Antonio Manuel Corrêa da Câmara, Ofício de 16/4/1829, PP.2-3.

54 -Id., Ofício de 16/4/1829, p.3.

55 -Id., Ofício de 18/3/1829, p.6.

56 -John Parish Robertson, Op.cit., Carta XLIX, p.227.

57 -Id., Carta LIV, p.258. Ver também Rafael Odonne. Esquema Político del Paraguay (Buenos Aires, 1948) pp.107-119.

“El terror que se há apoderado de sus enemigos interiores alcanza a los extranjeros, y testigos fidedignos cuentan que en Buenos Aires, a centenares de léguas, los pocos que han logrado escapar del Paraguay, no se atreven a mentarlo siquiera y cuando otros lo nombran, respetosamente se ponen de pie y se descubren, haciendo caso omisso de burlas”.<sup>58</sup>

Senhor absoluto, na esfera civil como na religiosa, a maior autoridade judiciária do país, ele procurou segregar o povo do contato com outras nações americanas. Com isso uma geração:

“olvidó que fuera de las fronteras había otros pueblos; otra nació ignorándolo por completo .El Paraguay se convirtió en una prisión, de donde nadie podía salir vivo. Pero cualquiera hayan sido los objetivos de esa clausura, las altas murallas que alzó en torno del Paragnay lo mantuvieron indemne del incendio en que crepitaba entonces la America entera”.<sup>59</sup>

Durante o Governo temporário de três anos, soube conter e ocultar aquilo que realmente mais tarde apareceu. Embora não estivesse em hostilidade com as províncias vizinhas, com quem sempre procurou evitar qualquer atrito, as relações que manteve foram sempre de natureza tal que, de um momento para outro, se deveria recear qualquer ato agressivo. Não ignorou o Ditador, que neste caso, lhe seriam fechados os canais por onde recebia fornecimentos; foi, tendo isto em vista, que não negou aos negociantes que lhe conduziram pólvora e armamento, permissão para carregarem qualquer produto do país.

Consequentemente, o Ditador fez consistir sua grandeza e seu prazer na miséria e aniquilamento de seus concidadãos inconscientes, sacrificando centenas deles por seu vingativo furor, pelo medo e pelo pânico terror que tiveram.

A população permaneceu na ignorância, nos vícios, na corrupção e na dissolução, sem bons costumes ou moralidade alguma. Isto refletindo o próprio passado do Ditador, conforme se nota no Ofício de 29 de março de 1829, do Conselheiro Corrêa da Câmara:

“Ilhando-os quase totalmente do resto do mundo, privando-os do luxo e das comodidades do comércio, reduzindo-os a uma obediência cega, e à execução das leis mais pesadas, o Ditador lhes tem dado a carta branca pelo que respeita à consciência e os deixa jogar e beber à saciedade”.<sup>60</sup>

Apesar de tudo, o Ditador possuía o dom de lisonjear as massas e de exaltá-las. Herdara também dos Jesuítas e Franciscanos este segredo. Pro-

---

58 -Julio Cesar Chaves, op.cit., p.16.

59 -Id.,Ibid.,p.16.

60 -Antonio Manuel Corrêa da Câmara, Ofício de 29/3/1829, pp.1-2.

curou sempre pintar o estrangeiro como um ente inferior, vivendo miseravelmente em países áridos e disposto a arrojá-lo sobre o território mais fértil do mundo que era o Paraguai. Suas inventivas se dirigiram principalmente contra a política de Buenos Aires, onde:

“actualmente estudian un plan para hacer a los paraguayos eternamente tributários haciéndose duenos del río para tener al Paraguay bloqueado y encorralado”.<sup>61</sup>

Os paraguaios acreditaram, por isso, na superioridade de seu país e na cobiça dos estrangeiros que, em vista disto, foram olhados como inimigos. Em consequência, um dos meios mais seguros de dominar esse povo, consistia em infundir-lhe o rancor ao estrangeiro. O próprio Ditador promovia e fazia correr boatos e a notícia de que na Espanha se tramava uma conspiração contrária à independência do Paraguai.

Cruel, suspeitado, implacável e de coração pétreo nas pequenas ações, demonstrou, no entanto, em resoluções de grande envergadura, certo desinteresse pessoal unido a uma ausência notável de egoísmo.

Sua ditadura produziu uma atitude fatalista que manteve ressecadas todas as fibras do civismo, fazendo florescer as renúncias pessoais e as claudicações coletivas. Houve uma predisposição para impelir o Paraguai a este estado de prostração absoluta. A responsabilidade deve cair mais sobre os governantes do que sobre a população. Não houve espírito público e com a ditadura, o civismo e o patriotismo ficaram amordaçados.

E, quando, com a morte do Ditador, se esperava o surgimento de uma solução confusa e anárquica, paradoxalmente, o Paraguai escapou desta prova. Emergiu da obscuridade mantida por Francia para uma administração tranquila que foi a de Carlos Antonio Lopez.

No interior, a oposição estava dominada, embora não morta e no exterior, o não reconhecimento da independência, principalmente pelos países platinos, constituía uma ameaça grave e permanente. A conjunção dos fatores externos, adversos à Ditadura, implicaria a qualquer momento numa sentença de morte, pelo que:

“solo un país aislado podía soportar aquella armadura de hierro, y poco a poco, paso a paso, el Paraguay fué abandonando el concierto da las naciones, apartándose del mundo”.<sup>62</sup>

O Ditador Francia optou, então pelo sistema de isolamento, numa má interpretação dos fatores psicológicos, para assegurar a independência. Para alguns pesquisadores, ele isolou o país:

61 -Julio Cesar Chaves, op.cit ., p.231. Ver también, H. Sanchez Quell, Estructura y Función del Paraguay Colonial (Buenos Aires,1944) pp.155-159.

62 -Julio César Chaves, op.cit., p.223.

“para resguardar y consolidar su independencia, desconocida por los gobiernos portenos”.<sup>63</sup>

Para outros, o pensamento de muitos generais Argentinos e muitos Governadores de Buenos Aires como Belgrano, Pueyrredón, Ramirez, Quiroga, e outros que:

“han pensado en la conquista del Paraguay”.<sup>64</sup>

Ao mesmo tempo procurou resguardar a nascente nacionalidade, e evitava:

“la propagación de la anarquía que devoraba en rojas llamas la hoya platina”.<sup>65</sup>

Com isso cometeu um erro imperdoável como estadista, por tudo o que se pode julgar hoje, à luz das provas. Apesar de que não se encontra, em seus escritos, uma so vez a palavra “liberdade” e, quando fala em “independência” somente o fez no sentido da necessidade de romper o isolamento, porque assim o reclamaram os subalternos, embora, na realidade, tenha desmentido as palavras com seus atos. Continuou, sob sua influência, a dominar a política de isolamento que os Jesuítas haviam inaugurado mas:

“El aislamiento en verdad no fué implantado de golpe sinó gradualmente. Primero fué político, despues económico y por último, total”.<sup>66</sup>

No início o Ditador cortou toda a relação diplomática com os Governos do Prata, pois estes não queriam reconhecer-lhe a independência do país e, por isso:

“quedó apartado de la comunidad de gentes que le negaba personería”.<sup>67</sup>

e subordinou estas relações ao reconhecimento da independência.

Para o Dr. Francia, a meta foi isolar o Paraguai do contato maligno de seus vizinhos, onde um liberalismo ensaiado fora de época, produziu estragos, consumindo as populações em sangrentas guerras civis. Temia, além disto, que seus companheiros e seus concidadãos não tivessem suficiente conhecimento e força de vontade para resistir às insinuações de Buenos Aires.

Temendo a propagação das idéias liberais, que corriam abertamente em outras regiões, proibiu a introdução de qualquer livro ou periódico. A perseguição aos estrangeiros tornou-se uma ação constante e, como o país se localiza tao distante, as potências européias não cuidariam de ir castigar ou fazer exigências ao Déspota, sediado como estava no centro do Continente.

“The presence of foreigners in Paraguay, and attitudes toward them,

---

63 -Ibid., p.225.

64 -Ibid., p.225.

65 -Ibid., p.226.

66 -Júlio César Chaves, op.cit., p.224 67-

67 -Ibid., p.224.

constitue another Index of the 'isolation' of the Francia years".<sup>68</sup>

Dentre outros tantos, destacaram-se os acontecimentos com os cientistas Aimé Bompland, Johann Rudolph Rengger e Marcelin I. Longchamps, bem como as relações com John Parish Robertson e seu filho William Parish.<sup>69</sup>

As afrontas a estes e a outros elementos, foram divulgadas pelo próprio Ditador, para chegarem aos ouvidos dos súditos que se sentiram lisonjeados, imaginando que o Paraguai era a mais poderosa de todas as nações e que o Dr. Francia gozava de tanto respeito, além das fronteiras como no interior do país. A confirmação é do próprio Ditador afirmou à John Robertson numa entrevista em que manifestou profundo interesse em manter um franco comércio com a Inglaterra:

"usted sebe cual ha sido mi política con respecto al Paraguay; que lo he mantenido en un sistema de incomunicación con las otras provincias de Sud América e incontaminado por aquel malvado e inquieto espíritu de anarquía y revolución que más o menos, há asolado a todas... Mi deseo es fomentar las relaciones directamente con Inglaterra; de modo que cualesquiera sean los impedimientos que opongan al comercio y navegación, esos Estados serán los únicos que sufran... Su gobierno tendrá aquí ministro, y yo tendré el mío en mia corte de Saint James. Sus compatriotas comerciarán em manufacturas y municiones de guerra y recibirán los nobles productos de este nuestro país".<sup>70</sup>

O receio de seus vizinhos, principalmente da Argentina, do Brasil e da Bolívia, com quem procurou cortar ou reduzir as relações, o obrigaram a adestrar os paraguaios para a eventualidade de uma guerra apenas defensiva, pois em nenhum de seus atos se notou sentimentos de belicosidade. Além destas nações, já constituídas havia regiões indefinidas em que alguns caudilhos encabeçaram as massas, provocando agitações. Tal ocorreu com as forças regionais de Artigas, Ramírez e Urquiza, contra quem o Ditador procurou não manter qualquer apoio mas cujas ações foram importantes para determinar os acontecimentos platinos, pois:

"Esta acción y reacción de ideales, de intereses, partidos y caudillos en el Plata, Paraguay, Banda Oriental, Chile, Bolívia y Brasil es un fenómeno histórico sin el cual no se podrán explicar acontecimientos y fatos socio-políticos regionales".<sup>71</sup>

68 -John Hoyt Williams, op.cit., p.114.

69 -Johann R. Rengger and Marcelin I. Longchamps, *The Reign of Doctor Joseph Gaspard Roderick de Francia in Paraguay* (London, 1827),p.95.

70 -José Gaspar Rodriguez de Francia, apud John Parish Robertson, op.cit., (Carta XLVII) p.217; ver também J. P. and W. P. Robertson, *Francia's Reign of Terror* (2 vols., Philadelphia, 1839) e Justo Pastor Benitez, *La Vida Solitaria del Dr. José Gaspar da Francla, Dicitador del Paraguay* (Buenos Aires, 1937).

71 -Julio Cesar Chaves, op.cit., p.226; ver também John Hoyt Williams, "Política paranoica: Paraguay, 1800-1870" (IASA, 1976); e Efraim Cardoso, "La política del aislamiento durante la dictadura del Dr. Francia", *Revista de Derecho y Ciências Sociales* (Asunción), V. No.17 (July, 1931)

A preocupação do Dr. Francia, consistiu sempre em proteger a nova nação do domínio e da influência externa, com isso:

“He saw his task as protecting his new nation. When his own rule was more secure and Artigas and the litoral caudillos were under control, commercial and other contacts could resume”.<sup>72</sup>

Porque procurou se manter em verdadeira clausura medieval, não somente dificultou o Ditador a entrada como até impediu a saída dos estrangeiros que, para sua desgraça, se tivessem demorado no Paraguai. Mas, a partir de 1822, permitiu a migração:

“In 1822, the migration increased as large numbers of correntinos made the trek north, accompanied by scores of orientales who had followed their leader Artigas into exile... This migration continued during the whole of the Franciata”.<sup>73</sup>

Jamais se apartou o Supremo desta linha de conduta, nem mesmo quando Simon Bolívar o intimou, pouco depois de Ayacucho a que pusesse termo ao sistema de isolamento e à política misteriosa que estava seguindo, propondo-lhe que um e outro governo acreditasse seus agentes respectivos para consolidarem uma união com os demais Estados Americanos. A esse ofício contestou o Ditador nos termos seguintes que, embora nada tenham de comedido, muito têm de original:

“Patrício: los portugueses, porteños, ingleses, chilenos, brasileños y peruanos han manifestado a este gobierno iguales deseos a los de Colombia, sin otro resultado que la confirmación del principio sobre qué gira el feliz régimen que há libertado de la rapina y de otros males a esta Provincia y que seguirá sempre constante, hasta que se restituya al Nuevo Mundo la tranquilidad que disfrutaba antes que en él apareciesen apóstoles revolucionários cubriendo con el ramo de oliva el pérfido puñal para regar con sangre la libertad que los ambisiosos pregonan; pero el Paraguay los conoce, y en cuanto pueda no abandonará su sistema, al menos en cuanto yo se halle al frente de su Gobierno aunque sea preciso empuñar la espada de la justicia para hacer respetar tan santos fines; y si Colombia me ayudar ella daría un día placer, y repartiría con el mayor agrado mis esfuerzos entre sus buenos hijos, cuya vida deseo que Dios Nuestro S. guarde muchos años”.<sup>74</sup>

Fechou os ouvidos aos portentos e as suas suplicas, quando lhe pediram auxílio para a obra comum, colaborando com soldados, na emancipação da pátria. O Paraguai assistiu, impassível, toda a longa guerra. Enquanto os

72 -John Hoyt Williams, op.cit.,p.104.

73 -John Hoyt Williams, op.cit., p.116.

74 -José Gaspar Rodrigues de Francia, apud Mariano Antonio Molas, Descripción Histórica de la antigua Provincia del Paraguay (Buenos Aires,1957) p.87. Apesar da nota ser apócrifa, pois nunca houve realmente correspondência entre o Ditador e o Libertador, diz bem das intenções do Dr. Francia. Sucre sim é que manteve, em 1828, uma correspondência, com o Comissionado Tenente Ruiz, cujos despachos foram rechassados e devolvidos.



patriotas das demais regiões do Prata sofriam dolorosos sacrifícios, o Paraguai não derramava uma só gota de sangue pela independência da América do Sul.

Apesar destas atitudes, o Ditador fez o levantamento e organizou tropas militares para proteger a ordem interna, usando-as para guardar os prisioneiros, de que estavam cheios os quartéis e o cárcere público. Tudo para infundir maior medo e terror além de dissimular o que ele próprio tinha do povo. Assim:

“todos los vecinos paraguayos son soldados vivos, ocupados lo mas del tiempo em la guardia de tantos presidios, todos a su expensas, y en repetidas correrias, por lo que tienen poco lugar para el cultivo de sus chacras”.<sup>75</sup>

O Ditador se apresta, então, em defender a política do isolamento, com esse exército, “composto de uns 3.000 homens, com uma milícia de 25.000 mais de reserva. Além dos armamentos que tinha em serviço, havia mais 15.000 fuzis e carabinas, 12.000 sabres e lanças, 1.000 pistolas, 90 canhões de ferro e bronze e grande quantidade de pólvora”.<sup>76</sup>

“Y convierte al Paraguay en un gran cuartel, gran cuartel sui generis, sin generales ni coroneles, ni siquiera capitanes, realizando el primeiro y quizás único ensayo en América de armar una nación hasta los dientes sin militarizarla. Porque el Paraguay de la dictadura no conoce el militarismo, como no hay clase alguna, igualados todos, pobres y ricos, funcionáy particulares, civiles y militares, seculares y seculares, por el mismo rasero de sujeción y obediência sin excusas”.<sup>77</sup>

Cioso, porém, de sua autoridade e desconfiado dos próprios militares, não concedeu a ninguém graduação mais elevada que a de Capitão e, no máximo, para dez pessoas. A preocupação constante do Supremo se dirigia para o exército e na maneira de conseguir material bélico. É o que podemos constatar das Notas e Ofícios do Conselheiro Corrêa da Câmara. Quando passou ao delegado de S. Tiago uma Nota verbal sobre as preliminares do Acordo de Paz e Amizade com a Argentina, desconcertou fortemente a atitude política do Ditador, evitando quanto lhe fora possível, entrar em qualquer nova discussão, sem dar atendimento ao interlocutor e só querendo falar “da chegada de armamentos e da Aliança pelo menos defensiva, e de mais nenhuma coisa”.<sup>78</sup>

Como o Ditador se abstinha de chamar qualquer estrangeiro para entrevistas, também Corrêa da Câmara, durante o tempo de sua atividade em

75 -José Luis Mora Merida, *Iglesia y Sociedad en Paraguay en el siglo XVIII*. Estudios Hispanoamericanos, 1976, p.86.

76 -Júlio Cesar Chaves, op.cit.,p.14. Ver também Arturo Bray, op.cit., p.19.

77 -Ibid., p.14.

78 -Antonio Manuel Corrêa da Câmara, *Ofício de 1º/01/1829*, p.3.

Itapúa, afirmou que não nutria nenhuma esperança de ser convidado, principalmente depois que o Supremo houvesse lido o Tratado definitivo entre o Império e a Federação Argentina. Opinou, então, que a única maneira de entrar em contato com o Supremo, seria a chegada do armamento prometido pelo Império pois “creio que sem a chegada de algum armamento e sem a desejada Aliança nada se conseguira deste homem; apesar da nova face que tomaram as coisas”.<sup>79</sup>

Enquanto não chegaram estes armamentos, o Supremo tudo fez para opor-se à ação de Corrêa da Câmara que ainda temia ser objeto de novas desfeitas, já perpretadas várias vezes à sua pessoa e à sua residência, em Itapúa, principalmente pelas insinuações e intrigas dos seus “pérfidos funcionários”, que assim agiam, devido ao atraso da chegada dos armamentos. As relações se tornaram mais fáceis com quem o atendesse neste setor.<sup>80</sup>

O relacionamento do Ditador com seus soldados consistia apenas em trazê-los bem vestidos e alimentado-os uma vez em cada vinte e quatro horas; costumava dizer que o “paraguaio é como o índio que, se muito tem muito come e, se nada tem ou pouco tem, nem por isso deixa de viver vida alegre e folgada”.<sup>81</sup> E acrescentou que os seus soldados “jogam em uma hora o soldo de um ano e, tornam-se, tendo dinheiro, demasiado licenciosos e insuportáveis”.<sup>82</sup>

Quanto aos recursos que destinou a esse exército, o próprio Ditador confirmou a seus soldados que “ele tinha nos cofres com que fazer a guerra defensiva dentro de seu país, por dez anos consecutivos quando mesmo fosse atacado por todas as nações do globo”.<sup>83</sup>

O próprio Corrêa da Câmara considera, em seus documentos, que as expressivas “contribuições e mil outros meios” de que tem feito uso e posto em prática para ajuntar dinheiro tornou seus cofres ainda “dez vezes mais fortes”. Mas alertou o Supremo de não ter “generais para essa guerra defensiva; lhe faltavam armas e munições de guerra e que ele era um homem irremediavelmente perdido no momento em que fizesse o seu povo tomar as armas, tendo o inimigo já dentro de casa”.<sup>84</sup>

De fato, as rendas do Estado, foram bastante elevadas, conseguidas através de autorizações ou licenças especiais, com que o Ditador obteve o

---

79 -Ibid., Ofício de 17/01/1829, p.1.

80 -Ibid., Ofício de 17/05/1827, p.3.

81 -Ibid.,Ofício de 18/03/1829, p.1

82 -Ibid.,Ofício de 18/03/1829, p.3. Ver também Rafael Oddone, Esquema Político del Paraguay (Buenos Aires,1948) pp-120-125.

83 -Antonio Manuel Corrêa da Câmara, Ofício de 18/03/1529, p .2.

84 -Ibid., Ofício de 18/03/1829, p.3.

que foi necessário, pois elas produziram e garantiram lucros consideráveis.

O Conselheiro Câmara calculou que a produção do país alcançou as seguintes cifras: “400.000 arrobas de mate; 200.000 arrobas de tabaco; 100.000 arrobas de cigarros; 80.000 arrobas de mel de abelha; 100.000 arrobas de arroz; 400.000 arrobas de algodão; 100.000 arrobas couro cru e 200.000 arrobas de curtido. Ao iniciar-se a Ditadura o Estado tinha, em 1811, 107.087 pesos fortes. Em 1816, tinha 209.457 pesos fortes. Em 1820, 264.068 e em 1827, 416.794 pesos fortes. Dez anos depois declina, tendo, no ano de 1837, 281.749 pesos fortes. Ao morrer o Dr. Francia, em 1840 tinha 224.881 pesos fortes”.<sup>85</sup>

Mediante o fortalecimento da economia e a honradez da administração, a Ditadura teve relativo êxito na empresa de suficiência nacional, dirigida principalmente para impedir que o Paraguai perecesse por causa da asfixia econômica.

Alem disto, o Estado possuía, em 1840, dezesseis estâncias, com criação de gado. Para o controle de toda a criação, prejudicou os criadores particulares com as violentas disposições oriundas do erro, da ignorância e de um espírito de destruição, tirania e despotismo que dominaram o Ditador. Além destas disposições absurdas, diversas doenças e o “carrapato” provocaram muitas mortes, nas criações, e os criadores viram, com seus olhos a degola de seus rebanhos, mesmo não estando praguejados. Muitos fazendeiros, de um dia para outro, ficaram sem uma rês e os Commissionados, Juizes e Chefes de Partidos, em geral homens perversos e inimigos dos camponeses, abusaram das ordens recebidas e fizeram degolar, indistintamente, o gado, porque:

“sabían que el proceder y obrar en perjuicio de los Paraguayos era del agrado y aprobación del tirano Dictador”.<sup>86</sup>

O Supremo alegrou-se em ter encontrado homens que o imitaram em sua tirania, despotismo e exploração que constituíram a base de seu governo, planejado e afiançado sobre a ignorância dos naturais da província a fim de reduzi-los à mais dura e ignominiosa submissão e governá-los, não como seres humanos mas como animais, atados ao carro de sua tirania.

Com as disposições contra a infecção do gado esperou o Governo cortar o mal, mesmo causando a desgraça aos particulares, porque não tendo liberdade e concessões particulares:

“aprenderán a ser patriotas, y con su indolencia y mal proceder no perjudicarán como bárbaros a su misma patria, y a millares de vecinos, que sin ser causantes, se encontrarían con el daño de ver sus

85 -Ibid., Ofício de 18/03/1829, p.4.; Ver também Mariano Antonio Molas, Descripción Histórica de la antigua Provincia del Paraguay, p.44.

86 -Mariano Antonio Molas, op.cit., p.44.

ganados infeccionados por culpa de los que han ido a negociar a Itapúa".<sup>87</sup>

Durante sua Ditadura cessaram também os trabalhos madeireiros, ervateiros e a navegação dos rios. A proteção ao comércio que pensou prestar aos habitantes do Paraguai, no desejo de prejudicar os argentinos, proibindo a extração da madeira do país e a navegação dos rios, bem como a exportação de qualquer espécie de produtos. Tal atitude prejudicou sobremaneira, não só o produtor particular mas, mais que a todos, o erário nacional. Seu intento foi enganar os paraguaios, pensando que os argentinos e principalmente os comerciantes, não progrediriam sem os recursos do Paraguai.

Nos povoados indígenas fiavam-se consideráveis quantidades de arrobas de algodão, seja pelos próprios comerciantes, seja pelos particulares. Mas a cobiça e o regime monopolista do Ditador, privaram também deste recurso os habitantes da República e, durante seu despótico governo, muitos comerciantes, que antes manipularam grandes somas, se viram reduzidos a miséria e à mendicância.

A venda do mate ao Peru, estava sendo muito lucrativa para os paraguaios, apesar do transporte ser de maior dispêndio e de maior dificuldade e perigo, principalmente pela necessidade de travessia do Chaco, ocupado por tribos inimigas. Houve, porém o recurso do transporte pelo rio até o "Fuerte Borbón" sem a necessidade de sair do próprio território paraguaio; com isto havia a possibilidade de recuperar o apreço pelo consumo do mate no Peru, em troca de outros produtos. Mas o Ditador, com sua nativa impolítica comercial, fechou os portos e os ouvidos, pois nem sequer leu os pedidos daquele Governo, devolvendo-os fechados, através dos mesmos emissários e ordenando ao Comandante do Forte, que os despedisse o quanto antes.

As poucas relações comerciais, muito reduzidas e controladas, com o estrangeiro foram da exclusiva alçada do Ditador, nisso em completo acordo com o sistema Jesuítico das Reduções, em que foram educados e tutelados os índios, e que tanto ele apreciava.

Todo o comércio externo visou, quase que exclusivamente, em obter, dos demais países, armamentos e material bélico necessário a segurança nacional. Foi essa sua política inicial, porque:

"the years 1813 to 1818 were marked by an absence of trade and diplomatic contact between Paraguay and her neighbors, even though Dr. Francia desired to exchange Paraguayan yerba mate and tobacco for the armaments necessary to guarantee national survival".<sup>88</sup>

87 -Dr. Francia ao Comandante de Vila Labrador em 2/4/1839, apud Julio César Chaves, op.cit.,p.257.

88 -John Hoyt Williams, op.cit.,p.104.

As restrições comerciais se sucederam num crescente constante, até fazê-las quase desaparecer, em vista do pouco movimento, mas sendo impossibilitado em manter-se num isolamento total em vista da necessidade dos produtos do exterior, principalmente do material bélico. Para isto abriu o porto de Pilar, aonde sua produção chegava através de Corrientes, para chegar a Buenos Aires:

“preliminary reserch indicates that large amounts of Paraguayan produce were traded to Corrientes and then re-exported to Buenos Aires”.<sup>89</sup>

Em 1822, o isolamento que o Supremo procurou manter, terminou oficialmente, porque o Governador de Corrientes, Juan José Blanco:

“offered the Paraguayan Friendship, openand cooperation”.<sup>90</sup>

Mas, apesar desta abertura, o Dr. Francia passou a controlar todo o movimento comercial através de Pilar, pois:

“would then judge the suitability of the goods and decide if the prices were fair, at times arbitrary lewering wholesale and retail rates”.<sup>91</sup>

Prova de que as relações comerciais se fizeram através este porto, além do grande contrabando existente em toda a região do Prata, foi o desembarque, em 1822, durante o mês de fevereiro de grande quantidade de rifles e, em março, de grande suprimento militar, inclusive de 9 canhões de bronze e oito morteiros, e

“this important cargo proceded to Paraguay from Buenos Aires and indicates how open were both river and commerce by this time”.<sup>92</sup>

Estas relações comerciais foram permitidas inclusive aos portenhos, a outros mercadores e inclusive aos paraguaios. Mas estes deveriam passar através da região sul de Corrientes. Esta abertura permitiu a expansão do contrabando:

“as the legitimate trade at Pilar grew, so did contraband commerce”.<sup>93</sup>

Embora não mantendo, oficialmente, relações diplomáticas e políticas com o exterior, pois nenhum país havia reconhecido a independência do Paraguai, “hubo comercio durante el primer lustro de la Dictadura”, embora o comercio pelos rios Paraguai e Paraná tenha sido apagado e, a partir de 1820:

“se corta casi totalmente. Dos años más tarde, el aislamiento es

---

89 -Ibid., p.106.

90 -Ibid., p.106.

91 -Ibid., p.107.

92 -Ibid., p.107. Ver também os Ofícios do Conselheiro Antonio Manuel Correa da Câmara, (Catálogo 201/1/5) no Arquivo Histórico do Itamaraty (1824-1830) e Susan Migden Socolow, “Economic Activities of the Porteño Merchants”, HAHR, Vol., 55, N°1, February 1975, pp.1-24.

93 -John Hoyt Williams, op.cit., p.107; ver também Hemi Liniers, “French Designs on Paraguay in 1803”, HAHR, Vol., VIII, N° 3, pp.144-153. Aug.1928.

casi completo: ni relaciones diplomáticas, ni comercio, ni viajes, ni correspondencia”.<sup>94</sup>

porque o intercâmbio de viajantes, o comércio, a correspondência:

“crean ambientes poco propicios a los gobiernos de fuerza porque los ideales de libertad y justicia tienen en ellos sus hilos conductores y propagadores”.<sup>95</sup>

A interrupção definitiva do tráfico comercial, pelos rios Paraguai e Paraná, causas, enormes prejuízos ao país, o que se observou e constatou mais eficientemente em 1811 e 1812, quando houve o bloqueio do Prata, em vista de operações navais, provocando “perturbadora crisis”. Isto porque a produção paraguaia, não podendo ser exportada, causem um dos grandes:

“padecimientos de la historia nacional con las barracas repletas y con los buques inmóviles”.<sup>96</sup>

O Supremo imaginou, então, que para manter o isolamento e dominar essa dependência comercial, em vez de ser dominado ou vencido por ela, era conseguir que o Paraguai se bastasse a si mesmo e por isso:

“quiso que la soberanía nacional se sustentase sobre bases económicas. Era una revolución profunda para un país de agricultores y de exportadores”.<sup>97</sup>

Pois esta existência autárquica exige uma economia dirigida e o Paraguai já vivia há um quarto de século nessa economia dirigida, porque o:

“Estado interviene en toda la vida económica. Fomenta la producción de la riqueza, regula su distribución, asegura su colocación, luca con ella, impide el enriquecimiento excesivo de los particulares y el interés privado pasa a segundo plano o desaparece”.<sup>98</sup>

Para realizar internamente este plano, o Ditador reforçou a vigilância, para evitar a emigração dos paraguaios que tinham por costume esta movimentação, embora muitas vezes de modo temporário e, através o:

“aislamiento le obligó a permanecer en el país y cultivaron arroz, maíz, algodón, legumbres. Pronto el Paraguay produjo casi todo lo que necesitaba”.<sup>99</sup>

Em 1833, em vista da grande produção, o Ditador não se preocupou em comerciar os excessos, embora reconhecendo as vantagens de sua venda ou intercâmbio, porque esteve ainda com medo da anarquia reinante nos países vizinhos que, além disto conspiravam contra a independência do Paraguai.

Percebendo, porém, que esta atitude estava causando consideráveis prejuízos, admitiu que alguns estrangeiros pudessem comerciar os artigos pa-

94 -Julio Cesar Chaves, op.cit., p.255.

95 -Ibid., p.228.

96 -Ibid., p.248.

97 -Ibid., p.249. Ver também José Maria Ramos Mejia, Rosas y el Doctor Francia (Madrid, 1917)

98 -Julio César Chaves, op.cit., p-249.

99 -Ibid., p.250.

raguaio. Reconhecendo a importância destas relações comerciais, afirmou que chegaria o dia em que os paraguaios não dariam mais um passo “sem pisar sobre montes de onças de ouro; abra-se o comércio e tanto bastará para para que se cumpra a minha profecia”.<sup>100</sup>

Deste modo, as tentativas do Ditador, para isolar totalmente o Paraguai, não puderam se concretizar. Houve absoluta necessidade de buscar este escape, esta abertura comercial. Por isso abriu, especialmente, para os brasileiros o porto e mercado de Itapúa. O Ditador teve ainda sobrados motivos e fundamentos para não ter confiança em comerciantes de outros países, se não do Brasil, porque teve receio daqueles cujos países de origem não houvessem ainda reconhecido a independência do Paraguai e “no se debía admitir a esa frontera sinó a comerciantes originários de la nación brasilera”<sup>101</sup> Mas, apesar dos esforços e da vigilância, comerciaram os brasileiros e também pessoas de outros países, confundindo-se na movimentação do porto.

Mas, para chegar ao porto de Itapúa havia a necessidade de uma autorização especial e, para os próprios paraguaios, a permissão expressa do Ditador. Ele determinou os preços dos produtos e revendeu ao povo todos os gêneros de importação. Manteve os preços estabelecidos, colocando a disposição do povo uma pequena porção de mercadorias. Com isto impediu todo o desenvolvimento agrícola, comercial e manufatureiro.

O comércio de Itapúa foi tão mesquinho e tão cheio de entraves que a ninguém interessou. Ninguém, com conhecimento e com prática em erva mate ou tabaco se aventurou a participar desta abertura Francista.

Cada produtor tinha que efetuar o transporte - e somente aquele à quem fora concedida a licença, com a quantidade determinada (e quem solicitasse para 200 arrobas se concedia só para 100). A mercadoria precisava ser acompanhada do memorial e do certificado do Juiz do seu Partido, especificando-se a linhagem, a propriedade, a qualidade dos peões (se eram ou não favoráveis a independência da Republica e afeiçoados à pessoa do Ditador).

Deste modo os “vecinos” das cidades foram excluídos deste tráfico, porque não sendo agricultores não puderam adquirir os artigos, se não comprando-os dos produtores. Estiveram, também excluídos os que não fossem de linhagem branca. Em suma, não puderam ir a Itapúa os parentes, ou mesmo aqueles que tinham o mesmo nome dos que estiveram encarcerados, como ainda aqueles a quem odiasse sem causa, ou suspeitasse que poderiam não ser favoráveis ao seu despotismo e tirania.

---

100 -Antonio Manuel Corrêa da Câmara,Ofício de 18/3/1829, p.4.

101 -Julio César Chaves, op.cit.,p.255.

O Delegado de Itapúa, além destas exigências, era obrigado a registrar os sapatos, botas, sombrero e todo o vestuário que o comerciante tinha em uso, para verificar se era portador de cartas, jornais ou outros papéis que contivessem notícias do que ocorria em outras partes, principalmente em Buenos Aires, de onde procederam, geralmente, os mercadores.

O mesmo ocorreu com todos os produtos, objetos de comércio. Depois de tudo se devia remeter ao Ditador uma nota de tudo o que fez parte do negócio, com a licença e a guia e, de cada gênero um pouco de amostra. Os preços foram impostos por ele, sendo os produtos transportados aos seus depósitos pelos "vecinos" gratuitamente. Assim, para o Ditador, nada custaram os produtos e nem o transporte.

Apesar desta regulamentação, o Ditador mudou constantemente suas disposições, criando ou revogando-as

"The trade at Itapúa at Pilar was hardly free. In addition to the Controls put upon it by the Dictator, the export of hardwoods was early made a government monopoly, and the export of specie was allowed only in payment for arms and munitions. Taxes were variable, in type and amount but tended to be very high, but so were demand and production".<sup>102</sup>

Correa da Câmara considerou o comércio com o Paraguai, em vista dos grandes recursos que a República possuía na época, como um fator importante para as boas relações entre os dois países além das vantagens que adviriam.<sup>103</sup>

Mas, não foi somente no setor comercial que o Ditador imprimiu ou procurou imprimir o isolamento. O uso da moeda, também foi quase extinto. Cada vez mais escassos foram os passes concedidos aos estrangeiros para viagens ao país. Os correios foram suprimidos e a correspondência violada, como se observa nas reclamações de Correa da Câmara, solicitando providências "para por termo à tortura que padece nossa correspondência".<sup>104</sup>

Se tivesse agido diferentemente do que realmente praticou, por certo, teria enriquecido o Paraguai e o Erário Nacional simplesmente com a permissão do comércio franco, sem prejuízo algum para a independência e neutralidade do país.

Outra e, talvez, a maior das preocupações do Ditador, foi a política absorcionista desenvolvida por Buenos Aires. Pressentindo seu domínio compreendeu, demasiado bem, qual fora o desejo da Junta Governativa: incorporar o Paraguai às demais províncias, para submetê-lo e explorá-lo.

---

102 -John Hoyt Williams,op,cit.,p.113.

103 -Antonio Manuel Correa da Câmara, Ofício de 4/9/1825, p.4.

104 -Ibid., Ofício de 21/12/1827,p.2.



Mas não foi só Buenos Aires o grande e constante obstáculo. As guerras civis colocaram nas margens do Rio da Prata e do Paraná, diversos caudilhos, como em Corrientes, Bajada, Santa Fé:

“punto endonde cada caudillo consideraba de derecho natural de tener las embarcaciones paraguayas, secuestrarlas e imponerles gravámenes, arrestar o vejar a las tripulaciones”.<sup>105</sup>

Particularmente o sequestro ou impedimento do transporte de armamentos foi o que mais molestou o Ditador, contra a ação desses caudilhos porque:

“Los Correntinos y Bajaderos con sus caudillos han insultado y amenazado al Paraguay. No há habido género de ultraje o violencia que no hayan ejecutado”.<sup>106</sup>

O Ditador percebeu muito bem que os vínculos que uniam o Paraguai às demais províncias do Prata levava o germe dos perigos para a independência de seu país e que

“si no se cortaban esos lazos temprano o tarde, el Paraguay arrastado al malstrom del Rio de la Plata perdería su soberanía”.<sup>107</sup>

As lutas se transfeririam da Banda Oriental ou da Mesopotâmia para o solo Guarani. O Supremo procurou sempre permanecer alheio aos problemas externos a fim de não criar qualquer envolvimento perigoso para o seu país:

“Evitar conflictos con el exterior, no intervenir en cuestiones extrañas, era para él la fórmula suprema de defensa de la autonomía nacional”.<sup>108</sup>

O Ditador não se uniu com Artigas contra Buenos Aires, nem com Ramírez contra Artigas, nem com os Unitários contra Rosas, nem com os Farrapos contra o Império e nem com o Império contra o Prata.

Por isso é que Manuel Belgrano e Esteban Echeverría, comissionados pela Junta de Buenos Aires para tentarem confederar o Paraguai, não compreenderam o porque do Ditador não querer aceitar a proposta, preferindo manter-se isolado e, assim, poder se tornar um tranquilo espectador dos insucessos alheios, e sem prejuízo algum de sua parte, conseguir os frutos dos esforços dos demais.

A manutenção da unidade do Vice-Reinado era propícia, porque as fronteiras não estavam ainda bem definidas e nem as nacionalidades estruturadas. Além disto os partidos eram comuns e com idéias semelhantes em Buenos Aires, Entre Rios, Corrientes, Banda Oriental, Paraguai, Rio Grande do Sul, Salta, Tucumán e Bolívia e estes ideais:

---

105 -Julio Cesar Chaves,op.cit.,p.230.

106 -Ibid.,p.231.

107 -Ibid.,p.226.

108 -Ibid.,p .226. Ver también Prudencio de la C. Mendoza, El Doctor Francia y el Virreynato del Plata (Buenos Aires,1936).

“idénticos agitaban a las provincias frente a la capital, dueña del puerto y de la aduana”.<sup>109</sup>

Além disto, o fenômeno que dominou a história do Prata e dos povos que viveram em seu âmbito ou ainda ali vivem e o da existência de uma única porta de entrada: o estuário do Rio da Prata e :

“el dominio de esa puerta o entrada por unos en detrimento de otros, es el drama máximo de estos pueblos”.<sup>110</sup>

Irala, desde o início da colonização esteve preocupado com esta realidade; Matienzo a anunciou em Charcas e Juan de Garay levou a efeito a ideia, reconstruindo Buenos Aires, com criolos paraguaios para que estivesse a serviço:

“de los pueblos del interior que por él iban tener acceso al mar y a la civilización”.<sup>111</sup>

Mas a complicada engrenagem colonial criara uma série de tributos em benefício do porto, em detrimento dos povos do interior. Buenos Aires que fora estabelecida para servir ao interior, colocou o interior a seu serviço. Em vista da dominação que o porto passou a exercer sobre todo o interior, controlando todo o comércio paraguaio se viu profundamente prejudicado. É o que afirma o comandante Fernando Acosta, na Nota de 12/8/1822, assinalando que:

“los ingresos de tesorería son muy escasos, pués los porteños que comercían directamente con todas las naciones, estorban el comercio paraguayo y se apropian, a título de derechos en los puertos, del producto de la hacienda y frutos del Paraguay, faltando los tratados y teniendo al país en la más vil y verdaderamente infame dependencia... como si el río no fuera un camino libre, quiere introducir la costumbre da forzar a los barcos del Paraguay a que llegue allí y les paguen tributo de haciendas a pretexto de derechos da tránsito, como si fueran soberanos o amos del Paraguay”.<sup>112</sup>

Para fugir a este estrangulamento de Buenos Aires foi intensificado o contrabando, como uma reação natural ante todas as medidas anti-econômicas para interior. Somente assim foi possível salvar a catástrofe iminente da clausura.

Baseando-se nestes antecedentes, o Ditador desenvolveu uma forte campanha para incentivar o antagonismo já existente entre as duas grandes cidades do Prata: Assunção e Buenos Aires. Persuadiu a todos que esta pretendia oprimir e reanexar o Paraguai. Foi também o que observou Correa da Câmara, afirmando:

“que, apesar de tudo, não deixa de conhecer, que forçado nela ne-

109 -Julio César Chaves,op.cit.,p.225.

110 -Ibid.,p.229.

111 -Ibid.,p.229.

112 -Comandante Fernando Acosta ao Dr.Francia, Nota de 12/8/1822, apud Julio César Chaves,op.cit.,p.233.

cessidade a procurar-se um aliado e um apoio contra as assombrosas pretensões de Buenos Aires, que disputa a eminência da soberania do Paraguai, como parte integrante do Vice-Reinado".<sup>113</sup>

O Império procurou se tornar este aliado, através de todos os recursos da diplomacia, interessado que estava, em não permitir a reconstituição da nacionalidade argentina com os amplos limites do antigo Vice-Reinado. Enquanto Rosas, constantemente, se negou a conceder a abertura dos rios e a reconhecer a independência do Paraguai.

Alertou ainda o Conselheiro Correa da Câmara para que se fizesse alguma coisa em favor do governo paraguaio que não cessava de lembrar e de fazer sua neutralidade, sejam lá quais fossem os verdadeiros retiros por que nela se tem mantido. Mas como estava desarmado e sujeito a qualquer golpe ou revolução de forças externas dirigidas por Buenos Aires, precisava de proteção, para que pudesse manter no caminho que lhe dado o seu Supremo Ditador de conservar-se, como ele a tem conservado, livre, independente de qualquer influência e dominação externa".

Parece que a campanha e as intenções do Ditador encontraram eco e apoio na população, pois:

"a aversão, a indignação contra os de Buenos Aires é quase geral neste Estado (Paraguai); é um sentimento nato, é uma convicção interna, uma consequência necessária da falta de fé; desmesurada ambição e perfídia com que a República do Paraguai tem sido tratada por aqueles malvados".<sup>114</sup>

Logicamente a Junta teve que ceder, porque precisava do Paraguai. Quando porém, o Paraguai tentou estabelecer o comércio com o exterior, a Argentina não permitiu, porque o isolamento do país lhe servia como um fator muito importante, melhor do que se fosse uma província confederada, porque:

"El Paraguay, por su situación geográfica, por su indústria, por su comércio, há sido y es una especie de província argentina, dependiente en todo de la poderosa República de la Plata".<sup>115</sup>

Conforme vimos, o Ditador procurou fugir desta política, ao mesmo tempo, compreendeu, muito bem, a importância que esta tinha para seu povo. Por isto procurou manter contato com outros povos, principalmente com o Brasil, reabrindo o antigo caminho dos guaranis, fugindo do estuário do Prata. Em muitos documentos reafirma o Ditador que:

"no quería dificultar el comercio da los demás pueblos con el pa-

113 -Antonio Manuel Correa da Câmara, Ofício de 5/6/1827,p.11.

114 -Antonio Manuel Correa da Câmara, Ofício de 4/8/1825,p.3. Ver também Rafael Oddone,op.cit., pp.92-95.

115 -Victor Muñoz Reyes, "Prólogo" de El Paraguay Província Argentina, de Luis Salmon Baldivieso,p.IV. (La Paz,1935); ver também Pedro Torquato Xavier de Brito, Notícia Histórica. Geográfica e Estatística da República do Paraguai (Rio de Janeiro,1865).

raguayo, y sí solo que el se efectua-se bajo un pié de igualdad".<sup>116</sup>

Juan Bautista Alberdi, enfatiza bem a política da Chancelaria do Prata, afirmando que se acusa o Dr. Francia do isolamento em que colocou o seu país; mas que esse isolamento serviu de proveito ao Ditador e a Buenos Aires: "Um dia a história irá mostrar que nada isolou o Paraguai; pelo contrário, foi ele que se isolou das Províncias Argentinas e de todo o trato com o mundo. É real que, em 1814, Francia tentou estabelecer comércio e relações com a Inglaterra, convidando o Governo a celebrar um tratado de navegação e comércio como um meio de escapar da ação isolacionista de Buenos Aires".<sup>117</sup>

De fato, o Ditador proclamou, em teoria, e reclamou a livre navegação dos rios platinos. Já havia pensado, em 1814, numa comunicação direta com a Inglaterra, aproveitando a navegabilidade dos rios Platinos e Paraná. Comunicou esta idéia, em 1825, a Woodbine Parish, então Cônsul da Grã-Bretanha em Buenos Aires.

Estas duas tentativas foram, talvez, em política externa, os poucos atos bons tentados pelo Ditador, no seu afã de libertar o Paraguai do absorcionismo argentino. O próprio Dr. José Manuel Estrada afirma, que esta tendência do Dr. Francia, não se limitou em segregar o Paraguai da política do Rio da Prata, baseado em interesses externos unicamente, mas sim explorando, para tal fim, a preocupação que infundiu no povo, já tradicionalmente submisso a um poder interno. É o próprio Ditador que afirma que:

"en esta atención, ahora que jusgo mas proporcionadas las circunstancias, estoy tomando medidas y aciendo preparativos a librar al Paraguay do tan graviosa servidumbre, pués de otra suerte con todos sus títulos de República Soberna, e independiente, no será bien considerada, sinó a manera de una República de Guanás con cuya substancia y sudor engordan los otros".<sup>118</sup>

Mas o isolamento do Paraguai não foi obra exclusiva do Dr. Francia. O país teve boas razões para triunfar nas lutas diplomáticas já que defendeu a política tradicional dos países do Prata e, com eles, seus próprios interesses vitais, isto é, a liberdade de comércio e a livre navegação dos rios para poder chegar ao mar. Mas, ao ideal de consolidar a independência da pátria, o Ditador subordinou e sacrificou toda e qualquer outra finalidade, em suas ações:

"Vivió con la obseción avasalladora de la soberania nacional".<sup>119</sup>

Pouco depois da Revolução de Maio, o Ditador havia oferecido a Buenos Aires a Federação, deixando o Vice-Reinado intacto conservando, toda-

116 -Julio Cesar Chaves, op.cit., p.228.

117 -Marlano L. Olleros, Alberdi a la luz de sus Escritos en coanto se refieren al Paragaay (Asunción, 1905), p.40.

118 -Dr. Francia ao Comandante Fernando Acosta, em 12/8/1822, Vol.100, ANA.

119 -Julio Cesar Chaves, op.cit., p.16.

via, o Paraguai sua independência. Todavia a ideia Federal não agradou a Buenos Aires que somente desejava a submissão pura e simples da antiga província ou, caso contrário, uma aliança militar. Tal aliança foi assentada, mas pouco durou. A partir de então não sobrou outro recurso ao Paraguai se não o enclausuramento, a fim de salvar sua Revolução e consolidar sua Independência.

E isto, o Supremo conseguiu à custa de muitas e amargas privações. Mas as idéias liberais e malignas, por serem prematuras, não envenenaram a alma virgem do seu povo para lançá-lo ao horror de uma luta fratricida. Esse foi também o pensamento de Carlyle quando afirmou que:

”el Paraguay quedo aislado; la jauría atacada de hidrofobia que rabiaba a su rededor, en toda la extención de Sud-America, tenía cerrado a piedra y lodo el acceso”.<sup>120</sup>

O próprio M. Aimé Roger, Vice-Cônsul francês em Buenos Aires, ali pelo ano de 1836, informou a seu governo que:

“si el Doctor Francia no hubiera conseguido aislar al Paraguay, sin duda este hermoso país seria hoy un pobre anexo de las pobres provincias argentinas. Francia és hombre con carácter arbitrário, pero de alta prevision y hondo nacionalismo”.<sup>121</sup>

Sem sua ditadura a anarquia, fora de qualquer dúvida, haveria assolado o país, até fazê-lo presa fácil dos vizinhos; o paternal governo de Carlos Antonio Lopez não teria existido e a resistência de 70 teria sido impossível, porque a anarquia é incompatível com a preparação da defesa nacional. Por isso o Paraguai foi a única fração do extinto Império Espanhol que escapou das garras do caudilhismo devastador e dissolvente.

O Dr. Francia produziu, em circunstâncias tão extraordinárias, um fenômeno moral e político para ser estudado por pensadores destinados a fazê-los tremer quando se perguntarem a que terríveis e inauditos excessos, as paixões combinadas com insaciáveis ambições, zelosa tirania e despótico capricho, não contidos por temor ou por controle, estimularam este homem, que, em seu coração de vingativo, elaborou o infernal projeto de colocar o pé sobre o pescoço de seus concidadãos. Imprimiu-lhes o seu caráter ”introvertido, solitário, desconfiado e precavido”<sup>122</sup>

Desde que galgou ao poder, teve como principal objetivo, defender o Paraguai do caudilhismo que infestou as outras nações hispânicas. Não gostou e menos ainda acreditou nos libertadores profissionais, mas não realizando mais do que dissimular seus instintos dominadores. Para livrar-se das

120 -Arturo Bray, op.cit., pp.23-29.

121 -Ibid.,p.29.; Ver também Luis J. Gonzalez, Paraguay Prisionero Geo-Politico, (Buenos Aires,s/d) pp.31-37

122 -Benjamin Vargas Peña, “Los Ideales del Paraguay, Miscelania Politica, p.23.

influências e dominações estrangeiras, fiscalizou o melhor que pode as fronteiras, dificultou a navegação dos rios, limitou as relações com os vizinhos e os tratou com altivez desnecessária.

Cultivou a submissão de seu povo a tal ponto que, no dia de sua morte, teve medo até de mencionar o fato.

Embora se conheça a História do Paraguai e do Dr. Francia, quase somente através de seus adversários que a procuram denegrir, torna-se importante, no momento, o pensamento de Alberdi ao afirmar que:

“América debe juzgar a esa hija de su revolución con su propio juicio y rehacer su historia en honor de su gran revolución a la qual pertenece el mismo Dr. Francia, que como Robespierre y Danton, reúne a un lúgubre renombre el honor da haber concurrido al triunfo de emancipación americana. El Dr. Francia por el aislamiento y el despotismo, dos terribles medios que la necesidad le impuso, salvó la independencia y soberanía del Paraguay”.<sup>123</sup>

---

123 -Juan Bautista Alberdi,apud Arturo Bray, op.cit.,p.27.

## CAPÍTULO IV

### A DITADURA DOS LOPEZ E AS TENTATIVAS DE REABERTURA

Carlos Antônio López, nascido em 4 de novembro de 1790, no subúrbio denominado Manorá, em Assunção, se criou e formou neste lugar modesto. Seu pai foi Cirilo López, muito pobre mas cheio e repleto de honradez. Sua mãe foi Melchora Insfrán, de origem humilde, mas muito amante dos oito filhos. Carlos Antônio teve educação e instrução primária na escola colonial; em 1808, tendo já dezoito anos ingressou no Real Colégio Seminário de San Carlos, para os estudos superiores. Dedicou-se depois ao magistério.

Em 1826 casou-se com Juana Pabla Carrillo, filha do rico fazendeiro Lázaro Rojas. Desta nasceram cinco filhos: duas mulheres e três homens.

Afastado da cátedra, dedicou-se aos estudos de direito e sociologia a fim de aumentar seus conhecimentos. Durante a ditadura francista viveu em sua “Villa Rosário”; não havia também participado do movimento de maio de 1811. Passou sua mocidade e juventude divorciado da vida pública não participando de nada que não fosse sua vida pedagógica.

A herança do Ditador Francia, por pouco não coube ao Secretário Político Patino que contava com uma longa prática nos negócios o que lhe facilitava para impor a sua vontade aos colegas. Depois de alguns dias da morte do Dr. Francia, falou-lhes da necessidade de restabelecer a ditadura. Mas, oficiais que já haviam levado para o palácio os hábitos livres, haviam também tomado gosto pelo poder. Mal se sentiram ameaçados pelo antigo Secretário, mostraram-lhe que, estando armados e tendo em seu poder a tropa, eram eles os mais fortes.

Como resultado, Patino, executor das crueldades de Francia, enforcou-se na prisão, para não sofrer as torturas que, por suas ordens, haviam sido aplicadas a tantos infelizes. Pouco porém durou a alegria dos oficiais; o sargento Romualdo Duré, com um punhado de soldados prendeu os governadores e instalou uma nova Junta. Mas não tendo ambições, logo colocou-se de lado, a fim de não provocar derramamento de sangue, por que:

“La verdad es que el paraguayo no gusta de derramar sangre inútil. Derriba el Gobierno colonial sin matar a nadie. El Sargento Duré, á la muerte del Dictador, cambia la situación sin causar ni heridas. Dá los golpes del 9 de junio y del 9 de enero sin derramar una gota de sangre”.<sup>1</sup>

A população, sempre dócil, acolheu o novo governo como havia acolhido o antecessor. Mas poucos dias depois, um oficial, Mariano Roque Alonzo,

1 -Manuel Dominguez, Causas del Heroismo Paraguayo (Asunción, 1903)p.19

destituiu a Segunda Junta e organizou uma terceira. Teve, no entanto, o cuidado de guardar para si um posto no Governo e de se nomear comandante das armas. Mas, como todos os elementos da Junta eram pouco ilustrados, tomaram como Secretário Carlos Antônio López para que cuidasse do serviço e, inclusive, para escolher todos os empregados necessários, aos quais ele fez saber que dependiam exclusivamente dele. As repartições, assim, ficaram atulhadas de criaturas simpáticas ao Secretário.

Cumpria, ainda, ganhar o apoio do clero que havia sido perseguido e despojado por Francia de todos os cargos e bens. D. Basilio López, vigário de Piraju e irmão de Carlos Antônio, foi chamado a Assunção. Alguns advogados, como Antônio Molas e Zalduando, que lhe poderiam fazer sombra, foram encarcerados.

Convocou-se o Congresso. Dispensadas as eleições na capital o poder designou os Deputados, simplificando, deste modo, o processo. No interior, López espalhou a sua polícia pela administração, magistratura e comandos de distritos para que lhe enviassem deputados à sua feição. Chegaram estes a capital, uns em carroças, puxadas por bois, outros à cavalo ou a pé, sem calçado, e carregando as provisões para o tempo da sessão.

A Assembléia reuniu-se na Igreja de S. Francisco, que ficava contígua a um quartel. Na sacristia, sob pretexto de uma guarda de honra a “Soberana Corporación”, conservou-se um destacamento. López presidia a Assembléia. Retirou-se, momentaneamente, a hora de terminada, para que um dos membros lê-se uma apologia sobre os seus atos. Ao regressar foi acolhido com palmas. Um deputado, todavia, Juan Baptista Rivarola, pronunciou, no momento, a palavra “Constituição”.

López declarou-lhe, um tanto surpreso, que não era ainda a ocasião para promulgar uma Constituição e que o país, ameaçado, carecia ainda de um governo forte. O Congresso nomeou, então, e por unanimidade, dois Cônsules: em primeiro lugar, Carlos Antônio López e, em segundo, Roque Alonzo.

A comédia tão habilmente representada por Francia, estava sendo ensaiada por López, utilizando o período consular em próprio benefício e removendo os obstáculos que, por acaso, lhe atravancassem o caminho.

Carlos Antônio López foi eleito presidente e reeleito por mais duas vezes, governando de 1641 a 1862.

Os López foram diferentes de Francia: gozadores da vida, atraía-os o esplendor palaciano. Tornaram-se proprietários e comerciantes; foram “terranientes” de muitas estâncias.

Carlos tinha 51 anos ao assumir o poder pela primeira vez e, com sua



administração, deu ao país um período de paz, depois do grande e cruel isolamento imposto, mais por capricho neurótico de Francia, que por exigências iniludíveis e amplamente de justificativas de segurança e de profilaxia. O país inteiro sentiu a necessidade de começar um relacionamento com as demais nações, a fim de tirar proveito de todo o adiantamento material e cultural que pudesse assimilar em benefício de sua própria evolução. Ao mesmo tempo em que o excesso da produção agrícola e pecuária impunham a conveniência impostergável de se iniciar as relações e intercâmbio com o exterior. Por isso Carlos López se preocupou em romper as barreiras levantadas por Francia:

"Se Francia transformou o Paraguai em "Prisioneiro da geopolítica"  
Carlos Antônio López, procurou romper essa servidão.<sup>2</sup>

Muitos paraguaios já estavam cansados de trabalhar a terra sem a recompensa pecuniária, isto é, sem possibilidades de colocar, à bom preço, o produto de seu ingrato labor. Outros desejavam inteirar-se do que ocorria no resto do mundo; anelavam ler, instruir-se e produzir.

O isolamento estava enervando a população. Mas o governante preferiu não cair nos extremos para não provocar resultados danosos. De fato o isolamento não tinha mais razão de ser, pois a vontade do povo já se plasma-va para ser livre e a independência nacional estava, praticamente, assegurada, contra os perigos e as influências externas.

Desembocar de imediato na corrente do liberalismo teria a significação de arrojá-lo ao país - devido à falta de classe dirigente e sem experiência do exercício dos direitos cívicos - num torvelinho de paixões e ambições, para acabar na fogueira de uma luta fratricida.

Don Carlos, com ampla visão, encontrou a solução numa justa medida, acomodando o ideal à realidade; governo pessoal e autoritário, com propensão a certo liberalismo moderado, sem sobressaltos nem sacudidas bruscas; sem sangue e perseguição. Tinha que iniciar o povo no gozo limitado de algumas liberdades, mas de vagar, com suma cautela e por etapas cuidadosamente regradadas; instruí-lo com um treinamento progressivo, porque:

"no se entrega al recluta un fuzil cargado el primer dia de su llegada al cuartel, ni se dá a manejar un automóvil de cerrera a un aprendiz del volante".<sup>3</sup>

O mesmo pensamento se pode notar, numa de suas mensagens, dirigidas ao Congresso, afirmando que:

"El que no sabe usar de una cosa, precisamente abusa de ella...  
Proclamemos y respetemos con la mayor escrupolosedad los dere-

---

2 -Manuel Dominguez,ep.cit..p.29.

3 -Carlos Antônio López, apud Arturo Bray, Hombewa y Epocas de Paraguay, (Buenos Aires,1957) p.43.

chos civiles esenciales y primordiales de todo hombre, la libertad, propiedad, seguridad e igualdad ante la ley, pero excusemos por ahora de establecer derechos y libertades políticos hasta que se entienda y conozca en lo que imputan y significan esas palabras; la inteligencia de la cosa deve preceder al uso del derecho de la cosa”.<sup>4</sup>

López não repudiou implicitamente a política de França, embora ela tendesse apenas para defender o patrimônio da independência nacional, embora não aprovasse seu regime ditatorial; assim afirmou numa outra mensagem ao Congresso:

“El Dictador mantuvo constante y celoso, con pulso firme los derechos del Paraguay al respeto del Rio de la Plata, durante su largo gobierno; por cuanto, cualesquiera sean las censuras que se dirijan al Dictador, él fundó la independencia del Paraguay, y si su política hubiese sido desasombrada de los peligros a que nos referimos, ciertamente, hubiera sido más franca y creadora”.<sup>5</sup>

Passar da obscuridade à luz ofuscante do sol, danifica os olhos e entorpece, momentaneamente a visão; da mesma forma, os povos não podem passar de um governo absolutista a um regime e sistema liberal, sem antes passar por um estágio que os adapte, gradualmente à claridade repentina da liberdade.

Antes, porém, de dar início às suas atividades, Carlos López afastou o colega e, em 1844 outro Congresso, que recrutara nominalmente, o elegeu Presidente decenal, praticamente vitalício. Dois anos antes, uma Assembléia Nacional de 400 membros reconhecia e proclamava solenemente a existência da “República do Paraguai” sendo feita a competente notificação às nações vizinhas.

Com a fixação de seu poder, imediatamente se voltaram sobre o mandatário, sugestões e pressões tendentes a canonizar formalmente a separação da província Guarani, do resto da Confederação. A insistência brasileira e a total ausência de interesses argentinos em Assunção fizeram o resto. Bellegarde, em Memorandum reservado de 1º de março de 1852, dirigido ao Ditador do Paraguai lhe disse que a “posição política externa do Paraguai é a de manter o equilíbrio entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina”.<sup>6</sup>

Em 1842, o Paraguai se declarou independente. O Brasil se absteve de reconhecê-lo, na espera dos acontecimentos e para não oferecer ou criar problemas com Buenos Aires. Limitou-se a manter intacta sua influência através de um Encarregado de Negócios. Juan Manuel Rosas também nada fez, - declarando inclusive que não submeteria o Paraguai pelas armas. Era deixar

4 -Carlos Antônio López,op.cit .,p.44.

5 -Carlos Antônio López, Mensajes (Publicaciones oficiales,1931) Referentes aos anos de 1842,1844,1849,1854 e 1857.

6 -Memorandum de Bellegarde a Carlos Antônio López, em 1º/3/1852.

o campo livre para o Brasil e consagrar a perda definitiva da antiga província.

A 13 de março de 1844, Antônio López reuniu um Congresso para votar a Constituição sob o título de “Ley que establece la Administración Política de la República del Paraguay”.

Esta Lei fundamental deu como resultado, ser a tirania passageira e acidental de Francia, substituída pelo estabelecimento da tirania definitiva e legal dos López, consagrando inconsideradamente um poder irresponsável sobre bases sem limites, dando sanção de legalidade e condições de estabilidade a um regime odioso, que se esperava desaparecido com o déspota que o havia inaugurado:

“Deixava, pois, este regime de ser trabalho de um indivíduo, resultado de circunstâncias excepcionais, para passar ao estado de pacto permanente e definitivo”.<sup>7</sup>

Submetida ao Congresso em 13 de março de 1844, foi aprovada e adotada em 13 de março de 1844. Os Deputados tiveram apenas o tempo de ouvir a leitura de todos os artigos. Com isso se vê que o Paraguai, há muito tempo, adotou esta teoria famosa que considera como perdido o tempo consagrado pelas Assembleias Parlamentares, às discussões políticas.

De acordo com a Constituição, Antônio López foi proclamado Presidente, por dez anos, mas permaneceu até 1862 e transmitiu o cargo para o filho, por testamento. Para ele e não para o povo é que foi promulgada a Constituição. Todo o pacto fundamental foi feito para uso e em benefício de quem o elaborou.

Quando redigiu a lei política do país, saía a República da longa e terrível ditadura de Francia. Não era esta a melhor escola para um regime republicano. Se a nova lei não podia deixar de conservar traços dos costumes da tirania, era de se esperar, pelo menos, que ocasionasse alguma melhoria do regime anterior.

Para que serviu esta Constituição, na qual os direitos do povo não foram consagrados? Nada mais foi do que a transformação da ditadura momentânea em instituição definitiva. Tudo ali é mentira, tudo é cálculo para dissimular a ditadura ilimitada:

“Toda Constitución escrita e inflexible debe adelantarse a su tiempo y proyectarse hacia el porvenir, de modo que, quando la sociedad quiera avanzar, non sea um obstáculo para este avance, sino un incentivo... López otorgó sentido de permanencia a su sistema, por el conducto de la ley... su régimen sobrevivió en el continuismo constitucional y en la sucesión del mando a un hijo do su sangre y de sus métodos”.<sup>8</sup>

7 -L.M. Alfred Demersay, Histeria Geral de Paraguai, (»Rio de Janeiro, 1865) Tomo II,p.422.

8 -Rafael Oddone, Esquema Político del Paragua (Buenos Aires,1948) p.157

O Título I consagra o princípio da divisão de poderes; mas o Título VII destroe esta garantia, declarando que "a autoridade do Presidente é extraordinária no caso de invasão ou de comoções interiores e todas as vezes que a necessidade de manter a ordem e a tranquilidade públicas o exigir".<sup>9</sup>

Só ao Presidente fica reservada a faculdade de decidir quando está ameaçada a ordem, de sorte que ele pode a cada momento, antepor à Constituição o que lhe ditar a vontade e o capricho. É a ditadura permanente:

"Sobre um montón de escombros morales, Francia dió ereccion a su absolutismo. López recogió esta herencia sin beneficio de inventario y le imprimé forma jurídica... Este Gobierno fuerte ne se resolvió en una dictadura. Fué como el de Rodriguez de Francia una auténtica tirania".<sup>10</sup>

O Título I reconhece exclusivamente no Congresso o direito de fazer leis; mas de fato é o Presidente quem exerce o poder legislativo. Reune-se este Congresso de cinco em cinco anos; nos intervalos o Presidente decreta as medidas que lhe apraz, reduzindo-se a tarefa do Congresso, quando se reúne, a sancioná-las. Para compreender a importância desta Assembléia, basta examinar-lhe a origem; o processo de eleição é, segundo as disposições da Constituição (Título II, art.1º) determinado pelas leis anteriores, isto é, pelas leis de Francia; por aqui ajuíza-se do espírito liberal em que estão concebidas.

É o Presidente quem elege o Congresso, ou manda eleger pelos seus agentes. É ele que escolhe o presidente do Congresso; acontece quase sempre ocupar ele mesmo a cadeira presidencial.

Ao Congresso compete fixar os orçamentos, atendendo, porém, a que só se reúne de cinco em cinco anos, contenta-se em dar a carta branca ao Presidente. Numa dessas ocasiões, um Deputado, declarou, com aplausos dos assistentes, que a "fortuna do Estado confundia-se com a fortuna do Presidente"; teoria bastante cômoda que simplifica singularmente a dos orçamentos.

O processo de eleição era suficiente para garantir ao Presidente o servilismo dos Deputados. As sessões públicas, de conformidade com a Lei, eram garantidas pelo batalhão de ordenança do Ditador que, para não haver quebra de respeito na solenidade da sessão, cercava o edifício e impedia ao cidadão aproximar-se a menos de quatro quadras.

Cada sessão durava apenas cinco dias. Neste prazo tinha que examinar os atos que se deram durante cinco anos, aprová-los, verificar as despesas, discutir e decretar leis e tudo isto em apenas cinco dias. É evidente que

9 -Ley que Establece la Administración Política de la Republica del Paraguay y demás que en ella se contiene (Asunción.1844).

10 -Rafael Odddone, op.cit.,pp.160-161.

este pretendido Congresso só foi criado para dar à Ditadura uma aparência de legalidade:

“Pues el Congrese retiene tan escaso pader legislativo que su reunión es casi insignificante”.<sup>11</sup>

No Congresso de 1856, que conferiu a Carlos López o direito de designar, por sua sorte, em testamento secreto “pliego reservado” o Vice-Presidente da República, foi esta modificação fundamental da Constituição aceita sem discussão e por unanimidade. Um Deputado ainda reclamou ao colega, ao lado, porque o haviam buscado tão longe para coisa tão simples: alterar a Constituição

Todas as proposições apresentadas pelo Presidente da República foram sempre, sem uma única exceção, adotadas por unanimidade:

“En diez y ocho años, aquella legislatura se reunió solo seis veces, no para deliberar, ni legislar, sino para escuchar y obedecer. Su misión consistió en tomar nota de las actividades del ejecutivo. Consistió en asentirlas con su mansa y callada unanimidad, non en julgarlas, someterlas a disección y mucho menos, en objetarlas”.<sup>12</sup>

A repressão dos delitos e dos crimes políticos, subtraída a justiça ordinária, estava entregue à discricção do Poder Executivo. Graças à essa faculdade, os López, como Francia, se descartaram das pessoas que não lhes inspirasse confiança; a honra e a existência de todos os cidadãos paravas nas mãos do Presidente que não tinha que prestar contas pelo exercício deste direito de vida e morte:

“Impuso a sus conterráneos una deprimente sujeción regulando hasta sus gustos y diversiones. Les obligó a comportarse de acuerdo a normas estampadas en edictos”.<sup>13</sup>

A Constituição de 1844 pode ser resumida nestas palavras: todas suas disposições foram calculadas para dar à autoridade, suprema da República, maior grau possível de força, segundo o Dr. Brossard, adido da delegação da França. Pela Constituição do ano de 1844, o Presidente era tudo:

“juez, general, almirante, diplomático, árbitro del comercio, de la navegación, de las comunicaciones, de la educación, de la política, y hasta de los empleos, sin acuerdo de nadie, reuniendo además todas las atribuciones inherentes al poder ejecutivo de los gobiernos regulares, sin ninguna de sus responsabilidades”.<sup>14</sup>

O Poder Executivo ocupa largo espaço na Constituição. Exerce-o o Presidente (Título IV, Art.2º) que deve ser cidadão “del fuero comun, filho do país, ter 33 anos de idade (45 anteriormente) capacidade, proibidade e patrio-

11 -Mariane L. Olleres. Alberdi a la Luz de suas Escritos en quanto se refieren al Paraguay (Asunción. 1905 p.87.

12 -Rafael Oddone.op.cit.,p.166.

13 -Ibid., p.171.

14 -Mariano L. Olleres.op.cit.,p.86.

tismo reconhecidos, bom procedimento e um capital de 8.000 piastras.<sup>15</sup>

A Constituição trata dos títulos que cabem ao Presidente, ao qual denomina de “EL SUPREMO”; fixa os sinais de respeito que lhe são obrigatoriamente dados por todos os cidadãos. Todos devem prestar juramento de fidelidade ao Presidente, quando este entra em função do cargo. Escolhe os Ministros, cujas funções determina. É o chefe do exército e fixa-lhe o efetivo; nomeia e demite todos os funcionários e empregados de todas as classes, inclusive do exército, visto que ali também os empregos são considerados de “pura comisión”. É juiz nas causas particulares e pode, quando a fantasia lhe aconselhar, ser a um tempo, poder judiciário, poder legislativo e poder executivo; basta-lhe apenas declarar que usa das atribuições extraordinárias da Constituição.<sup>16</sup>

Garantias há para os cidadãos; a Constituição digna-se em reconhecer-lhes o direito de “apresentar queixas” ao Governo e aos seus Ministros, mas ninguém julgou conveniente aproveitar-se deste direito; cumpre acrescentar que ao entrar no poder, o Presidente “jura solenemente por Diós N. Señor y por los Santos Apóstoles” de prover pelo melhor modo que lhe seja possível a “felicidade da República”.

Era costume, quando o Presidente saía pelas ruas, repicar os sinos da Catedral de Assunção para avisar ao povo. Outrora essa regalia cabia também ao Bispo. Lopes, cioso do respeito dispensado pelo povo ao prelado, fez cessar a partilha, incompatível com a autoridade suprema que o revestia.

Desta forma “O Paraguai não é uma República; é uma tribo; López não é um Presidente, e um cacique”.<sup>17</sup>

A Constituição de 1844 não fez mais do que agravar a situação política do Paraguai. Antes o país foi escravo de Francia; agora o é da Constituição despótica que o Ditador López modifica a seu bel prazer, como e quando lhe apraz. Antes a tirania nada mais era acidente; agora converteram-na em fato permanente e definitivo:

“Lo peor es que las puertas del progreso y del país continúan cerradas hermeticamente por la Constitución, no yá por el Doctor Francia. El país ara antes esclavo del Doctor Frarcia; hoy lo es de su Constitución. Peor es su estado actual que el anterior, si se reflexiona que antes, la tiranía era un accidente, era un hombre mortal: hoy es un hecho definitivo y permanente, és la Constitución”.<sup>18</sup>

Em 1845, decidiu Carlos López por um paradeiro à política de isola-

15 -Ley qua Establece la Administración...op.cit., (Asunción, 1844)

16 -Rafael Oddone, op.cit., p.1666-'67. Ver também John Hoyt Williams, “Política Paranoica: Paraguay, 1800-1870” LASA, 1976.

17 -Corina de Abreu Pessoa, Cartas de Montevideu, (Rio de Janeiro,1953) p.263.

18 -Juán Bautista Alberdi, apud Mariane L. Olleros,op.cit.,p.91.

mento de Francia, abrindo o país às demais potências. Seu espírito de feição liberal, o levava a alargar as relações firmadas com outros países. Pois, com a morte de Francia, o país se encontrava isolado e sequestrado, agonizando por trás de suas fronteiras.

Sem mercados não poderia haver indústria. Por isso López compreendeu que era tempo de demolir esta muralha levantada ao redor do país; era questão de vida ou morte. A navegação do rio Paraguai foi franqueada aos navios estrangeiros, sendo permitido o comércio internacional.

Deixou partir os estrangeiros que estavam ainda retidos e abriu ao comércio o porto de “El Pilar”.<sup>19</sup> Manteve, contudo um controle pessoal sobre todos os cidadãos e estrangeiros:

“La salida de la gente del territorio da la República y su entrada en el mismo, fueron objeto de estricto control. Los pasaportes y salvoconductos para uno y otro supuestos, en la mayoría de los casos, fueron otorgados por lo próprio López, después de una larga u paciente investigación”.<sup>20</sup>

No momento, porém, Rosas pretendia obrigar o Paraguai a entrar na família argentina, insistindo em fechar os tributários do Prata ao comércio estrangeiro a fim de impedir toda e qualquer transação comercial com a República do Paraguai, que ele queria dominar pela fome.

A verdade, porém, é que Rosas, obstinado no fechamento dos rios ao comércio internacional e, interessado no enriquecimento e prosperidade de Buenos Aires, fez uma política que já feria bem fundo os interesses das províncias argentinas. Por isto sua:

“dictadura acentuó, con su sistema de gobierno personal, absoluto, la intervención en la navegación de los ríos. Es cierto que las provincias avasalladas, impossibilitadas de reaccionar, quedaran sometidas al régimen impuesto”.<sup>21</sup>

Por isso López se tornou, partidário da livre navegação e comércio dos rios. Neste intento teve como partidário o Brasil, em vista das províncias situadas nos afluentes superiores do Prata. Para maior evidência desse interesse, o Brasil lhe reconheceu a independência, em 1844. Pois, para o Império, havia dupla vantagem na livre navegação: O Paraguai deveria, necessariamente coadjuv-lo na reclamação da abertura da grande via fluvial e no desejo de não ter fronteiras comuns com a Confederação Argentina, procurando, com isso, diminuir os pontos de contato e, portanto, as ocasiões de futuros conflitos.

Em 1845, Rosas e Oribe tomaram a decisão de fazer um verdadeiro

19 -John Hoyt Williams,op.cit.,pp.4-5.

20 -Rafael Oddone,op.cit.,p.173.

21 -Higino Arbo, Libre Navegación de los Rios (Buenos Aires,1939)p.81.

bloqueio fluvial de tudo quanto fosse destinado ao território paraguaio. Percebe-se esta determinação, ao se constatar, em 1846, quando houve a mediação oferecida pelo Encarregado de Negócios dos Estados Unidos, para compor as relações entre a Confederação Argentina e o Paraguai, Rosas respondeu:

"que unicamente la Confederación Argentina és dueña del Rio Paraná".<sup>22</sup>

Embora não negando as idéias de Francia sobre as relações com o estrangeiro, López advoga a livre navegação do Prata e seus afluentes, obedecendo a uma necessidade, pois a sequestração absoluta, levaria o país à ruína e ao aniquilamento. Admitiu, portanto, que os estrangeiros negociassem no país, embora sujeitando-os a numerosas restrições.

Apesar dessa manifestação e desejo de abertura comercial, continuou, tanto quanto pode, as tradições de Francia. Detestando uma total liberdade, detestava o estrangeiro, querendo preservar ainda o seu povo do contato das idéias liberais. Ambos:

"en orden moral, representaron la regresión, porque, aunque con desiguales métodos, los dos rebajaron, en idéntica medida, las condiciones naturales del hombre, determinado sus ideas y limitando sus expansiones".<sup>23</sup>

Embora reivindicando para o Paraguai o direito de livre navegação, contra Rosas, negou-se a tomar parte na cruzada organizada contra o déspota de Buenos Aires. É que, a seus olhos, havia para o seu país um perigo maior do que o fechamento dos rios: a aliança com os revolucionários de Montevideu e de Buenos Aires, aliança que exporia os soldados paraguaios a ouvir a palavra "liberdade".

Assim como não contribuíra para a independência da América Espanhola, também não contribuiu para a queda de Rosas; conservou-se completamente alheio e estranho a esses dois grandes acontecimentos. No entanto, foi López o que mais se aproveitou da vitória de Monte Caseros, obtendo como resultado, a livre navegação do Prata e seus afluentes.

A liberdade de navegação para o Paraguai através do Parana até o Rio da Prata, foi obtida da maneira mais completa, em consequência da queda de Rosas. Até então estava isolado do contato com o mundo. Depois desta época, o governo paraguaio, entrando no livre gozo desta navegação, passou a celebrar tratados, concedendo a diversas nações, a navegação do rio Paraguai, na parte que lhe pertence. Entretanto, tem-se negado a fazer a mesma concessão ao Brasil que, além do direito que lhe confere a Convenção de 25

22 -Ibid.,p.83.

23 -Rafael Oddone,op.cit., p.149.



de dezembro de 1850, é ribeirinho do Paraguai, possuindo a margem oriental deste rio, desde a confluência do Apa até a Baía Negra, e ambas as margens, desta Baía para cima.<sup>24</sup>

Apesar de tudo, parecia que se realizava o sonho do Paraguai: o círculo estreito que comprimia a República quebrava-se, e, como corolário, proclamou-se a liberdade das transações, convocando-se os estrangeiros e, com eles, o progresso e a civilização. Mas tudo foi um engano. López continuou mantendo os absurdos vexames impostos aos estrangeiros; a liberdade de navegação, com tanto ardor e tão constantemente reclamada, amedrontou-o. Não cuidou se não de atenuar-lhe as consequências, sujeitando-a a regulamentos severos e, finalmente, combatendo-a.

Para maior segurança, guarneceu as margens dos rios com fortalezas, pois inquietava-o a passagem incessante de cidadãos de um país livre; era um mau exemplo para os paraguaios que não podiam ter contato com eles, Entrincheirou, então, o Paraguai atrás das peças de Humaitá.

Antes e depois do Tratado de 1853, López considerou sempre, o estrangeiro como inimigo. Bastaria citar os casos da recusa e impedimento brutais feitos ao cientista Castelnau, em 1845 e ao agente Sr. Gordon, acompanhado de um cientista que pretendia informar-se dos recursos que o país poderia oferecer ao comércio inglês”.<sup>25</sup>

Temia o imigrante ou fugitivo de outros países, pois estes traziam de seus países um vivo sentimento de liberdade e que aos poucos poderia confundir os naturais, no lembrar a pátria e nos direitos que lá deixaram. Seus desabafos se tornariam inconvenientes e perigosos num despotismo, pois os naturais poderiam tomar gosto pela crítica e perder, aos poucos, o medo ao dominador; medo que, aos olhos dos tiranos é a última palavra da sabedoria dos povos.

Assim, todo o estrangeiro, continuou sendo um inimigo.

Aquartelado atrás de Humaitá, encravado no centro do Continente Americano, o Paraguai foi, apesar de tudo, forte pela sua posição geográfica. Dela abusou López extraordinariamente: calculava que uma expedição contra seu país custaria muito numerário e gastaria muito tempo para qualquer potência européia que quisesse atacá-lo. Contava, além disto, com as baterias de Humaitá e, supondo segura a impunidade, procedeu, nas suas relações com as demais nações estrangeiras, com incrível sem cerimônias. Não ha-

---

24 -John Hoyt Williams,p.cit.,p.5. Ver também Attila Rodrigues Novaes, O Rio Como Elemento de Progresso (Rio de Janeiro, 1954).

25 -Ch. Quentin, A Verdade sobre o Paraguai (Rio de Janeiro,s/d) . Ver também Corina de Abreu Pessoa,op.cit.,p.261 e seguintes.

veria defesa possível nos tribunais para qualquer estrangeiro, pois a tarefa imposta aos juízes, meros agentes da polícia, foi das mais fáceis, atendendo às determinações do Ditador.

Como Francia, López preferiu o segredo da justiça sumária e arbitrária; seu poder nunca foi contestado, nem atacado. O regime político em nada havia mudado ou melhorado; quanto ao regime comercial e econômico haviam sido calculadas as modificações e as determinações de modo que a intervenção do Estado estivesse presente na maior parte das transações:

“Siempre antepuso la exigencia fiscal del Estado a la cualidad espiritual de la nación, vale decir la circunstancia a la esencia. Por eso, durante su dirección casi patriarcal, el Paraguay tuvo marina mercante, ferrocarriles y telégrafos, pero careció de libertad y su pueblo, privado de ella, vivió otra vez y durante largos años, una existencia derrengada hecha de errores y de frustraciones”.<sup>26</sup>

Graças ao monopólio da venda da “yerba”, sob intenso controle, e sustentando preços exorbitantes, o Estado obtinha grandes rendas: “pagava-se cinco piastras à arroba aos produtores e vendia-se a quinze para o comércio interno; elevando-se a quarenta para o exterior.”<sup>27</sup>

Da mesma forma, o Estado cobrava os direitos de exportação de madeira em 20%, além de arruinar o trabalhador, com pesados tributos, quando quisesse comerciar livremente.

O estado possuiu também estâncias para a criação de gado e comércio de couros, sem que os particulares pudessem fazer-lhe concorrência. Para isto dispôs de operários, com quem dispendia muito pouco, pois os cidadãos estavam ainda sujeitos, como no regime colonial, à corvéa. À requisição da autoridade tinham que trabalhar, sem receber salário e nem alimento. Desta forma, López conseguiu abrir estradas, erigir obras públicas e construir Humaitá e o Arsenal de Vila Rica.

Para a exploração agrícola empregou os “Guardias Auxiliares”, hoje soldados, amanhã lavradores, e cujas funções foram: guardar os postos militares, colher o mate, cortar madeira e cuidar do gado.

Tal foi o sistema econômico de López; não foi um “comunismo” como o dos Jesuítas. Mas a nação esteve arregimentada, com o Estado dispondo de tudo; por sua conta e benefício se fez quase toda a exportação.

A política absorvente de Rosas no vale do Paraná despertou justos receios de López até que, em 1849, quando o ditador argentino interditiou a navegação do rio aos navios que não fossem argentinos, o Presidente paraguaio traduziu o ato como inamistoso e provocador e, por isso, lhe declarou

26 -Rafael Oddene.op.cit.,p.147.

27 -Ch. Quentin.op.cit..p.43.

guerra. Esta não se fez, mas López se aproximou do General Justo José de Urquiza, cuja política abraçou.

Em 1854 foi reeleito com um mandato trienal conforme pedira; mas, em 1857 consentiu em sua recondução ao cargo. Neste tempo um americano, Clemens Hopkins, conseguiu captar a amizade do Ditador paraguaio e fundou uma companhia para fabrico de charutos e cigarros, em Assunção. Incidentes de ordem privada fizeram com que ficassem estremecidas as relações entre ambos e a manufatura não entrou em funcionamento.

Negociações haviam sido entabuladas também pelo Brasil, no sentido de obter-se para o Mato Grosso, o livre acesso ao mar pelas águas do rio Paraguai. López sempre se mostrou contrário, até que o incidente da canhoneira americana Water Witch veio deixá-lo em ruim postura. Além do comandante Page ter conseguido autorização para continuar a subir o rio Paraguai, em prosseguimento de estudos científicos, chegou em terras brasileiras e, no regresso, acolheu em seu barco Clemens Hopkins. Irado, ordenou López que os redutos do rio abrissem fogo sobre o navio quando descesse. A presença de uma esquadra brasileira no Paraná, traduziu a vontade do Governo Imperial em forçar López a declarar livre a navegação pelo Paraguai, mas o Ditador, com habilidade, conseguiu afastar o tropeço com evasivas e protelação.

A solução do acidente foi facilitada pela prisão de Francisco Solano López, por um navio de guerra britânico, em Buenos Aires. Devido a este acontecimento:

“a simpatia que López testemunhava aos estrangeiros se transformou em aversão. Cuidou desde então de adquirir elementos, que lhe permitissem prevenir e também castigar futuras humilhações”.<sup>28</sup>

Apesar de seu governo absolutista e pessoal, Carlos López deixou entrever o propósito de tender para um regime liberal. Ele mesmo afirmou que:

” Sin un poder fuerte no hay justicia, no hay orden no hay liherdad civil ni politica. Un poder fuerte por la ley no quiere decir un poder arbitrario y que nada respeta: un poder fuerte, ilustrado y prudente es la primera condición, es el primer elemento de organización y constitución do una república”.<sup>29</sup>

A vontade do Presidente foi a que imperou, da mesma forma. Mas essa vontade, agora, se traduziu em leis; estava regida por uma Constituição e estava sujeita à interpretação dos Tribunais e Juizes, embora com limitada autoridade. Foi uma evolução, em comparação ao passado, concentrada e hermética, porem ainda longe da perfeição constitucional e jurídica.

28 -Gastao Ruch, História da América (Rio de Janeiro, 1957)p.386

29 -Arturo Bray.op.cit.,pp.55-56.

Todavía, tanto no campo como na cidade, o povo viveu e trabalhou no meio de uma segurança absoluta, em suas vidas como em seus bens, embora ainda totalmente alheio a vida política e cívica. O Coronel Thompson, confirma esta situação dizendo que:

“probablemente en ningún país del mundo, la vida y la propiedad estaban garantizados como en el Paraguay, durante el gobierno de López I. El crimen era casi desconcido; la masa del pueblo era la más feliz del mundo”.<sup>30</sup>

Todos os López, com exceção de Benigno, mostraram sempre grande inclinação para o esplendor Miliciano e foram algo dados à teatralidade. Por isso, jamais chegaram a ser genuinamente populares. Dominaram as vontades, mas não os corações do seu povo.

Nos documentos do Arquivo particular de Duarte da Ponte Ribeiro, Memorial Nº 57 de 28 de outubro de 1853, consta que “Além dos 8.000 pesos por ano que tem de soldo o Presidente, e de pouco menos da metade que recebem os filhos, um como Generalíssimo e outro como Almirante, todos os mais empregados, ou não tem ordenado ou é pequeno e dele só recebem em dinheiro 1/4 e os 3/4 em gêneros por um preço arbitrado pelo Presidente. A receita provém do aluguel das casas e terrenos do Estado. Sendo propriedades do Estado todas as que eram dos espanhóis e dos naturais que por qualquer crime político abandonou o país, ou foi punido desde 1817. Quase todas as casas e principais fazendas estão neste caso. Aquelas são alugadas pelo Governo, com preferência a qualquer outras, e coitado daquele que não preferir a estas. As fazendas correm por conta do Estado, e nelas trabalham todos os indivíduos que o Governo quer, sendo grátis dois dias na semana e nos outros pelo diminuto jornal que lhe arbitra o Governo, quando quer pagá-lo”.<sup>31</sup>

“O comercio, embora fosse vantajosamente apregoado para fins políticos, foi por longo tempo, muito limitado. O de importação não teve mais consumidores do que uma terça parte da população da República, isto é, 200.000, todos sóbrios e miseráveis; os outros dois terços não saíram, por longo tempo da camisa e ceroula de algodão que eles mesmos preparam. Enquanto não virem como seus, os terrenos em que habitam e não tiverem liberdade para vender e comprar a quem quiserem, conservar-se-ão na atual apatia, sem cuidar de nada mais do que do absolutamente necessário para viver, temerosos de que lhe venham tirar o sobranço para o Estado, como sucede aqueles que saem dessa apatia”.<sup>32</sup>

30 -Arturo Bray, op.cit.,p.57.

31 -Duarte da Ponte Ribeiro. Documentos de Arquivo Particular (Latas 280 e 281 do Arquivo Histórico de Itamaraty,1842-1862) Memorial Nº 57 de 28/10/1853.

32 -Duarte da Ponte Ribeiro, Memorial Nº 57 de 28/10/1853.

Ainda na Pró-Memória de 15 de outubro de 1854, Ponte Ribeiro, referindo-se à situação interna do país diz que: "López não tem no país tradições de família; não há ali espírito público em seu favor; o povo é como um rebanho de carneiros que se deixa conduzir por qualquer pastor, contanto que não seja para fora do campo a que está acostumado. Logo que desaparecer o atual seguirão ao primeiro que se apresentar: e a força estrangeira que fizer cair um, dará ao outro que o substituir suficiente e bastante prestígio para sustentar-se, quando menos, o tempo necessário para o Brasil terminar razoavelmente com aquela República as questões postergadas pelo ingrato fanfarrão López, e dar aos Governos das outras um frizante exemplo do que lhes sucedera em idênticas circunstâncias. Pois o rancor e menosprezo que López alardeia contra o Brasil, são ainda mais veementes e violentos em seu filho, tanto porque é mais ignorante, como por se ter em conta de grande general".<sup>33</sup>

Não convinha ainda que o povo aprendesse a julgar seus Senhores; havia o perigo em habituá-lo a reagir, quando ouvisse a palavra tirania. Assim, o espírito dos Jesuítas e de Francia, não deixou de dominar o Paraguai. E o que mais se deve lamentar é que este espírito houvesse penetrado na Constituição.

Carlos Antônio López, embora mais acessível do que Francia, participou do regime estabelecido pelo antecessor e nunca se esforçou por facilitar o convívio com outros povos. Escudou-se na força para realizar uma política incômoda, através de tergiversações e muito perigosa pelo seu desabrimento. Quanto aos limites, com os vizinhos, avançou e recuou, confiando sempre nas protelações, arma que a diplomacia paraguaia continuará a manter através de sua história. Quanto à navegação, cedia num dia para criar novos embaraços no dia seguinte. Cansava qualquer diplomata com seus avanços e recuos. Com isto criou muitos embaraços na diplomacia; para ele nada era mais fácil do que devolver passaportes. As consequências seriam resolvidas, com as costumeiras protelações:

"Es evidente que el presidente Lopez, convencido de que, desgraciadamente, los gobiernos vecinos resueltos a terminar por vías de hecho las cuestiones de límites, trató de alejar al peligro, ganando tiempo para preparar mejor la defensa nacional".<sup>34</sup>

Para essa garantia interna, López tudo fez para desenvolver os recursos militares do Estado. Todo o paraguaio deveria ser soldado. Em primeiro lugar esteve o exército regular, seguindo-se a milícia ou guarda nacional e, por fim, a guarda auxiliar. Este imenso desenvolvimento das forças milita-

33 -Ibid.,Pré-Memória de 15/10/1854. Ver também Ch. Quentin,op.cit.,pp.50-67.

34 -H. Sanches Quell. Política Internacional del Paraguay-1811-1870; (Asunción,1935) p.47.

res e marítimas, (adquirindo o primeiro vapor, o Tacuary em 1854), provocou grandes gastos, que as poucas liberdades comerciais e muito restritas, não compensaram suficientemente.

Sobre esta organização militar o francês Moure, proveniente de Mato Grosso, através do rio Paraguai, tendo tido contato com o Presidente López, em 4 de outubro de 1855, disse que o “soldado é no Paraguai, uma verdadeira máquina passiva e obediente, e como os espias e delator e escravo servil”.<sup>35</sup>

O mesmo espírito de aversão e ódio ao estrangeiro, cultivados durante o governo de Francia continuou a persistir e a ser incentivados por López. É o que se confirma com as palavras do Norte-Americano Clemns Hopkins, afirmando que:

”López decretou a proibição de terem os estrangeiros casas de comércio, fábricas ou outros estabelecimentos no país, nem possuírem nele bens de raiz”.<sup>36</sup>

Carlos Antônio López, com sua fixação no poder, procurou e conseguiu manter vivas as paixões, tão habilmente exploradas e incentivadas por seu antecessor. Para isto se tornou indispensável fazer reviver as desavenças com Buenos Aires. Voltaram-se, assim, sobre o Presidente, sugestões e pressões tendentes a canonizar formalmente a separação da província do resto da Confederação, pois, nada melhor para realizar a unidade interna do que procurar um adversário externo.

López sustentava idéias de soberania nacional, assombrosamente parecidas com as de Rosas e, nesse sentido foi verdadeiramente intratável, o que viria favorecer o pensamento de todos.

O Brasil, procurou manter boas relações com o Ditador. Mas somente a 7 de outubro de 1844, José Antônio Pimenta Bueno, assinaria, em Assunção, um Tratado de Aliança, Comércio e Limites com o Governo do Paraguai, reconhecendo, em seu Artigo 2º a sua Independência e Soberania. Em fins de 1852, o Brasil enviou a Assunção Felipe José Pereira Leal com a missão de lograr a abertura do rio Paraguai e um acordo de limites favorável. Não foi possível qualquer entendimento porque o Governo Paraguaio estava disposto a colocar os interesses nacionais acima e antes de qualquer outra consideração. Tanto assim que a 7 de março de 1853 Benito Martinez Varela, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, devolveu a Pereira Leal o projeto de Tratado da livre navegação dos rios Paraguai e Paraná, desaprovando a habilitação do posto fiscal de Albuquerque que o Brasil havia instalado. No mês de julho de 1853, devolveu os passaportes ao representante brasileiro, orde-

35 -Duarte da Ponte Ribeiro,op.cit., Lata 280, Maço 3, Pasta 9.

36 -Ibid.,Lata280, Maço3, Pasta 9.

nando que se retirasse.

Por esta ocasião o problema de navegação dos rios platinos estava posto da seguinte forma: o rio Paraná estava aberto a algumas bandeiras por decisão da Confederação Argentina e do Governo efêmero de Buenos Aires. O Brasil não podia aproveitar-se da franquia, porque o Paraguai lhe vedava o trânsito no trecho através de seu território. Nesse ínterim, havia o Governo Imperial aberto o porto de Albuquerque, resolução tomada inoperante em consequência da atitude negativa de Assunção. Ademais pelo Artigo 15º do Tratado de 20 de dezembro de 1850, ambos os países deveriam nomear plenipotenciários para regularem o comércio, navegação e limites entre si. O Paraguai, continuando sua política, protelou as decisões.

Com a Argentina, a argumentação de López para que Rosas reconhecesse a independência do Paraguai pode se resumir em: 1º) que sendo o Paraguai um país mediterrâneo, cujas vias fluviais podiam ser fechadas pelos vizinhos, que são donos de suas grandes entradas, careceria da suficiente liberdade no uso de sua soberania, toda a vez que se fizesse uma guerra comercial, o que viria empobrecê-lo em pouco tempo; 2º) que o Paraguai careceria da capacidade política que se requer para estabelecer relações diplomáticas com o estrangeiro e se expunha a não desempenhar um papel airoso em seus negócios internacionais; 3º) que, unido com os laços da Confederação à República Argentina, nada teria que temer, nem por sua posição geográfica no relativo à soberania dos rios e ao desenvolvimento de seu comércio nem quanto as relações estrangeiras que, por si só não seria capaz de prevenir.

Mas Rosas, fechou o Paraná à navegação, em represália a Madariaga, com quem López havia firmado uma aliança, em 4 de novembro de 1845, declarando guerra a Rosas. Isto veio prejudicar consideravelmente o Paraguai em suas pretensões.

Em represália, López fechou os portos do Paraguai ao comércio de Corrientes até que se estabelecesse a Convenção de 2 de dezembro de 1844. E, em 8 de janeiro de 1845, Rosas fechou totalmente a navegação do Paraná, tanto para o Paraguai como para Corrientes e, posteriormente, em 17 de janeiro de 1845, para o Uruguai, ao norte de Salto Grande.

Não satisfeito ainda, da eficácia destas proibições, publicou, em 16 de abril de 1845, um Decreto, cujo Artigo 1º dizia:

"Queda prohibida hasta nueva resolución la introducción de efectos y articulos del Paraguay por qualquév vía que vengan".<sup>37</sup>

Os historiadores Estrada e Alberdi coincidem e m demonstrar que a

---

37 -Juan Manuel Rosas, Decreto de 16/4/1845,Art. 1º, apud, Luis Salmon Baldiviesco, El Paraguay Provincia Argetina (La Paz, 1935)p.21.

quase guerra de 1845 se deveu somente à intransigência do Governo argentino, no seu afã de reincorporar, por todos os meios, a província paraguaia à Confederação e, ao mesmo tempo, eles mostram como provocaram o isolamento do Paraguai, como meio de mais facilmente submetê-lo. O próprio Sarmiento confirma a idéia, dizendo que:

"la separación de la dependencia española fué legítima y además el Paraguay participa del beneficio del resultado de los sacrificios de la República Argentina... Al reconocer varias potencias de Europa y América la independencia de la República Argentina y sus derechos de soberanía, han reconocido la base que tiene en toda América".<sup>38</sup>

Considerava , a Argentina, tão certo este seu direito que, para a separação da Província Oriental do Uruguai, foi necessária a renúncia expressa dos direitos do Estado Argentino, pelo Tratado de 1828.

Com tratados ou sem tratados; com declaração de princípios ou sem eles, o Paraguai, pelo simples fato de sua posição geográfica, não pode existir, como Estado Soberano, sem a liberdade de navegação dos afluentes do Prata. Enquanto viveu isolado de seus vizinhos, "para escapar da guerra civil que os devorava", pode muito bem alimentar seu tesouro público, com estancos ou monopólios fiscais sobre as produções internas. Desde que sentiu a necessidade de desenvolver sua produção e riqueza, para engrandecer seu poder, na medida que o fizeram seus rivais, teve que oferecer à imigração e ao comércio, o exercício livre das indústrias mais produtivas do país. Abolidos os estancos e os monopólios, teve que viver dos recursos que ai intentam os povos mais civilizados e mais fortes: as rendas do tráfico livre e as aduanas.

Mas, desde que pretendeu entrar por essa via, chocou-se com a pretensão de Buenos Aires, ponto intermediário dos países interiores, para o seu comércio de Ultramar. Quando, em 1842, López quis abrir as relações comerciais com os estrangeiros:

"Buenos Aires le impidió todo género de relaciones con el extranjero".<sup>39</sup>

Apesar de tudo, Buenos Aires não constituiu, para o Paraguai, um poder forte, como o fora para as demais províncias argentinas. A população do Paraguai era quatro vezes maior que a de Buenos Aires; era homogênea e compacta em opiniões. Enquanto que a de Buenos Aires era dividida. O Paraguai possuía un exército e Buenos Aires não podia dizer qual era o seu e qual o estrangeiro.

Nestas preocupações, como o Paraguai não podia agir sozinho, pro-

38 -Luis Salmon Baldoviesco,op.cit.,p.23. Ver também Luiz J. Gonzalez , Paraguay: Prisionero Geo-Político (Buenos Aires,1947), pp-38-70.

39 -Luis Salmon Baldoviesco,op.cit.,p.27



curou o apoio do Império e do Uruguai. Isto enquanto Rosas constituiu uma ameaça direta ao Paraguai. Quando o Ditador argentino desapareceu do cenário do Prata, López alterou sua conduta e começou a esquivar-se dos compromissos assumidos com o Império:

“López buscaba la amistad brasileña, para defenderse, pero nunca se dejó instrumentar”.<sup>40</sup>

Alberdi afirma que Rosas se opunha à existência do Paraguai como Estado independente, com o fito de impedir a entrada de países europeus pelo interior da América, o que aliás ficou demonstrado nos protestos que ele fez contra o Brasil, quando lhe reconheceu a independência. Esta intenção de Rosas, consistiu em cortar qualquer benefício que, principalmente a Inglaterra e a França puderiam obter, impedindo-lhes a entrada pela vital artéria comercial e política que é o rio Paraná e, com ela a própria vida nacional:

“El Gobierno Argentino (escrebía el General Rosas a su Ministro en Rio de Janeiro) no puede alterar respecto a la navegación del Paraná un orden tradicional... derivado del régimen español vigorizado por Tratados Públicos... y reclamado indispensable para la seguridad y censervación nacional”.<sup>41</sup>

Desta forma, as tentativas de Carlos Antônio López, em reabrir as relações com o mundo, encontraram grandes obstáculos da parte da Confederação Argentina. Mas, aos poucos, foram sendo assinados acordos e tratados diversos com todos os vizinhos.<sup>42</sup>

Na política interna, foi único pensamento de López consolidar-se no poder. Aliás, no Congresso de 1854, um Deputado havia proposto proclamar López imperador, com a coroa hereditária; parecia que estava fazendo uma profecia. Mas, na Constituição que ele redigira, não se encontrava nenhuma disposição que revelasse tais idéias ambiciosas. Foi somente depois, quando percebeu, como era fácil impor sua vontade ao povo, sumamente dócil e talhado maravilhosamente para a obediência que, além de se conservar no poder, resolveu transmiti-lo ao filho e fazer do Paraguai um patrimônio para seus descendentes:

“El pueblo, con el diseño del francismo impreso en su existencia, privado de sus brios cívicos, remanentes, careció de la necesaria combustión íntima para reaccionar y dar ensanche al ensueño. La entrega fué total. La propuesta de unos pocos se evaporó en el pebetero de la abdicación colectiva”.<sup>43</sup>

Nos últimos anos de vida, aplicou-se em alterar sorrateiramente, um

40 -Justo Pastor Benitez, Carlos Antônio López (Buenos Aires,1949)p.50

41 -Luis Salmon Baldoviesco,op.cit., p.34.

42 -Hildebrando Accioly,Tratado de Derecho Internacional Público (Rio de Janeiro,1946) Tomo II, pp.36-73.

43 -Rafael OddOne,Op.cit.,p.170.

após outro, os artigos da Constituição onde, por imprevidência houvera introduzido, para a estabilidade do regime republicano, garantias contra a ambição do Presidente do República.

A primeira modificação parecia insignificante: fixava em 33 anos, em vez de 45, a idade legal para a Presidência, temendo morrer antes que o filho alcançasse essa idade, para receber a herança testamentária.

López sabia que o povo ratificaria a subida ao poder de qualquer pessoa, aclamando qualquer um que tomasse as rédeas do poder. Reunido, o Congresso concedeu a López o direito de designar, em testamento, o Vice-Presidente que em caso de sua morte, exerceria o poder até a decisão posterior do Congresso.

Singular República esta, em que o Presidente, pode improvisar um general aos 18 anos de idade e confiar-lhe, além disto, os mais elevados cargos de Estado, sem despertar a menor suspeita e nem provocar o mínimo protesto.

O jovem Solano foi enviado a Europa, onde ficou ofuscado pelo luxo deslumbrante de que se rodeavam as cortes.

Corria o ano de 1853, época das reações violentas na Europa, e Solano observou as precauções tomadas pelos Soberanos, contra os povos, no intuito de conservar as dinastias. Presenciou as violências contra os partidos; a polícia velando por toda a parte; a imprensa muda. E daí concluiu que, para qualquer poder, eram condições indispensáveis, todas estas atitudes.

Regressou ao Paraguai, sonhando com inumeráveis exércitos e aparelhamentos militares que vira desfilar no Campo de Marte; e ele distribuindo a seus amigos, uniformes agaloados de ouro, ostentando condecorações sobre o próprio peito. Regressou devorado pelas ambições e disposto a tudo fazer para conquistar o poder. O velho López calculara bem: obteve o efeito desejado.

Antônio Carlos López morreu em 10 de setembro de 1862.

No mesmo dia, perante o Bispo, o Juiz do Supremo e os principais funcionários, Solano abriu a carta lacrada que continha o testamento do pai. Até à decisão do Congresso, nomeia seu irmão para o comando do exército. À testa do clero estava já seu tio. Assim estavam fechadas todas as vias que conduzem ao poder. No Congresso, o Deputado Varela lembrou os termos expressos na Ata da Independência que:

“o Paraguai jamais poderá ser convertido em patrimônio de família. Mas tributo ao General López a mais profunda veneração; jurei, porém, obedecer às leis do meu país; entre a afeição o a consciência, hesito”.<sup>44</sup>

---

44 -Ch. Quentin, op.cit.,p.57.

É excusado dizer que o Presidente obteve unanimidade e que o povo saudou entusiasticamente o novo senhor.

Solano adotou e praticou as doutrinas de seu pai; cria na necessidade de repressões bárbaras e na do medo, indispensáveis à autoridade para conservação do prestígio. Inaugurou, além disto, em seu governo, a vingança. Varella foi o primeiro a ser punido, por haver ousado colocar o respeito à lei acima do respeito devido ao Presidente.<sup>45</sup>

Quanto ao povo, como não foi para ele que se puseram em execução tais rigores, a indiferença foi sempre a mesma. Os raios do poder jamais caíram sobre a massa ignorante e pobre; reservam-nos quase exclusivamente para os que, ou pela posição social ou pela fortuna, possam inquietar o espírito do mandante.

Quando um funcionário fosse castigado, o povo cria, de bom grado, que a punição fora merecida e que o Presidente nada mais fazia do que cumprir o primeiro de seus deveres: velar pela segurança da República. Engrandecia-se o prestígio da autoridade com a influência do suposto culpado e a magnitude do castigo.

Os esforços de Solano, como de seus antecessores, foram tendentes, em todos os tempos, a justificar ao povo o respeito que devia à autoridade, pois esta era infalível; era proibido discuti-la; era até crime fazer qualquer apreciação retrospectiva e crítica de atos dos governos passados.

De qualquer forma, o Congresso, em 16 de outubro de 1862, ratificou a decisão testamentária, elegendo-o Presidente por dez anos. Que ele tenha sido ou não nomeado em testamento não importa. O que importa é que o Congresso, embora sempre dócil na representação do povo, o elegeu e, com isto, legalizou sua investidura. Tal decisão estava estabelecida no Art. 5º da Lei de 3 de novembro de 1856 que previa os casos de acefalia na Carta Administrativa de 13 de março de 1844, permitindo ao Presidente designar seu filho:

“hasta que el Congreso eligiera a la persona que había de asumir el mando en efectividad”.<sup>46</sup>

Ninguém foi tão discutido, caluniado, louvado e exaltado ao mesmo tempo como Solano López. Para uns, foi um gênio, repleto de virtudes excelsas da etnia, estadista exímio, general de ações brilhantes. Para outros, um monstro, devorado pela vaidade e ambição; político funesto, homem covarde e ruim; condutor fracassado e nefasto do seu exército. Manuel Gondra afirma, porém que:

45 -Rafael Oddone,op.cit.,190-191. Ver também John Hoyt Williams,op.cit., p.8.

46 -Lei de 3/11/1856, apud Arturo Bray,op.cit.,p.59.

“la historia la escriben los fuertes a hierro y fuego sobre espaldas de los débiles”.<sup>47</sup>

Os próprios paraguaios se dividiram em “Lopiztas” e “Antilopiztas”; outra singular manifestação de diversidade, como se a causa nacional pudesse partir-se em duas, estabelecendo odiosas e absurdas distinções. Assim mesmo a massa popular vibrou de entusiasmo incontido, na mais legítima emoção patriótica, pois o seu “Marechal” pertenceu intimamente ao povo, ao humilde e anônimo; ao paraguaio de sangue puro. O General Mangin, glorioso soldado de Francia afirmou:

“gracias al Mariscal López, los paraguayos, poseidos de un entusiasmo casi fanático, infatigables y invencibles, pudieron demostrar al mundo lo “que es capaz un pueblo cuando defiende con justa causa su patria contra un enemigo infinitamente superior en número”.<sup>48</sup>

Não menos importantes são as afirmações de O’Leary, quando afirma: “Arrojamos un piadoso olvido sobre los extravíos del sombrío Dictador Francia... Olvidemos las pasadas faltas de Don Carlos Antonio López... No nos odiamos más... Basta ya de Lopiztas y de Legionarios... Per el angosto y tortuoso camino del odio iremos al abismo...”<sup>49</sup>

Em todo o curso da História Paraguaia, ninguém suportou carga mais escabrosa que Solano López: sobre ele recai um crime e uma desgraça imperdoável: a derrota. Vencedor, estaria com a auréola dos heróis. Vencido, tem que suportar a dura prova que a humanidade impõe aos fracassados.

Foi um admirador das glórias da França e das instituições inglesas; receou um pouco os Estados Unidos; da Espanha não se recordava para nada. Possuía bastantes conhecimentos dos problemas nacionais e internacionais.<sup>50</sup>

Seus primeiros anos de governo foram de moderação e prudência. Seguiu o caminho de seu pai ao fomentar a riqueza nacional em todos os setores, tanto intelectual como materialmente:

“En 1864 era la edad de oro de la agricultura y de la ganadería. Relativamente el Paraguay producía más que cualquier otro pueblo americano. Había llegado al máximo de producción con el mínimo de consumo”.<sup>51</sup>

Mas, entre todas as suas atividades, dedicou a maior parte de suas energias para levar a feliz termo a organização da defesa nacional. Carlos López se opusera a essa excessiva militarização do país. Apesar disto, nenhum

---

47 -Arturo Bray,op.cit.,p.61.

48 -Arturo Bray,op.cit.,p.64.

49 -Juan E. O’Leary (a bordo del “Paris” em 3/2/1868) apud Arturo Bray,op.cit., p.65

50 -Rafael Oddone, op.cit.,pp194-196 e 202-204.

51 -Ibid.,p.197.

de seus atos contrariou as disposições das leis e da Constituição.<sup>52</sup>

O Brasil, com tendência imperialista e absorvente, não observou com bons olhos, o aparecimento, em suas fronteiras, do novo Estado poderoso que, com o correr do tempo, poderia chegar a fechar e obstruir sua política de expansão até o Rio da Prata.

A Argentina, embora desagregada por intermináveis lutas internas e sem haver ainda logrado sua unidade política, não abandonava a ideia de tornar a incorporar a província perdida.

Por indeclináveis razões de legítima defesa e elementares noções de segurança nacional, o Paraguai teve que armar-se e assim foi que Solano López fez dele a primeira potência da América do Sul. Foi, porém, uma potência relativa e, somente sob o ponto de vista proporcional em relação a seus vizinhos, Argentina e Brasil. Pensar que o país tivesse um exército armado e equipado, instruído e comandado de acordo com os cânones da organização militar, seria um grave erro.<sup>53</sup>

Francia havia sustentado unidades dispersas de escasso valor tático e estratégico; comandadas por chefes de cultura profissional rudimentar. É, pois, impossível que López tivesse improvisado, sobre essas bases tão pobres em quantidade e qualidade um exército técnica e organicamente eficiente:

“Aquella sociedad militar no era fanatica en el grado que lo fueron y lo son otros americanos”.<sup>54</sup>

A luta contra os índios e os manelucos não poderia ter servido muito como experiência de guerra nem como escola para o desenvolvimento das aptidões de mando e não houve meios pelos quais os oficiais aumentassem seus conhecimentos, pois se sabe que Francia proibira a introdução de qualquer Material de imprensa e leitura, livros, revistas e periódicos.

Outros fatores, porém, entram em jogo para aquilatar a eficiência de um exército, além de seu efetivo e do nível de instrução de seus quadros: são os de ordem moral e disciplinar. Foi o que deu força àquele exército: a disciplina e a coesão, unidas ao fato de que, atrás delas, esteve toda a nação, igualmente homogênea, disciplinada e pronta para marchar à primeira voz de comando. Isto foi o que deu ao Paraguai a hierarquia militar frente à Argentina e ao Brasil. O Ministro Norte-Americano em Assunção, disse que:

“la razón porque los paraguayos pelean de un modo desesperado, es que hay siempre más peligro en retroceder que en marchar adelante”.<sup>55</sup>

52 -Ibid., pp.216-217. Ver também John Hoyt Williams, op.cit., p.10-11.

53 -Juan Beverina. La Guerra del Paraguai (1865-1870) Resumen Historico, (Buenos Aires, 1973).

54 -Manuel Dominguez, op.cit., p.27.

55 -Correspondência entre o Ministro Washburn com o Governo Paraguaio, apud Manuel Dominguez, op.cit., p.7.

A Argentina levava a vantagem de sua posição geográfica e o Brasil era, certamente, poderoso por seus recursos econômicos e sua reserva de homens. Mas nem um nem outro se achava em condições de fazer guerra contra um exército de magnífica disciplina e elevado espírito de sacrifício, como o paraguaio.

Valentin Alsina, assim se expressa sobre sua organização:

“El ejército paraguayo está compuesto por una juventud brillante, lozana, robusta, parca, habituada a todos los trabajos rudes. La obediencia y el respeto a sus jefes es en ellos un culto”.<sup>56</sup>

Mas, no momento da Guerra da Tríplice Aliança, exagerou-se muito a potencialidade militar do Paraguai, devido a propaganda do próprio adversário, interessado em justificar a postergação, de seus planos otimistas e sua impotência para acabar com o país em poucos meses.

Segundo Gastão Ruch, em agosto de 1864 contava Solano “com 28.000 homens sendo pouco depois chamados mais 60.000 que foram instruídos e adestrados do melhor modo possível. A cavalaria era pouca, a artilharia regular mas compreendendo elementos antiquados e a infantaria possuía fuzis de diferentes modelos; mas ainda assim no seu conjunto representavam as tropas paraguaias o mais formidável esforço de poder militar dispendido até então na América do Sul”.<sup>57</sup>

Diz o autor militar brasileiro, o Coronel Docca, que no começo da guerra o exército brasileiro constava de 18.000 homens, o Oriental de 2.500 e o Argentino de cerca de 12.000, ao todo pouco mais de 30.000 honens.

Paralelamente à preparação militar, o Presidente teve que desenvolver uma diplomacia perspicaz e de suma prudência, com o objetivo de parar, até onde fosse possível, o perigo que a sua clara visão percebeu, como uma ameaça cada vez mais próxima. Assim, procurou obter o reconhecimento da independência por todas as nações do mundo, apesar dos protestos de Rosas.

Deu início a um ciclo de amistosas relações com a Argentina, parecendo uma legítima promessa de equilíbrio no Prata e de uma futura prosperidade para ambos os povos. Nem poderia ser de outra maneira; O Paraguai é o prolongamento natural da Argentina, como a Argentina o é do Paraguai. Desta forma não há e nem pode haver diplomacia capaz de alterar o mandato irrevogável dos direitos naturais.

Com o Brasil entabulou uma sinuosa luta diplomática, à guisa de combate dilatório. Se López não soube preservar a paz, ele quis ao menos ganhar tempo para que a República se organizasse e assumisse uma categoria

---

56 -Arturo Bray.op.cit., p.51.

57 -Gastão Ruch.op.cit.,p.89.

internacional que lhe permitisse tratar de igual para igual as demais nações. Mas, com sua visão regionalista e indeciso, pois “nunca deu provas de coragem pessoal, apenas demonstrando inquebrantável tenacidade”, López não se destacou e nem brilhou na política internacional, apesar de sua mediação entre Mitre e Urquiza e da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, Sardenha e Prússia.<sup>58</sup>

O episódio da mediação, que serviu para a Unificação da Argentina, poderia ter torcido definitivamente a causa histórica e política dos povos do Prata se Solano houvesse sabido aproveitar de seu prestígio e de sua autoridade, afiançando os direitos de sua pátria para exigir a ratificação do Tratado de 15 de julho de 1852, que reconhecia seus limites até o rio Vermelho e a “Tranquera Loreto” e assentado, sob sólidas bases, os entendimentos com a jovem nação do sul. No entanto Solano, para desfazer e desvencilhar o Paraguai de seu aprisionamento, o conduziu a cair numa segunda hecatombe: - já que a primeira foi a destruição das Seduções Jesuíticas - a guerra por ele desencadeada contra os países vizinhos.

Os historiadores, quer adversários quer partidários, mostram a grande tragédia que representou para o Paraguai esta guerra que, depois, se chamou de Tríplice Aliança e que seria, nas ambições expansionistas de Solano, o meio de realizar o “Paraguai Maior”, com saída direta para o mar.

Para a escola liberal a guerra estalou ante o ultraje da soberania avassalada; para a escola revisionista, o conflito se deveu aos manejos da Grã-Bretanha que moveu a Argentina e o Brasil contra o Paraguai para destruir sua indústria; implantar o livre comércio; abrir os rios e integrar a República Guarani na divisão internacional do trabalho.

O certo e evidente é que nada convinha menos a Argentina, no momento, que uma guerra com o Paraguai. Debilitada e apenas unida, frente ao Brasil, compacto e expansionista; o único contrapeso contra o Império era a poderosa República de López.

Assim é que, uma vez no governo, Mitre se converteu ao princípio das “fronteiras ideológicas” e, portanto, aliado do Brasil e contra o Paraguai. Aliar-se ao Império seria converter-se em seu satélite e a Argentina:

“no puede ponerse sin desdoro ante el mundo como auxiliar del Brasil, a cuyo servicio se pone para vengar los agravios que Paraguay le ha inferido. Esta posición nos quitará hasta el mérito y las ventajas del aliado, reduciéndonos a un rol humilde que no estoy dispuesto a aceptar ni para mí ni para mi país”.<sup>59</sup>

---

58 -Gastão Ruch,op.cit.,p.387.

59 -Ramón J. Cárcano, História Argentina (Buenos Aires,1937)p.113.

Verificando-se, depois, o Tratado da Tríplice Aliança, percebe-se claramente que o seu fim era destruir o Governo do Paraguai. Ora, este direito de destruir governos implica o de impô-los e equivale, por isso, à negação do poder soberano que aparenta respeitar. O fim, pois, da Aliança era destruir o Paraguai como Estado e não simplesmente derrotar o Presidente Lopes.

Desta forma, a guerra foi feita (Art.7º) contra o Governo e não contra o povo do Paraguai; porém, não foi o General López, e sim o Paraguai, que haveria de pagar os 100 milhões de pesos fortes que os aliados cobraram, depois, pelos gastos e prejuízos da guerra, segundo declara o Art.14º do Tratado.

Os aliados se comprometeram a respeitar a Independência e Soberania do Paraguai (segundo o Art.8º) e, para provar tudo o que isto tinha de sincero, se arrogaram o direito soberano de tirar-lhe o governo que tinha e impondo-lhe outro que lhes agradasse.

Os aliados garantiram ao Paraguai sua independência (Art. 8º e 9º) e, em respeito a essa independência garantida, se encarregariam de dar-lhe um governo; regulamentar a navegação de suas águas e arrancar-lhe as fortificações, os parques, os armamentos os navios de guerra, para evitar que defendesse, por si mesmo, a sua independência que os aliados tomaram, generosamente, a seu cargo (Art. 11º e Protocolo).

Garantiram ao Paraguai sua soberania (Art.9º) porém obrigaram a abdicar de suas águas, de cuja legislação (que os aliados tomaram a seu cargo) dependia o comércio, a renda publica, o povoamento e a prosperidade do Paraguai (Art.11º) garantindo respeitar a integridade(Art.8º e 9º) e, no entanto, o Brasil lhe tomou uma terça parte de território pelo norte e a Republica Argentina, uma grande parte do sul ( Art.16º).

Depois da guerra, o Paraguai, praticamente, não existiu; estava tão exausto, sem governo, sem comércio e nem indústrias de qualquer espécie, pois até as plantações de tabaco foram abandonadas por falta de homens capazes de trabalhar. A população ficou reduzida a mulheres, velhos e crianças. O país ficou sem braços e capitais suficientes para explorar a extraordinária fertilidade do seu solo e as matérias primas. De fato:

“ fora catastrófica a conflagração para o infeliz Paraguai. A população masculina capaz de serviço militar em 1864 é avaliada em 250.000 indivíduos caíra para 25.000 em 1870; Cerca de 100.000 mulheres haviam perecido de fome ou de privações, mas a proporção das sobreviventes em relação aos homens era de 5 para 1. Foram literalmente dizimados os brancos e os criolos paraguaios atrozmente perseguidos pelo Ditador, que nem sequer ele poupou



os estrangeiros desde que suspeitasse fossem eles conspiradores”.<sup>60</sup>

Fácil foi, então, aos argentinos levar seus capitães e seus homens, a fim de explorá-lo e pagar-se, dessa forma, a grande soma que exigiram em compensação dos gastos efetuados na guerra e, ao mesmo tempo, para satisfazer, dessa maneira, seu tão acariciado anelo de incorporar, por todos os meios, a ex-província, na Confederação. Todo o comércio foi dominado pela Argentina. E o Paraguai ficou, assim, dependente da Argentina até o princípio do século XX ou, mais precisamente, até 1910.

A pretensa generosidade dos aliados, fazendo o “favor de libertar os paraguaios do opróbrio do despotismo” não encontra explicação, pois o mesmo Mitre afirmou que:

“los soldados aliados, y muy particularmente los argentinos no han ido al Paraguay a derribar una tiranía. Han ido a reconquistar sus fronteras de hecho y de derecho, y lo mismo habríamos ido si en vez de un gobierno tiránico y monstruoso, como el de López, hubiéramos sido insultados por un gobierno más liberal y civilizado”.<sup>61</sup>

López transformou-se logo aos primeiros fracassos da guerra (meados de 1868). Supor-se que todos os condenados pelo Marechal quisessem entregar a pátria ao inimigo é uma afronta à memória daqueles paraguaios cujas espadas não poderiam jamais ser instrumentos de semelhante vileza. Impossível imaginar que tal ideia estivesse no povo, dominado pela vontade constante de seus mandantes, submisso e dócil à sua autoridade, confiado em suas palavras, convencido por elas da santidade de sua causa. O povo não poderia pensar em depor o Presidente, para entregar-se de mãos e pés atados ao arbítrio dos adversários, cujas intenções se tornaram claras ao publicar-se o Tratado da Tríplice Aliança.

O povo lutou pela sua própria existência e esteve afeito à fatalidade de sucumbir na luta, com a impossibilidade do triunfo; não pode, portanto, pensar em rebelar-se, pois não existiu nele suficiente dose de pujança cívica para arrebatá-las das mãos e da cabeça de seu governante a decisão de parar ou continuar a guerra.

A teoria e a prática da revolução contra um poder constituído foram desconhecidas daquela gente; meio século de quietude patriarcal não favoreceu a técnica de revoltas e levantes. De outro lado, com que armas e meios iria rebelar-se o povo e cora quais chefes civis contaria para conduzi-lo na luta, se o exército não entrasse na possível conjuração?

Por fim, o quadro ficou completo; a Tríplice Aliança se desfez; o Para-

60 -Gastao Ruch,op.cit.,p.391.

61 -Arturo Bray,op.cit.,p.73.

guai foi ocupado militarmente pelos brasileiros; a paz foi firmada em separado, com todos os benefícios para a Império; os territórios acordados para a Argentina, ficaram em disputa e o Brasil aquartelado nas fronteiras do Paraguai para enfrentar qualquer exigência de Buenos Aires. Enfim, o Paraguai se tornou um território militarmente ocupado e politicamente um simples protetorado brasileiro.

Deste modo, Francisco Solano López, o terceiro Ditador “General sem vitórias” comandante do maior exército da América do Sul “educado na observação das atitudes ditatoriais de seu pai, obedecido por um povo que seguia o governo com verdadeiro fanatismo, cercado por uma camarilha que só abria a boca para lhe manifestar admiração e, convencido de que o Paraguai podia centralizar e dirigir a política do Prata” causou-lhe o maior desastre de sua história.<sup>62</sup>

Não se pode negar que os antecedentes autorizavam pensar na pretensão de Solano López. Antes da guerra, todos acreditavam, inclusive Rio Branco, que o armamentismo paraguaio não significava mais do que uma satisfação à vaidade militar de López.

Tasso Fragoso mesmo observa que o Paraguai era uma esfinge de quem só Solano López guardava o segredo. Como desconfiava do Brasil e da Argentina, acariciava o sonho fantástico de desempenhar funções tutelares nos povos platenses, e por isso não só se recusou a fixar as fronteiras com os vizinhos e a facilitar suas artérias fluviais ao trânsito do comércio, se não que preparou, em silêncio e com absoluta dissimulação a clava formidável com que tentou derrubar as resistências ao isolamento.

“É verdade que o paraguaio obedeceu com servilismo sem exemplo à autoridade que sucedeu ao falecido Ditador; é fora de dúvida que considerou um sacrilégio, a menor ação que pudesse ofendê-la; e levou tão longe essa obediência que fez da espionagem e a delação um dever de consciência. Isso, porém, é tudo e daí não passa a decantada subordinação do soldado paraguaio. Educados por Francia, a ninguém respeitam, se não a ele ou a quem o sucedeu.”<sup>63</sup>

Quanto a López, o General José Maria Paz afirma que o

“adornaram quizás a este joven muy belas calidades privadas, pero ningunos conocimientos militares, y lo que és más, idéas ningunas de la guerra y del modo de hacerla”.<sup>64</sup>

Finalmente podemos dizer que o Paraguai foi vítima de un tirano, de

62 -Corina de Abreu Pessoa,op.cit.,p.263.

63 -Ibid.,pp.265-266.

64 -Ibid.,p.266.

pretensão guia que se sobrepôs aos reais interesses do seu povo; tirou a sua liberdade e, podendo tê-lo engrandecido com a paz e submissão ao direito, dele e do próximo, preferiu vê-lo destruído a sacrificar seu orgulho, recuando de decisões erradas e injustas. Assim como explorou as qualidades de seu povo para sacrificá-lo poderia ter aproveitado a confiança de que fora depositário, para construir uma nação forte e original, como hoje se exhibe, depois de tanto tempo de estagnação e isolamento.

## CONCLUSÃO

Orientamos nossa pesquisa para a demonstração, não de fundo propriamente factual e sim analítico do que ocorreu no Paraguai e que nos parece ser "as bases do seu isolamento".

O Paraguai colonial despertou o nosso interesse, por ter sido o núcleo inicial de civilização indoeuropéia formado no Rio da Prata e cenário das primeiras lutas populares pela liberdade, posteriormente abafadas e submetidas a um mutismo singular.

O drama inicial do Paraguai consistiu na sua mediterraneidade. A existência do país foi uma luta permanente contra o meio físico e a "incompreensão" de seus vizinhos.

A "Província Gigante de Índias" abraçando, no instante de seu nascimento, mais da metade do Continente Sul-Americano foi aos poucos, sendo mutilada por decisões da Coroa Espanhola, atendendo interesses administrativos e solicitações de autoridades coloniais. Suas enormes fronteiras, abarcando diversidades regionais e culturais, nunca poderiam constituir um corpo político e nacional. Todos os fatores negativos, de diversidade conspiraram fatalmente contra qualquer propósito de fazer do território, a base de uma organização nacional.

A Província deixou de existir apenas sete anos depois de sua criação legal, como realidade geográfica unida à realidade política. Aos poucos, as mutilações aumentaram e o povo teve que se inclinar ante as brutais imposições dos fatos: o Paraguai político sobreviveu, assim mesmo, à todas as amputações, embora ficando prisioneiro dentro de suas selvas, reduzido a uma pequena expressão geográfica,

"O Paraguai espiritual", porém, rompeu as fronteiras traçadas pelas Cédulas Reais e pela cobiça dos homens, para expandir-se além da antiga jurisdição. A empresa cristianizadora dos Jesuítas, inscreveu novamente o Paraguai nos mapas hispânicos, abrangendo o território desde o Amazonas até os mares do sul, desde os Andes até o Atlântico. A geografia do "espírito" superou a geografia "política e física".

Mas a "Província Gigante de Índias" se reduziu, politicamente, a Assunção, sem mais a potencialidade física e nem os espaços geográficos. Desde então toda a história paraguaia passou a girar em redor de Assunção. Seus habitantes procuraram manter as estruturas tradicionais para não se verem despojados de seus direitos. As Reduções Jesuíticas, isolando o índio da vivência política e administrativa coloniais, com base em sua incapacidade de

desenvolvimento independente, criou novos problemas.

As Reduções, constituíram, assim, uma organização estática e permaneceu constante, uma vez que firmadas as suas bases, principalmente no isolamento, isto é, no afastamento do branco. E para evitar suas interferências e, ao mesmo tempo, procurando influir sobre as autoridades em benefício das Reduções.

De fato, pela diminuição territorial da província, em 1617, diminuiu também a dependência das Reduções as autoridades, a influência política e econômica dos Jesuítas, devida a sua própria organização, lhes permitiu um isolamento quase total.

Se de um lado, tal fato trouxe muitos benefícios para os índios, de outro lado, educou-os para uma sociedade cristã e não civil. Uma vez expulsos os missionários, não tiveram condição de serem absorvidos e integrados à vida social.

Depois desta situação, o Paraguai, já independente, inicia outra fase, dominada por Ditadores. São 60 anos de Ditadura, com uma autoridade nunca perturbada por abalos internos ou paixões políticas contrariadas. Os recursos do país em poder de um único senhor; e o povo executando cegamente todas as ordens e determinações que lhe

Nem o Dr. Francia e nem os López iniciaram este povo dócil para o progresso e para arrancá-lo dos hábitos de inércia cívica e para ensinar-lhe, lentamente e sem dificuldade, a prática da liberdade.

A Ditadura produziu um exército afeito à disciplina, de acordo com a edição dos Jesuítas, pois os paraguaios possuíam todas as qualidades para tornarem-se soldados: obediência cega e patriotismo exagerado.

As tradições das Missões conservaram-se religiosamente e todos os cidadãos foram soldados quer no exército regular, quer na milícia nacional, quer na guarda nacional. Nem da organização militar tem a honra do invento os Ditadores paraguaios herdaram também dos Jesuítas. Francia e os López apenas aperfeiçoaram a instituição.

No entanto o exército não era a nação; e a população? A liberdade de culto, de imprensa, de expressão, de relacionamento, foram proscritos. A liberdade de navegação, embora consagrada nos Tratados, teve restrições e regulamentos que os Ditadores modificavam a seu talante. Que garantias poderia ter a navegação com as baterias de Humaitá e do Forte Olimpo? Não havendo liberdade de comércio, que liberdade poderia ter a navegação?

O Estado conservou o monopólio de venda dos principais produtos e os estrangeiros estiveram sujeitos a leis de exceção, pelo que, além de privar o

país de elementos de trabalho e riqueza, impediu a miscigenação, mantendo o Paraguai, uma população de grande percentual indígena, isto é, de elementos impróprios para o trabalho e rebeldes a qualquer progresso.

Depois dos Jesuítas, Francia; depois de Francia, López I; depois de López I, López II e o Paraguai não saiu da barbárie. Foi, ao final do século XIX, uma “tribo” obediente às vontades dos “caciques” hereditários.

A vítima de todos os acontecimentos, foi o povo; “Pueblo sufrido y abnegado, digno de mejor sorte” no dizer de Luis J. González, cujos ideais de redenção foram permanentemente abafados pela preponderância mesquinha de ambições políticas pessoais.

Conduzido, cegamente, ao patíbulo da Guerra, sucumbiu irremediavelmente em busca de uma liberdade que não conseguiu.

Constatamos, assim, que os aspectos importantes e determinantes do isolamento paraguaio foram:

1º) as mutilações incessantes do imenso território, aliadas a um pensamento conservador das estruturas dos primeiros conquistadores e da própria Igreja;

2º) à organização estrutural das Reduções Jesuíticas que, além de isolar os índios do contato com o restante da sociedade paraguaia, provocou desentendimentos entre os dois grupos e de difícil integração, após o abandono reducional;

3º) ao estabelecimento do regime Ditatorial do Dr. Francia e seguido, em parte, pelos López, num enclausuramento quase total do país do contato com o resto do orbe.

4º) à formação social da população, que aceitou sempre, e com submissão, qualquer autoridade sem o mínimo sentimento cívico de participação política e de desenvolvimento material e cultural.

Por isso, cremos que o isolamento imposto, quer por fatos e acontecimentos internos, quer externos, não proporcionaram ao Paraguai a “solidariedade” e, com isto, não estabeleceu obrigações morais entre as nações, pelo que, o país não teve contribuição e nem cooperação para o soerguimento material e cultural e o conseqüente desenvolvimento.

É certo que um país isolado, não pode ter perspectiva de progresso. E, sem esta solidariedade, o Paraguai não poderia libertar-se de sua mediteraneidade, apesar de alguns governos e autoridades considerarem que essa circunstância não lhes era fatal, pois os fatores geográficos não são insolvíveis.

Mas, sem esta solidariedade, o Paraguai não pode obter sua indepen-

dência econômica e ter a segurança de todas as suas possibilidades na utilização de seus recursos naturais e de seu próprio destino.

A circunstância de dispor de uma única porta de entrada e saída, criou-lhe situações por demais graves. A exclusiva dependência da boa ou má vontade da Argentina foi, além de deprimente, de efeitos negativos para a economia e a soberania nacional.

Por isso há a necessidade de procurar uma segunda via para o movimento mercantil. Logrado este propósito, espera o Paraguai, que a concorrência dará lugar e libertará o país de uma grande quantidade de entraves entorpecedores do desenvolvimento e progresso.

Mas, quando partiu para essa conquista, parece-nos que o país caiu não mais no isolamento, mas na dependência, passando a agir sempre de modo a tirar os maiores benefícios das questões surgidas, principalmente com seus dois vizinhos: Argentina e Brasil. Estabeleceu, assim um “comportamento pendular”. Deixou de ser um país “isolado” e começou a ser “dependente”.

## BIBLIOGRAFIA

## a) FONTES PRIMARIAS

**ACTA DEL CABILDO DE ASUNCIÓN**, de 1º/1/1798. Archivo Nacional de Asunción.

ALBERDI, Juan Bautista. **Las Disenciones de las Repúblicas del Plata y las Maquinaciones del Brasil**. Montevideo: Imprenta Tip. á vapor, 1865.

-----**Sobre la Nueva Situación de los Asuntos del Plata**. Montevideo: Imprenta Oriental, 1841.

ANGLÉS Y GORTARI, Mathias de. **Los Jesuitas en el Paraguay**. Asunción, 1896.

ARCOS, Santiago. **La Plata**. Paris. Michel Levy, 1865.

AZARA, Félix de. **Viajes por la América del Sur desde 1789 hasta 1801**. Montevideo: Imp. y Lib. de Mayo, 1873.

BRUYSELL, Ernest Jean von. **La République du Paraguay**. Bruxelles: C. Muquardt, 1893.

CÂMARA, Antonio Manuel Correa. **Ofícios da Legação em Assunção de 1824 a 1830**. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, Catálogo 201/1/5.

CAPDEVIELLE, Bernardo. **Misiones Jesuíticas en el Paraguay**. Asunción: Imp. y Lib. "La Mundial", 1923.

DEMERSAY, Alfred L. **Histoire Physique, Economique et Politique du Paraguay et des Etablissements des Jesuits**. Paris, 1860.

DOBLAS, Gonzalo de. **Memória Histórica. Geográfica, Política y Económica sobre la Provincia de Misiones de indios Guaraníes**. Buenos Aires. 1836.

D'ORBIGNY, Alcides Dessalines. **Viaje a la America Meridional**. Paris. 1844, Versión Castellana en "Bibliotheca Indiana" tomo III, Madrid: 1958.

EXPILLY, Charles. **La Verité sur le Conflit entre le Brésil. Buenos Aires, Montevideo et le Paraguay**. Paris: Ed. Camoin, Editeur, 1866.

GAY, Juan Pedro. **História da República Jesuítica do Paraguai**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

GUEVARA, José. **História de la Conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán, has-**



**ta fines del siglo XVI.** Buenos Aires: Imp. del Estado,1836.

LAMAS,Andrés. **Colección de Memórias y Documentos para la História y Geografia de los Pueblos del Rio de la Plata.** Montevideo: Imp.de "Comércio del Plata",1849.

**LEY QUE ESTABLECE LA ADMINISTRACIÓN POLÍTICA DE LA REPUBLICA DEL PARAGUAI Y DEMAS QUE EN ELLA SE CONTIENE.** Asunción: Imprenta de la República, 1844.

LOPEZ,Carlos Antonio. **Mensajes (1842,1844,1849,1854,1858).** Asunción: Imprenta Nacional, Public.Oficiales,1931.

MANNEQUIN,M.Th. **A propos de la Guerre contre le Paraguay, Extrait du Journal des Economist (Aout.1866).** Paris: Librairie de Guillaumin et Ce. Editeurs,1866.

MOLAS,Mariano Antonio. **Descripción Histórica de la antigua Provincia del Paraguay.** Buenos Aires: Ediciones Nizza, de 1957. Original publicado em 1868 em Buenos Aires.

MONTOYA,Antonio Ruiz de. **Conquista Espiritual hecha por los Religiosos de la Compañía de Jesus en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape,** Madrid: 2ª.ed., Ed. Bilbao,1892.

MOUSSY,Jean A.V.Martin de. **Memória Histórica sobre la Decadencia y Ruyna de las Misiones Jesuíticas en el seno del Plata-Paraná.** Buenos Aires: Imp. del Nacional Argentino, 1856.

MULHALL,Michael George. **Handbook of the River Plate Republics.** London: E. Stanford,1875.

PASTOR,Raul Sapeña. **"Discursos pronunciados no Congresso Brasileiro, em 1957".** Miscelânea Política,1957.

RENGGER et LONGCHAMP. **Essai Historique sur la Révolution du Paraguay et le Gouvernement du Dr.Francia.** Paris: V. Bossange,1827.

RECHAGG,Antonio Sepp von. **Viagen às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos. São Paulo:** Livraria Martins Editora, 1972.

RIBEIRO,Duarte da Ponte. **Arquivo Particular: Memórias (1842-1862).** Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, Latas 280 e 281.

ROBERTSON,John Parish y William Parish. **La Argentina en la Epoca de La Revolución (Cartas sobre el Paraguay).** T. y prólogo de Carlos A. Aldao, Buenos Aires: Vaccaro,1920.

**TRATADO DA TRÍPLICE ALIANÇA.** Coleção Pereira Pinto, Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

VARELA, Florencio. **Tratados de los Estados del Rio de la Plata y Constituciones de las Repúblicas Sudamericanas**. Montevideo "Comércio del Plata", 1847-1848.

XARQUE, Francisco. **Insignes Misioneros de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay**. Pamplona: Juan Micón Impresor, 1687.

ZAVALA, Francisco Bruno de. **Informe del Gobernador de los treinta Pueblos de Misiones Guaraníes y Tape**. Buenos Aires: 1784.

## **b) FONTES SECUNDARIAS**

ACCIOLI, Hildebrando Pompeo Pinto. **Tratado de Derecho Internacional Público**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo II, 1946, pp.36-73.

ACOSTA, Juan Francisco Perez. **Carlos Antonio López, Obrero Maximo**. Asunción: Editora Guaraní, 1948.

AGUIAR, Antonio Augusto da Costa. **As causas que deram lugar à Guerra com a República do Paraguai**. São Paulo: Tip. Americana, 1866.

ALCALÁ, Hugo Rodríguez. **"Hijo de Hombre de Roa Bastos y la Intrahistoria del Paraguay"**. Cuadernos Americanos, Año XXI, (marzo-abril, 1963), pp. 221-234.

**ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL**. Vol. XXIX, pp.80-84.

**ANAIS DO ITAMARATY**. Coleção Aurélio Pinto, 1937, Vol.II, p.135.

**ANUARIO DE LA IDEA**. Montevideo, 1875.

ARBO, Higinio. **Libre Navegación de los Rios**. Buenos Aires, 1939.

-----**Derecho Internacional Convencional**. Asunción, 1928.

AUDIBERT, Alejandro. **Los Limites de la antigua Provincia del Paraguay**. Buenos Aires; Imp. "La econômica", 1892.

AYALA, Eusebio. **Ante el País (Discursos)**. Asunción: Imp. Nacional, em 1932.

AYARRAGARAY, Lucas. **La Iglesia en America y la dominación Española**. Buenos Aires: Ediciones Nizza, 1935.

BACIA DO PRATA. **VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata**. Brasília: dezembro de 1976.

BACKHEUSER, Everardo. **"Geopolítica e Geografia Política"**. Separata da Revista Brasilei-

ra de Geografia, Ano IV, Nº 1, Inst. Brasil. de Geografia e Estatística, 1942.

BAEZ, Cecílio. **História Diplomática del Paraguay**. Asunción, 1931.

BAHIANA, Henrique Paulo. **Paraguai de Hoje**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Tupy Ltda., 1964.

BALDIVIESCO, Luis Salmon. "**El Paraguay Provincia Argentina**" (**Breve estudio de las relaciones Paraguayo-Argentinas através de la Historia**). Miscelânea Política, La Paz: Imprenta Artística, 1935.

BARBOSA, Ruy. **Francia e Rosas**. Rio de Janeiro: Ed. da "Organização Simões", 1952.

BAUDIN, Louis. **L'Etat Jésuite du Paraguay**. Paris: Editions M. Th. Genin, 1962.

BELARMIN, Robert. **Disputations**. Paris, 1583.

BELAUNDE, Victor A. "**Factor of the colonial period in South America working toward a new Regime**". The Hispanic American Historical Review, Vol. IX, Nº 2, (may, 1929), pp. 144-153.

BENITEZ, Justo Pastor. **Carlos Antonio Lopez**. Buenos Aires, 1949.

-----**Bajo el Alero Asunceño**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

-----**Formación Social del Pueblo Paraguayo**. Asunción: 1955.

BERNARDES, Lysia M.C.. "**Geografia e Poder Nacional**". Revista Brasileira de Geografia, Ano XXVIII, Nº 3, (julho-setembro 1966), pp. 267-291.

BEVERINA, Juan. **La Guerra del Paraguay (1865-1870)**. Resumen Histórico, Buenos Aires, 1973.

BOXER, C.R.. **Salvador de Sa and the Struggle for Brazil and Angola**. London: University of London, 1972.

BRAY, Arturo. **Hombres y Épocas del Paraguay**. Buenos Aires: Ediciones Nizza, 1957.

BRITO, Pedro Torquato Xavier de. **Notícia Histórica, Geográfica e Estatística da República do Paraguai**. Rio de Janeiro: B. I. Garnier, 1865.

CÁRCANO, Ramon J.. **Guerra del Paraguay, Orígenes y Causas**. Buenos Aires: Domingo Viau y Cia., 1939.

CARDOSO, Efraim. **Breve História del Paraguay**. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

-----**El Paraguay Colonial. Las raíces de la Nacionalidad.** Asunción y Buenos Ayres: Edic. Nizza, 1959.

CARRÓN, Juan María. **"El Cambio Social y el Clero en el Paraguay"**. Revista Paraguaya de Sociología. Año IV, N° 8 y 9, (agosto, 1967), pp. 129-132.

CARVALHO NETO, Paulo de. **"Bases Bibliográficas para el estudio (estudio) sistemático de la Antropología Paraguaya"**. Sobreretiro del tomo XII del Boletín bibliográfico de la Antropología Americana. México, año 1951.

CHAVES, Julio César. **El Supremo Dictador.** Buenos Aires, Editorial Ayacucho, 1941.

COUTO, Antonio Corrêa do. **O Atual Governo da República do Paraguai.** Rio de Janeiro: Tip. do Imperial Instituto Arstístico, 1865.

DAVALOS, Juan Santiago & Lorenzo Livieres Banks. **"El Problema de la História del Paraguay"**. Revista Paraguaya de Sociología, Año IV, N° 8 y 9, enero-agosto, 1967) pp. 108-114.

DOMINGUEZ, Manuel. **Causas del Heroísmo Paraguayo.** Asunción: H. Kraus, 1908.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FEBVRE, Luciano. **La Tierra y la Evolución Humana.** Barcelona: Ed. Cervantes, 1925.

FRETES, Eduardo Amarilla. **La liquidación de la Guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay.** Asunción: Imprenta Militar, 1941.

FURLONG, Guillermo. **Los Jesuítas y la Cultura Rioplatense.** Montevideo, 1946.

GAGLIARDONE, Cesar. **Organicemos una Nación.** Asunción, 1950.

GAMA, José Basilio da. **"O Uruguai"**. Rio de Janeiro, 1769.

GANDIA, Luis. **"Apunte de História Econômica"**. Revista Ciência Econômica, Buenos Aires, Año VIII (setembre-octubre, 1920).

GARAY, Blás. **El Comunismo de las Misiones.** Asunción: Librería la Mundial, 1921.

GETTELL, Ryamond G.. **História das Idéias Políticas.** Lisboa: Edit. Inquérito, 1950.

GONZALEZ, Julio César. **Don Santiago Liniers, Gobernador interino de los treinta pueblos de las Misiones Guaranies y Tape (1803-1804).** Buenos Aires: Plusier, 1946.

GONZALEZ, J. Natalicio. **Proceso y Formación de la Cultura Paraguaya.** Asunción, 1938.

- GONZALEZ,Luis J.. **Paraguay: Prisionero GeoPolítico**. Buenos Aires: Ed.Ayacucho,1947.
- GOTTMANN,J.. "**La politique d'Etats et leur Geographie**". Revista Brasileira de Geografia, Ano XXVIII, N° 6, (julho-setembro,1966).
- GUIMARÃES,Fabio de Macedo Soares. "**O Poder Nacional. Seus Fundamentos Geográficos**". Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra,1954 (Mimeografada).
- HAUBERT,Maxime. **La Vie Quotidienne au Paraguay sous les Jésuites**. Bruxelles: Hachette,1964.
- HENDRICKS,Francês Kellan. "**The First Apostolic Mission To Chile**". The Hispanic American Historical Review, Vol. XXII, N° 4 (november,1942), pp.644-669.
- HERNANDEZ,Pablo. **Organización Social de las Doctrinas Guaraníticas de la Compañía de Jesús**. Barcelona,1913.
- HERRING,Hubert. **A History of Latin America**. Edition 2, New York: A. Knopf ,1955.
- JANET,P.. **Histoire de la Science Politique**. Paris,1887.
- KING,James Ferguson. "**Evolutions of the free slave trade principle in Spanish colonial Administration**". The Hispanic American Historical Review, Vol. XXII, N° 1, (february,1942), pp.34-56.
- LILLO,Oscar Pena. **Geopolítica de la Cuenca del Plata**. Buenos Aires,1973.
- LINIERS,Hemi. "**French Designs on Paraguay in 1803**". The Hispanic American Historical Review, Vol. VIII,N° 3, (august,1928) pp.392-420.
- LOIZAGA,Carlos. **Breve Resena del Gobierno Terrorista de Francia**. Buenos Aires,1937.
- LUGON,Clovis. **La Republique Communiste Chrétienne des Guaranis (1610-1768)**. Paris: Les Edit. Ouvrières, 1949.
- MALAGRIDA,Carlos Badia. **El Factor Geográfico en la Política Sudamericana**. Madri,1919.
- MARIANA,João. **De Rege et Regis Institutione**. Madri,1596.
- MATTOS,Carlos de Meira. "**Geopolítica**". Revista Brasileira de Cultura, Ano 20, (abril-junho,1974), pp.107-135.
- MECHAN,J.Lloyd. "**Church and State in Latin America. A History of Politico-Ecclesiastical Relations**". Chapel Hill: University North Carolina Press,1934

-----**The papacy and Spanish-American Independence**". The Hispanic American Historical Review, Vol.IX, N° 2, (may,1929), pp.154-175.

MENDOZA,Prudencio de la C.. **El Doctor Francia y el Virreynato del Plata**. Buenos Aires, Talleres gráfica de Porter,1936.

MENDOZA,Raul A.."**Desarrollo y Evolución de la Población Paraguaya**". Revista Paraguaya de Sociología, Año 5,N° 12 (agosto,1968), pp.5-16.

MERRIAN,C.E.. **American Political Ideas,1865-1917**. New York,1920.

MORA,Eduardo José. **Junção do Amazonas ao Prata**. Rio de Janeiro: Tip.Montenegro,1890.

MORA MERIDA,Jose Luis. "**Iglesia y Sociedad en Paraguay en el siglo XVIII**". Estúdios Hispanoamericanos, Sevilha: Publicación 235, 1976.

MORENO,Fulgencio R.. **La Ciudad de la Asunción**. Buenos Aires,1926.

MORNER,Magnus. **Actividades Políticas y Econômicas de los Jesuítas en el Rio de la Plata**. Buenos Aires: Ediciones Nizza,1957.

NOBRE,Fernando de Almeida. **As Fronteiras do Sul: Ilha de Martin Garcia e a Jurisdição das Aguas do Prata**. Rio de Janeiro,1957.

NOVAES,Attila Rodrigues. **O Rio como elemento de Progreso.O Alto Paraná**. Rio de Janeiro,1953.

-----**O Rio como elemento de progresso.O Paraguai**. Rio de Janeiro,1954.

ODDONE,Rafael. **Esquema político del Paraguay**. Buenos Aires: Editorial Asunción,1948.

OLLEROS,Mariano L.. **Alberdi a la luz de sus escritos en cuanto se refieren al Paraguay**. Asunción: Típ.y Ene."El Cívico",1905.

ONETO Y VIANA,Carlos. **La Diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata**. Montevideo,1903.

OYA,Jesus J,. "**La Geografia Política como Ciência del Estado y como Geografia**". Revista General de la Universidad de Puerto Rico (jul-set.1971 y oct-dic.1971), pp.75-105.

PASTELLS,Pablo. **História de la Compania de Jesus en la Provincia del Paraguay**. Madrid, Suárez,1912-1949.

PENA,Benjamin Vargas. "**Los Ideales del Paraguay**". Miscelânia Política, Corrientes: Ed. Corrientes,1954•

PERES, Demetrio Ramos. **História de la Colonización Española en America**. Madrid: Pégaso, 1947, pp.135-204.

PESSOA, Corina de Abreu. "**Cartas de Montevideo**". Biblioteca do Exército, Vol.186-187, Rio de Janeiro: Gráfica Laemert Ltda., 1953.

PETERSON, Harold F.. "**Edward A. Hopkins: A Pioneer Promoter in Paraguay**". The Hispanic American Historical Review, Vol. XXII, N° 2, (may, 1942), pp.245-261.

-----"**Efforts of the United States to Mediate in the Paraguayan War**". The Hispanic American Historical Review. Vol. IX. N° 2, (may, 1929), pp.154-175.

PILLADO, Ricardo. **Estúdio sobre el Comércio Argentino con las Naciones limítrofes**. Buenos Aires, Ed.Nizza, 1910.

PINTO, A.Pereira. **Política Tradicional. Intervenção do Brasil no Rio da Prata**. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & c., 1871.

PINTO JUNIOR, Dr.J.Antonio. **O Charlatão Carlos Expilly e a Verdade sobre o Conflito**. São Paulo: Tip. Alemã de H. Dchroeder, 1866.

PLA, Josefina. "**Las Misiones Jesuíticas Guaranies**". Cuadernos Americanos, Año XXII, (marzo-abril, 1963), pp.131-161.

POPESCU, Oreste. **Sistema Económico en las Misiones Jesuíticas**. Barcelona: Ariel S. A., 1967.

POSADAS, Adolf o. **La República del Paraguay**. Madrid: V. Zárez, 1911.

POZO, Juan Yepes del. "**La Guerra de Independencia desde el punto de vista Sociológico**". Journal of Inter-American Studies, 1967, pp.272-291.

PRIETTO, Justo P.. **Paraguay, Provincia Gigante de las Indias**. Asunción: Tall. Graf. el Arte, 1951.

QUELL, H.Sanchez. **Estructura y Función del Paraguay Colonial**. Buenos Aires: Editorial Tupã, 1944.

-----**Política Internacional del Paraguay**. Asunción y Buenos Aires: Edit. Tupã, 1946.

QUENTIN, Gh.. **A Verdade sobre o Paraguai**. Rio de Janeiro: Ed. Garnier, s/d.

RAMIREZ, Juan Isidro. **La libre Navegación de los rios Internacionales en la Nueva Constitución Argentina**. Asunción, 1952.

RAMOS MEJIA, José Maria. **Rosas y el Doctor Francia**. Madrid: Editorial América, 1917.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. "As Relações Internacionais da América Latina no Século XIX e XX". Revista Brasileira de Cultura, Ano III, Nº 10, (out-dez., 1971), pp.9-37.

**REVISTA DO INSTITUTO PARAGUAIO**. Asunción: Ano V, Nº 44-47 (Out. 1903 e jan. 1904).

REYES, Víctor Muñoz. "Prólogo" de **El Paraguay Provincia Argentina de Luis Salmon Baldoviesco**. La Paz: Imp. Artística, 1935.

ROA BASTOS, Augusto Antonio. **Eu, o Supremo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROSA, José Maria. **La caída de Rosas: el Imperio del Brasil y la Confederación Argentina**. Madrid: Inst. de Estudios Políticos, 1958.

RUBIO Y ESTEBAN, Julián María. "La primera Negociación Diplomática Entablada con la Junta Revolucionaria de Buenos Aires". The Hispanic American Historical Review, Vol. IV, Nº 3, (february, 1921), pp.368-392.

RUCH ..Gastão. **História da América**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1932.

RYAN, Edwin. **The Church in the South American Republics**. Milwaukee: Bruce Publishing Company, 1932.

SCENNA, Miguel Angel. **Argentina-Brasil. Cuatro Siglos de Diversidade**. Buenos Aires: Edic. la Bastilla, 1975.

SIERRA, Vicente D.. **EL Sentido Misional de la Conquista de América**. Buenos Aires. Ed. Nizza, 1942.

SOARES, Álvaro Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata**. Rio de Janeiro: Ed. Brand Ltda., 1955.

-----**A Significação Internacional do Rio da Prata nos séculos XVIII e XIX**. Montevídeu, 1948.

**SOCIEDAD BOLIVARIANA DEL PARAGUAI**. Asunción, Vol. 1-2, 1954-1957.

SOCOLOW, Susan Migden. "Economic Activities of the Porteño Merchants: The Vice-regal Period". The Hispanic American Historical Review, Vol. XLV, Nº 1 (february, 1975), pp.1-24.

SOTOMAIOR, Alberto Ulloa. "Abla un Maestro de Derecho Internacional: El Paraguay ha sido el agresor". Edición de la Legación de Bolivia en el Peru, Lima, 1930.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Edit. Garnier, 1862.



SUAREZ, Francisco. **Tractatus de Legibus ac Deo Legislatore**. Madrid, 1612.

TANNEMBAUM, Frank. "**AGRARISMO, Indianismo y Nacionalismo**". The Hispanic American Historical Review, Vol. XXIII, N° 3, (august, 1943), pp.394-423.

**The PARAGUAI MONTHLY REVIEW**. Assumption, 1901.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1938.

UGARTE, Ruben Vargas. **El Episcopado en los tiempos de la Emancipación Hispanoamericana**. Buenos Aires: Imp. de la Universidad, 1946.

URBIETA Y ROJAS, Pastor. **La Mujer en el Preceso Cultural del Paraguay**. Buenos Aires: Ed. Ayacucho, 1944.

VASCONSELLOS, Victor Natalicio. **Resumen de Historia del Paraguay (Delimitaciones Territoriales)**. Asunción: Imp. Nacional, 1970.

VAZQUEZ, José Antonio. **El Doctor Francia Visto y Oído por sus contemporâneos**. Buenos Aires: Edit. Universitária, 1975.

VIAU, Domingo. **Guerra del Paraguay: Orígenes y Causas**. Buenos Aires, 1941.

WILLIAMS, John Hoyt . "**Observations on the Paraguayan Census of 1846**". The Hispanic American Historical Review, Vol. LVI, N° 3, (August, 1976), pp.424-437.

-----"**Paraguayan Isolation under Dr. Francia: A Re-evaluation**". The Hispanic American Historical Review, Vol.LII, N° 1, (February, 1972), pp.102-122.

-----"**Politica Paranoica; Paraguay, 1800-1870**". LASA, 1976. (Mimeografado).

**Niterói, 19 de julho de 1978**

OBS.: Este trabalho original foi datilografado em duas máquinas de escrever. Os textos numa Olivetti Lexicon 80 e as citações e rodapés numa Olivetti portátil com tipo menor.

Ao final do século XVIII Felix de Azara calculou que a população paraguaia, foi constituída de 92.000 brancos, sem contar com os índios que viveram sob o regime especial, embora não mais em "encomiendas". Apesar de que, o Paraguai ofereceu um coeficiente de multiplicação extraordinário:

"eran cien mil en 1800 y sin recibir inmigrantes eran 1.300.000 en 1862"<sup>24</sup>.

A "Revolução Comunera", dirigida pela elite de paraguaios natos como os Yegros, Cavallero, Iturbe, Montiel, Rivarola, Toche, Mora, Molas, Valdovinos, Acosta, Aristeguis, Echague, Casajus, Bogarin, e outros muitos:

"fué realizada por los criollos, por la clase alta y culta; tiene en contra al Gobernador y al Cabildo que se han anquilosado, pero tiene eco en el pueblo"<sup>-25</sup>.

23-Justo Pastor Benitez, Bajo el Alero Asunceno (Rio de Janeiro, 1955) p.5.

24-Manuel Dominguez, op.cit., p.10.

25-Ibid., p.27. Ver também Benjamin Vargas Peñay Los Ideales del Paraguay Miscelânea Política.